



MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS E AMBIENTE URBANO
SGAN Qd 601 Lt 01 Ed. CODEVASF – 4º andar – Gabinete
Cep.: 70.830-901 – Brasília/DF
Tel: (61) 3410.2001 – Fax: (61)3410.2015
www.mma.gov.br

Ofício nº. /2008/GAB/SRHU/MMA

Brasília, 29 fevereiro de 2008

A Sua Senhoria o Senhor
VALDIR AGAPITO TEIXEIRA
Secretário Federal de Controle Interno
Controladoria Geral da União / Presidência da República

Assunto: **Tomada de Contas Anual (Processo no. 02000.000467/2008-41)**

Senhor Secretário,

Em cumprimento às determinações contidas na Instrução Normativa/TCU nº. 47, de 27 de outubro de 2004, Decisão Normativa/TCU nº. 85, de 19 de setembro de 2007, e Portaria CGU nº. 1950, de 28 de dezembro de 2007, apresentamos as peças que compõem o processo de Tomada de Contas Anual da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente, Unidades Gestoras – 440005; 440078 e 440079 –, demonstrando as atividades e os resultados alcançados no cumprimento de sua missão institucional no exercício de 2007.

Atenciosamente,

EUSTÁQUIO LUCIANO ZICA
SECRETÁRIO DE RECURSOS HÍDRICOS E AMBIENTE URBANO

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano

ROTEIRO DE VERIFICAÇÃO DE PEÇAS E CONTEÚDOS – EXERCÍCIO 2007

Tomada de Contas dos ÓRGÃOS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DO PODER EXECUTIVO

Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente	R\$13.876.223,92
---	-------------------------

RESPONSÁVEL PELA JUNTADA DOS DOCUMENTOS - PEÇAS EXIGIDAS (art. 14, IN/TCU 47/2004)	LOCALIZAÇÃO (Volume / fls.)
1 . UNIDADE	
I. Declaração do dirigente máximo da unidade jurisdicionada sobre a fidedignidade de informações do rol de responsáveis, contidas em banco de dados informatizado	04
II. Relatório de Gestão	05
. Demonstrativo sintético de TCE	--
. Demonstrativo relacionando TCE	92
. Demonstrativo contendo informações de danos ressarcidos	--
III. Informações contábeis	117
. Declaração do Contador responsável pela unidade jurisdicionada sobre as informações constantes do SIAFI	117
. Demonstrativo dos pagamentos de despesas de natureza sigilosa, incluindo aqueles efetuados mediante suprimento de fundos	--
IV. Declaração da Unidade de Pessoal quanto ao atendimento por parte dos responsáveis da obrigação de apresentação da declaração de bens e rendas	120
V. Relatórios e pareceres de instâncias que devam se pronunciar sobre as contas ou sobre a gestão	--
. Relatório emitido pelo órgão de correição com a descrição sucinta das Comissões de Inquérito e Processos Administrativos Disciplinares instaurados na unidade jurisdicionada no período com o intuito de apurar dano ao Erário, fraudes ou corrupção	--
LOCAL E DATA	ASSINATURA/CARIMBO DO RESPONSÁVEL
2. ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO	
VI. Relatório de auditoria de gestão, emitido pelo órgão de controle interno competente	
VII. Certificado de auditoria emitido pelo órgão de controle interno competente	

SITUAÇÃO

1 () A Tomada de Contas está constituída de todas as peças relacionadas no art. 14 da IN/TCU 47/2004 e conteúdos constantes dos Anexos II a VIII da DN/TCU 85/2007, estando em condição de ser encaminhada ao TCU

2 () Ausente(s) na Tomada de Contas a(s) peça(s)/conteúdo(s) exigido(s) pela IN/TCU 47/2004 e pela DN/TCU 855/2007, relacionado(s) abaixo, com a respectiva justificativa, se houver:

LOCAL E DATA**ASSINATURA/CARIMBO DO RESPONSÁVEL****3. ASSESSOR ESPECIAL / SECRETÁRIO DE CONTROLE INTERNO****IX. Pronunciamento ministerial ou da autoridade equivalente****LOCAL E DATA****ASSINATURA/CARIMBO DO RESPONSÁVEL**

SUMÁRIO

1. Identificação.....	07
2. Responsabilidades institucionais.....	09
3. Estratégias de Atuação.....	10
4. Gestão de Programas e Ações.....	22
4.1 PROGRAMAS.....	22
4.1.1. Programa 0497 - GESTÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS.....	22
4.1.1.1. Dados Gerais.....	22
4.1.1.2. Principais Ações do Programa.....	22
4.1.1.3. Gestão das Ações.....	22
4.1.1.3.1. Ação 2039 - Formulação da Política Nacional de Recursos Hídricos.....	22
4.1.1.3.1.1. Dados Gerais da Ação.....	22
4.1.1.3.1.2. Resultados.....	23
4.1.1.3.2. Ação 4999 - Funcionamento do Conselho Nacional de Recursos Hídricos.....	30
4.1.1.3.2.1. Dados Gerais da Ação.....	30
4.1.1.3.2.2. Resultados.....	31
4.1.1.3.3. Ação 2D10 – Monitoramento, Avaliação e Revisão do Plano Nacional de Recursos Hídricos.....	38
4.1.1.3.3.1. Dados Gerais da Ação.....	38
4.1.1.3.3.2. Resultados.....	39
4.1.2. Programa 1305 – REVITALIZAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE E DEGRADAÇÃO AMBIENTAL.....	41
4.1.2.1. Dados gerais.....	42
4.1.2.2. Principais Ações do Programa.....	43
4.1.2.3. Gestão das ações.....	43
4.1.2.3.1. Ação 101Q – Recuperação e Preservação das Bacias dos Rios Tocantins e Araguaia.....	43
4.1.2.3.1.1. Dados gerais.....	43
4.1.2.3.1.2. Resultados.....	44
4.1.2.3.2. Ação 101T – Disseminação de Boas Práticas de Conservação, Uso Manejo Sustentáveis da Água.....	46
4.1.2.3.2.1. Dados gerais.....	46
4.1.2.3.2.2. Resultados.....	47
4.1.2.3.3. Ação 2B76 – Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável na Bacia do Alto Paraguai.....	48
4.1.2.3.3.1. Dados gerais.....	48
4.1.2.3.3.2. Resultados.....	48
4.1.2.3.4. Ação 101P – Recuperação e Preservação da Bacia do Rio São Francisco.....	51
4.1.2.3.4.1. Dados gerais.....	51
4.1.2.3.4.2. Resultados.....	52
4.1.2.3.5. Ação 101R – Recuperação e Preservação da Bacia do Rio Paraíba do Sul.....	63
4.1.2.3.5.1. Dados gerais.....	63

4.1.2.3.5.2. Resultados	64
4.1.2.3.6. Ação 101U – Implantação de Banco de Dados Ambientais das Bacias Hidrográficas com Vulnerabilidade Ambiental.....	65
4.1.2.3.6.1. Dados gerais.....	65
4.1.2.3.6.2. Resultados	65
4.1.2.3.7. Ação 09GF – Apoio a Projetos de Controle da Poluição por Resíduos em Bacias Hidrográficas com Vulnerabilidade Ambiental.....	67
4.1.2.3.7.1. Dados gerais.....	67
4.1.2.3.7.2. Resultados	67
4.1.3. Programa 1047 – DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DO SEMI-ÁRIDO / CONVIVER – Programa no Âmbito do Ministério da Integração.....	68
4.1.3.1. Dados gerais	69
4.1.3.2. Principais Ações do Programa	69
4.1.3.3. Gestão das ações	70
4.1.3.3.1. Ação 8695 – Dessalinização de Água – Água Doce.....	70
4.1.3.3.1.1. Dados gerais.....	70
4.1.3.3.1.2. Resultados	71
4.1.3.3.2. Ação 0772 – Apoio ao Desenvolvimento de Atividades Sustentáveis em Micro Bacias do Semi – Árido.....	74
4.1.3.3.2.1. Dados gerais.....	74
4.1.3.3.2.2. Resultados	75
4.1.4 Programa 8007 - RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS.....	76
4.1.4.1. Dados Gerais.....	77
4.1.4.2. Principais Ações do Programa.....	78
4.1.4.3. Gestão das Ações.....	78
4.1.4.3.1- Ação 86AA – Desenvolvimento Institucional para Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Urbanos em Município com pop. Entre 30.000 e 250.000 hab.ou Integrantes de Regiões Metropolitanas.....	78
4.1.4.3.1.1 Dados Gerais.....	78
4.1.4.3.1.2 Resultados.....	78
5. Desempenho Operacional.....	83
6. Conteúdos Específicos por UJ ou Grupo de Unidade Afins.....	92
◆ Anexo A – Demonstrativo de Tomadas de Contas Especiais (conforme item 12 do anexo II da DN-TCU 85/2007).....	92
◆ Anexo B – Recomendações de órgãos de controle (conforme item 9 do anexo II da DN-TCU 85/2007).....	94
◆ Anexo C – Demonstrativo de transferências realizadas no Exercício (conforme item I-1.3 do anexo X da DN-TCU-85/2007)1.....	105

1 - IDENTIFICAÇÃO

Dados identificadores da unidade jurisdicionada

Nome completo da unidade e sigla

Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano - SRHU

Natureza Jurídica

101-5 Órgão Público do Poder Executivo Federal

Vinculação ministerial

Órgão Específico Singular do Ministério do Meio Ambiente

Normativo de criação, definição de competências e estrutura organizacional e respectiva data de publicação no Diário Oficial da União

- Medida Provisória nº 813, de 1º de janeiro de 1995;
- Lei nº 10.683, de 28 de maio de 2003, publicada no D.O.U. de 29 de maio de 2003;
- Decreto nº 5.776, de 12 de maio de 2006, com publicado no D.O.U. de 15 de maio de 2006, revogado pelo Decreto nº 6.101 de 26 de abril de 2007, publicado no D.O.U. de 27 de abril de 2007 e,
- Decreto nº 6.101 de 26 de abril de 2007, publicado no D.O.U. de 27 de abril de 2007;
- Portaria nº 362, de 26 de dezembro de 2006, com publicação no D.O.U. De 28.12.2006.

CNPJ

37.115.375/0003-79

Nome e código no SIAFI

Secretaria de Recursos Hídricos

Código da UJ titular do Relatório

Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano

Códigos das UJ abrangidas

Não consolida outras unidades

Endereço completo da sede

SGAN Quadra 601, Lote 01, Edifício sede da CODEVASF – 4º andar CEP 70.830-901 – Brasília/DF - Tel: (61) 3410.2000 / 3410.2006 – Fax: (61) 3410.2015

Endereço da página institucional na *Internet*

<http://www.mma.gov.br/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=73>

Situação da unidade quanto ao funcionamento

Em funcionamento.

Função de Governo Predominante

Gestão Ambiental

Tipo de Atividade

Formulação de Políticas Públicas

Unidades gestoras utilizadas no SIAFI

Nome: Departamento de Recursos Hídricos DRHI

Código: 440005

Nome: Dep. Revitalização Bacias Hidrográficas - DRBH

Código: 440078

Nome: Departamento de Ambiente Urbano - DURB

Código: 440079

2 – RESPONSABILIDADE INSTITUCIONAL

A Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano é um órgão do Ministério do Meio Ambiente que tem entre as suas principais tarefas: - A Gestão Nacional dos Recursos Hídricos; - A Gestão Nacional dos Resíduos Sólidos e a - Revitalização de Bacias Hidrográficas, temas de relevante interferência nas condições de vida da população e de alto impacto nas mudanças das condições climáticas.

Num cenário onde a escassez da água potável já é uma constatação presente, a Gestão responsável e planejada dos Recursos Hídricos se torna um fator crucial para a vida na terra. Neste sentido temos que trabalhar fatores como o uso racional dos recursos hídricos e também os fatores que tendem a perenizar os lençóis freáticos e as nascentes de rios. Temos de fazer um enorme esforço para conscientizar a população e os poderes públicos Municipal e Estadual para o tratamento dado a questões como os resíduos sólidos, que são grandes poluidores do lençol freático e dos rios e também da necessidade de preservação/revitalização das nascentes e das faixas que margeiam os cursos d'água

3 – ESTRATÉGIA DE ATUAÇÃO

A Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano foi fruto de uma reestruturação acontecida em 26 de abril de 2007 por meio do Decreto 6101. Esta reestruturação consistiu da incorporação à antiga Secretaria de Recursos Hídricos, dos programas “Revitalização de Bacias Hidrográficas” e “Pantanal” e também do acréscimo de um novo tema o “Ambiente Urbano”.

Em função desta reestruturação a Secretaria teve a definição da totalidade do seu quadro de Diretores e Gerentes somente em outubro de 2007. Este fato acabou por influenciar fortemente no cronograma de gastos desta unidade, tendo como consequência a efetivação de 80% do orçamento nos três últimos meses de 2007. Mesmo com este problema conseguimos executar 99 % do orçamento previsto para o exercício.

PROGRAMA – 1305 - PROGRAMA DE REVITALIZAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS COM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE E DEGRADAÇÃO AMBIENTAL

O Programa de Revitalização de Bacias Hidrográficas (PR-BH) é coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente em parceria com outros dezesseis ministérios. Com prazo de execução de vinte anos, objetiva promover a recuperação, a conservação e a preservação das bacias hidrográficas nacionais em situação de vulnerabilidade e degradação ambiental, promover a prevenção e a mitigação de potenciais impactos decorrentes da implantação de projetos e da crescente ação antrópica com elevado comprometimento ambiental dessas bacias.

ACÇÃO 101P - RECUPERAÇÃO E PRESERVAÇÃO DA BACIA DO RIO SÃO FRANCISCO

O Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (PRSF) é coordenado pela Secretaria de Recursos Hídricos do Ministério do Meio Ambiente (MMA), com o apoio do Ministério da Integração Nacional. As atividades voltadas a esta ação 101 P envolvem a efetivação das 5 (cinco) linhas de ação do PRSF: Gestão e Monitoramento, Fortalecimento Institucional e Socioambiental, Proteção e Manejo dos Recursos Naturais, Qualidade e Saneamento Ambiental e Economia Sustentável;

O resumo de ações em andamento em 2007 estão representadas pelo conjunto das principais atividades e projetos apoiados diretamente pelo Governo Federal, que privilegia a articulação inter governamental e a gestão ambiental integrada sustentável executada pelas diversas Secretarias do MMA, suas vinculadas e outros órgãos federais devido o caráter descentralizador e transversal do Programa. Os detalhamentos dessas ações estão resumidamente listadas abaixo.

Atividades principais da Linha de Ação 1 - Gestão e Monitoramento Ambiental:

Componente 1.1 - Gestão da Informação

Apoio ao Edital de Rede de Pesquisa da Bacia do Rio São Francisco, parceria entre Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Integração Nacional e Ministério da Ciências e Tecnologia, no valor de R\$ 419.764,21. Resultados: 09 redes contratadas, com 38 projetos de pesquisa em andamento. Aplicação: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – MCT.

Componente 1.2 – Monitoramento Ambiental

Projeto para apoio às ações de previsão, acompanhamento e controle de cheias, no valor de R\$ 550.000,00. Resultados: Aquisição de software de Modelagem Hidrológica e de Processamento Digital de Imagens. Aplicação: Agência Nacional das águas (ANA).

Componente 1.3 – Gestão e Ordenamento Territorial

Apoio a publicação do Diagnóstico Integrado do Zoneamento Ecológico Econômico da Bacia do Rio São Francisco, no valor de R\$ 256.500,00. Resultados: Elaboração de Termo de Referência para contratação de pessoa jurídica para impressão e diagramação do referido Diagnóstico. Aplicação: Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável (SEDR/MMA).

Projeto de custeio de Centros de Gestão Ambiental e Territorial - CEGAT no valor de R\$ 630.380,15. Resultados: Aquisição de equipamentos para o CEGAT. Aplicação: SEDR/MMA.

Atividades principais da Linha de Ação 2 - Fortalecimento Institucional e Socioambiental

Componente 2.1 – Educação Ambiental

Projeto de Educação Ambiental e Mobilização Social nos Municípios Ribeirinhos do Rio SF e APA de Piaçabuçu, no valor de R\$ 84.117,00. Resultados: Mobilização e Capacitação dos Municípios da Bacia do São Francisco. Aplicação: Instituto Chico Mendes (ICMBio).

Componente 2.4 – Cultura

Projeto de Resgate, Valorização e Proteção dos Conhecimentos Tradicionais Associados à Biodiversidade na Bacia do SF – 2ª etapa, no valor de R\$ 42.338,00. Resultados: Apoio a realização de oficinas de qualificação sobre proteção dos conhecimentos tradicionais associados. Aplicação: Secretaria de Biodiversidade e Florestas (SBF/MMA).

Projeto de Inventário de Referências sobre os Saberes Tradicionais Associados à Biodiversidade na Bacia do SF – 2ª etapa, no valor de R\$ 120.000,00. Resultados: Levantamento das comunidades e regiões em situação crítica com relação à necessidade de

proteção dos conhecimentos tradicionais associados. Aplicação: SBF/MMA.

Atividades principais da Linha de Ação 3 - Proteção e Uso Sustentável dos Recursos Naturais

Componente 3.1 – Conservação do solo e da água

Projeto de Desenvolvimento de tecnologias e metodologias aplicadas à conservação de solo e água, no valor de R\$ 300.000,00. Resultados: Levantamento de campo e elaboração de projetos. Aplicação: Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e Parnaíba (CODEVASF).

Componente 3.2 – Recuperação da cobertura vegetal

Projeto de Monitoramento da Cobertura Vegetal - 2ª etapa, no valor de R\$ 315.870,00. Resultados: Aquisição de imagens de satélites do IBGE e divulgação do projeto. Aplicação: Instituto Brasileiro do Meio ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA).

Projeto Piloto de Controle de Queimadas – PREVFOGO, no valor de R\$ 382.170,00. Resultados: Programa de Educação e Orientação. Aplicação: IBAMA.

Apoio a Implantação de Centro de Referências em Recuperação de áreas degradadas na Bacia do São Francisco -Alto São Francisco. Município de Arcos/MG. - Biomas de Transição Mata Atlântica/Cerrado, no valor de R\$ 400.000,00. Aplicação: Universidade Federal de Lavras (UFLA).

Apoio a Implantação de ações do Centro de Referência em Recuperação de Áreas degradadas da Bacia do São Francisco (Região do Médio SF - MG/DF/BA - Bioma Cerrado), no valor de R\$ 250.000,00. Aplicação: Universidade de Brasília (UnB).

Apoio a Implantação de Centro de Referências para recuperação da flora das áreas prioritárias da Bacia do rio São Francisco - Bioma Caatinga , no valor de R\$ 250.002,52. Aplicação: Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF).

Componente 3.3 – Gestão racional das águas

Projeto de Revitalização e recuperação de sub-bacias mineiras, no valor de R\$ 1.082.133,00. Resultados: Ações integradas envolvendo a mobilização social e implantação de obras e serviços visando à revitalização e ao manejo da sub-bacia do Córrego da Mina, em Pains/MG e do Córrego da Velha, em Luz/MG. Aplicação: ANA.

Componente 3.5 – Conservação da biodiversidade

Projeto de Implantação de Centros de Triagem de Animais Silvestres – CETAS, no valor de R\$ 172.000,00. Resultados: Apoio a ações dos Cetas nos municípios de Barreiras/BA, Bom Jesus da Lapa/BA e Montes Claros/MG. Aplicação: IBAMA.

Projeto de Conservação da Onça Pintada - 2ª etapa, no valor de R\$ 155.812,00. Resultados: Levantamento de espécies endêmicas ameaçadas nas áreas de estudo e análise da densidade populacional de onça. Aplicação: ICMBio.

Projeto de Levantamento das Espécies Exóticas Invasoras, no valor de R\$ 50.000,00. Resultados: Reuniões iniciais de capacitação e organização das ações a serem conduzidas ao longo do projeto. Aplicação: SBF/MMA.

Atividades principais da Linha de Ação 4 - Qualidade e Saneamento ambiental

Componente 4.2 - Resíduos sólidos

Projeto de Execução de obras de sistemas integrados de resíduos sólidos, no valor de R\$ 564.544,85. Resultados: Apoio a implantação de Unidade de Triagem nos municípios de Piumhi, Dorésópolis, Capitólio, Vargem Bonita, São Roque de Minas, em MG. Aplicação: CODEVASF.

Componente 4.3 – Convivência com o semi árido

Projeto para Desenvolvimento de Ações do Programa Água Doce no Semi-Árido, no âmbito do PRSF, no valor de R\$ 407.790,00. Resultados: Recuperação de 06 sistemas de dessalinização já instalados. Aplicação: CODEVASF.

Apoio ao Programa para o Desenvolvimento de Ações do Programa Água Doce no contexto do PR-SF no Semi-Árido, BA/PE, com a instalação de 10 unidades dessalinizadoras em municípios da bacia, em parceria com a Associação Técnico Científica (ATECEL), no valor de 1.296.880,83.

Atividades principais da Linha de Ação 5 - Economia Sustentável

Componente 5.1 Turismo sustentável

Projeto de apoio as ações do componente de Turismo Sustentável, no valor de R\$ 270.000,00. Resultados: Ações de articulação e planejamento das atividades interinstitucionais. Aplicação: Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável (SEDR/MMA).

Desenvolvimento de Ações do Componente de Turismo Sustentável – SIG (Sistemas de Informação Geográficas), no valor de R\$ 178.525,00. Resultados: Elaboração de Termo de Referência para Contratação de Consultor para Coordenação do levantamento e sistematização de informações Via SIG. Aplicação: SEDR/MMA.

RESUMO DAS PRINCIPAIS AÇÕES DO PRSF – 2007

LINHA	COMP.	RESPONSÁVEL	VALOR
1	1.1	CNP/MCT	R\$ 419.764.21
1	1.2	ANA	R\$ 550.000.00
1	1.3	SEDR/MMA	R\$ 256.500.00
1	1.3	SEDR/MMA	R\$ 630.380.15
2	2.1	ICMBio	R\$ 84.117.00
2	2.4	SBF/MMA	R\$ 42.338.00
2	2.4	SBF/MMA	R\$ 120.000.00
3	3.1	CODEVASF	R\$ 300.000.00
3	3.2	IBAMA	R\$ 315.870.00
3	3.2	IBAMA	R\$ 382.170.00
3	3.2	UFLA	R\$ 400.000.00
3	3.2	UnB	R\$ 250.000.00
3	3.2	UNIVASF	R\$ 250.002.52
3	3.3	ANA	R\$ 1.082.133.00
3	3.5	IBAMA	R\$ 172.000.00
3	3.5	ICMBio	R\$ 155.812.00
3	3.5	SBF/MMA	R\$ 50.000.00
4	4.2	CODEVASF	R\$ 564.544.85
4	4.3	CODEVASF	R\$ 407.790.00
4	4.3	ATECEL	R\$ 1.296.880.83
5	5.1	SEDR/MMA	R\$ 270.000.00
5	5.1	SEDR/MMA	R\$ 178.525.00
TOTAL		R\$ 6.625.446,73	

AÇÃO 101Q - RECUPERAÇÃO E PRESERVAÇÃO DA BACIA DOS RIOS TOCANTINS-ARAGUAIA

O Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica dos Rios Tocantins-Araguaia – **PROTAR**, foi iniciado após a efetivação do convênio celebrado entre o Ministério do Meio Ambiente e a Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do estado de Goiás – **SEMARH-GO**, em parceria com as demais secretarias de meio ambiente dos estados da bacia: Goiás, Mato Grosso, Tocantins, Maranhão, Pará e o Distrito Federal.

As atividades do programa visam implantar uma política de desenvolvimento sustentável, através de planejamento e gestão ambiental integrada e participativa, em conjunto com os Governos estaduais e municipais, organizações da sociedade civil, populações tradicionais, setores produtivos e população da bacia hidrográfica. Nesse sentido o PROTAR, neste ano deu continuidade a estruturação institucional do programa com a realização de encontros nos estados da bacia visando a integração das instituições envolvidas neste processo de elaboração. Também destacamos a realização do 1º Seminário de Desenvolvimento Sustentável da Bacia Hidrográfica do Alto Tocantins, realizado em maio de 2007 e em parceria com a ONG ECODATA, o MMA e o MI, que contou com a participação de trezentas pessoas, representantes de instituições que se preocupam com a questão ambiental da bacia. Na pauta

foram apresentadas palestras e debates, como a conservação do cerrado, bem como os múltiplos usos da água e propostas de desenvolvimento econômico da bacia. Dentro desse período de construção e obtenção de resultados, foi criado um site do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica Tocantins – Araguaia, onde são atualizadas constantemente as informações do andamento da execução e planejamento do Programa, cujo endereço é: www.semarh.goias.gov.br/PROTAR.

Merece realçar também a elaboração do Plano de Atividades e Metas (PAM) do Programa em fase de conclusão e sistematização durante os encontros estaduais e respectivas oficinas. Além disto, foi investido recurso no valor de R\$ 297.110,00 para promover recomposição florestal do Córrego Suçuapara e ações de educação ambiental nas escolas e na comunidade local, no município de Palmas-TO, através de convênio com o projeto Palmas para o Verde, com prazo de execução de 2 anos.

AÇÃO 09GF - APOIO A PROJETOS DE CONTROLE DA POLUIÇÃO POR RESÍDUOS EM BACIAS HIDROGRÁFICAS COM VULNERABILIDADE AMBIENTAL

Como atividade no âmbito desta ação, destaca-se o apoio institucional da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano à CODEVASF para a análise de projetos na área de Resíduos Sólidos no âmbito do PAC-São Francisco, bem como para a formação de Consórcios Públicos na região da Bacia do SF. A CODEVASF arcará com as despesas de capital do investimento das obras nos municípios contemplados, enquanto que o Ministério do Meio Ambiente atuará na gestão integrada dos resíduos e apoio técnico para a formação de consórcios públicos.

Seguindo a mesma linha estratégica da atividade descrita acima, destaca-se a celebração de convênios com os recursos orçamentários desta ação para o apoio aos Planos Estaduais de Resíduos Sólidos nos Estados Integrantes da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (AL,BA,DF,GO,MG,PE,SE), os quais orientarão as ações futuras do Governo Federal e, por consequência, otimizarão os recursos que serão aplicados para o desenvolvimento das ações no âmbito do programa. Os recursos foram descentralizados para o Departamento de Ambiente Urbano, o qual será responsável pelo acompanhamento e fiscalização dos convênios celebrados.

Não podemos deixar de destacar a instituição da Câmara Técnica Temática de Saneamento Ambiental no âmbito do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco (CTT-SA/SF), correspondente à Linha de Ação 4 – Qualidade e Saneamento Ambiental, tratando dos seguintes componentes: 4.1 – Saneamento Básico; 4.2 – Resíduos e 4.3 – Convivência com o Semi-Árido. Fazem parte desta Câmara: MMA representado por 4

unidades (SECEX, SRHU, IBAMA e ANA); MI representado por 3 unidades – Codevasf, SIH - Secretaria de Infraestrutura Hídrica e o DNOCS; MS/Funasa; MME/Chesf; Ministério das Cidades e CEF.

PROGRAMA – 8007 - PROGRAMA DE RESÍDUOS SÓLIDOS

O Programa Resíduos Sólidos Urbanos constitui-se em um programa interministerial do Governo Federal que compartilha ações na área de Resíduos Sólidos, tendo unificado e substituído os antigos programas Brasil Joga Limpo do Ministério do Meio Ambiente, Resíduos Sólidos Urbanos do Ministério das Cidades e Saneamento Básico - Ação Resíduos Sólidos da Fundação Nacional de Saúde – FUNASA. É um programa que tem atuação voltada para o apoio ao desenvolvimento dos processos de gestão, de gerenciamento e de manejo de resíduos sólidos urbanos, com vistas a garantir soluções para os problemas ambientais e de saúde decorrentes de processos inadequados, com ênfase à inserção de componentes sócio-econômicos.

ACÇÃO 86AA - DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL PARA A GESTÃO INTEGRADA DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS EM MUNICÍPIOS COM POPULAÇÃO ENTRE 30.000 E 250.000 HABITANTES OU INTEGRANTES DE REGIÕES METROPOLITANAS

O Ministério do Meio Ambiente por meio da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano é o responsável pela Coordenação do Programa, que além de promover a articulação das ações entre os Ministérios que o integram, desenvolve ações específicas relevantes. Como uma das atividades desempenhadas no ano de 2007, podemos destacar a reativação do Grupo Interministerial no âmbito do Programa Nacional de Resíduos Sólidos, o qual encontrava-se sem atividades desde o final do ano de 2005.

Como atividades desenvolvidas no âmbito da ação, destacamos a celebração de 09 (nove) convênios com os seguintes Estados: Alagoas (AL), Bahia (BA), Distrito Federal/Goiás (DF/GO), Maranhão (MA), Minas Gerais (MG), Pernambuco (PE), Piauí (PI), Rio de Janeiro (RJ) e Sergipe (SE). Estes convênios terão por finalidade a elaboração do Plano Estadual de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PEGIRS), o qual orientará as ações futuras do Governo Federal, por consequência, otimizará os recursos que serão aplicados para o desenvolvimento das ações no âmbito do programa. O montante de recursos que será utilizado para o desenvolvimento dos PEGIRS será de R\$ 4.773.819,80. Outra atividade importante a ser destacada foi o apoio de R\$ 1.573.972,21 à Prefeitura de Bagé para a “ Ampliação do aterro sanitário, aquisição de equipamentos e construção de leitos de secagem”. Os recursos foram descentralizados pelo Fundo Nacional do Meio Ambiente (FNMA) para esta Secretaria, a qual

teve a incumbência de formalizar o instrumento (convênio) para o repasse dos recursos. Visando o processo de inclusão social dos Catadores de Materiais Recicláveis, podemos destacar o convênio firmado com a CATAUNIDAS, com o objetivo de apoiar o Festival Fórum Lixo e Cidadania realizado em XX de agosto de 2007 na cidade de Belo Horizonte. Dentro deste contexto podemos destacar também o fortalecimento do Comitê Interministerial de Inclusão Social de Catadores de Materiais Recicláveis.

Não podemos deixar de lembrar, os trabalhos realizados por esta Secretaria com relação ao apoio institucional concedido visando à elaboração e implementação do Projeto de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo, ação esta de coordenação do Ministério das Cidades.

Cabe destaque a realização do Seminário "Recursos Hídricos no Ambiente Urbano: integração de sistemas" em novembro de 2007, com o objetivo de iniciar a construção de uma agenda comum de trabalho que busque a integração dos Sistemas de Gerenciamento de Recursos Hídricos e a Gestão Urbana, por meio da promoção de um espaço para a discussão, o aprofundamento, a troca e a divulgação de experiências sobre temas relacionados a políticas, instrumentos de gestão, programas e recursos financeiros na gestão integrada dos recursos hídricos e ambiente urbano.

PROGRAMA 0497 – GESTÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS

Este Programa, que se caracteriza por seu teor estratégico para o fortalecimento da política e do gerenciamento dos recursos hídricos do País, tem por objetivo coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de recursos hídricos. O art. 29, I, da Lei 9.433/97, dispõe que compete ao Poder Executivo Federal “tomar as providências necessárias à implementação e ao funcionamento do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos”, o que compreende, sinteticamente: definir as diretrizes e estratégias político-institucionais; elaborar e monitorar a implementação do Plano Nacional de Recursos Hídricos; apoiar, articular e fortalecer a atuação do Conselho Nacional dos Recursos Hídricos, dos órgãos colegiados e demais entidades envolvidas; promover a articulação e o fortalecimento dos sistemas de gestão dos estados; estruturar os instrumentos de monitoramento e controle; propiciar a construção de um pacto federativo que promova a gestão dos recursos hídricos e a sua integração com a gestão ambiental e com o uso do solo; promover a articulação do Sistema respeitando a diversidade do país, garantindo a participação e o efetivo controle social, com vistas a assegurar o uso múltiplo das águas de forma sustentável, bem como a utilização equilibrada, racional e justa dos nossos recursos hídricos.

AÇÃO 2D10 – Monitoramento, Avaliação e Revisão do Plano Nacional de Recursos Hídricos

O Plano Nacional de Recursos Hídricos - PNRH, um dos instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos - PNRH (Lei nº 9.433/97), visa fundamentar e orientar a implementação da Política, com o intuito de garantir água em quantidade e qualidade aos diversos usos, à atual e às futuras gerações. Tratando-se de um planejamento estratégico, com enfoque contínuo, dinâmico e participativo, sua formulação foi dinamizada na gestão passada, sendo incluído no Plano Plurianual do Governo Federal (PPA – 2004/2007 e 2008/2011). Aprovado em janeiro de 2006, constitui marco estratégico para o desenvolvimento sustentável no país. Diante de um processo dinâmico, abrangendo um horizonte temporal de 2005-2020, busca promover a gestão e o planejamento dos recursos hídricos de forma mais eficiente. Sua construção, coordenada pela Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente – SRHU/MMA, contou com o apoio técnico da Agência Nacional de Águas – ANA. Além disso, a construção do Plano representa o alcance de uma Meta do Milênio e das prerrogativas em relação à água da Cúpula de Johannesburgo para o Desenvolvimento Sustentável (Rio+10).

Todo o processo de elaboração do PNRH foi acompanhado pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH, por meio de suas câmaras técnicas. O Plano estabeleceu diretrizes e metas, buscando viabilizar a gestão integrada dos recursos hídricos, sem perder de vista a função ambiental e social da água. O Plano constitui-se de quatro Volumes: 1- Panorama e Estado dos Recursos Hídricos do Brasil; 2- Águas para o Futuro: Cenários para 2020; 3- Diretrizes; 4- Programas Nacionais e Metas. Após o estabelecimento de um processo que prezou a participação das Câmaras Técnicas que compõem o Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH, o CNRH aprovou, por unanimidade, o detalhamento operativo dos Programas I a VII do Plano Nacional de Recursos Hídricos.

No exercício de 2007, destacam-se: - Aprovação pelo CNRH – Resolução nº 69, de 19 de março de 2007, do documento “Sistema de Gerenciamento Orientado para os Resultados do PNRH - SIGEOR” - Meta II do PNRH; - Realização do Seminário Detalhamento Operacional dos programas e subprogramas do PNRH, em março de 2007, envolvendo os membros de todas as Câmaras Técnicas do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, bem como os membros do Plenário do Conselho; - Aprovação pelo CNRH – Resolução nº 80, de 10 de dezembro de 2007, do detalhamento operativo dos Programas I a VII do PNRH.

Ademais, durante o ano de 2007 foi realizado amplo apoio aos Estados da Federação (RS, SC, PR, MT, MS, AC, TO) no desenvolvimento ou idealização de propostas metodológicas em torno da construção de Planos Estaduais de Recursos Hídricos.

AÇÃO 2039 - Formulação da Política Nacional de Recursos Hídricos

Ação de natureza contínua, objetiva formular políticas e estratégias que visem o aprimoramento contínuo da Política de Recursos Hídricos com vistas a assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos hídricos superficiais, subterrâneos (neste tópico, principalmente estudos relacionados à gestão sustentável do Aquífero Guarani) e transfronteiriços, com ênfase no apoio à estruturação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos - SINGREH.

No exercício de 2007, deu-se continuidade ao aprimoramento da legislação e ao fortalecimento do processo de implementação dos instrumentos de gestão de recursos hídricos superficiais, subterrâneos e transfronteiriços, adaptando-os às diferentes realidades regionais, bem como ao monitoramento e avaliação do SINGREH por meio do Sistema de Acompanhamento da Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos – SIAPREH. Neste ano foram disponibilizadas, no site do MMA, as informações coletadas pela pesquisa realizada em 2006, junto aos órgãos e entidades que integram o SINGREH, assim como aprimorado o software do SIAPREH para que uma nova pesquisa possa ser realizada em 2008. Deu-se continuidade, também, ao apoio aos Estados na construção de seus planos de recursos hídricos e à promoção da integração da Política de Recursos Hídricos com a Política de Meio Ambiente.

No âmbito do Apoio à Estruturação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos – SINGREH, destaca-se: apoio técnico à elaboração dos Planos Estaduais de Recursos Hídricos dos Estados de Tocantins, Espírito Santo, Piauí, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Paraná, em andamento; apoio técnico e financeiro à elaboração dos Planos Estaduais de Recursos Hídricos dos Estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul.

No processo de articulação com órgãos estaduais, federais e internacionais para o desenvolvimento de estudos técnicos relacionados a águas subterrâneas ressaltou-se a importância da participação do Brasil por meio da SRHU/MMA, no acompanhamento e desenvolvimento do Projeto Sistema Aquífero Guarani – PSAG no Brasil, cujas principais atividades realizadas são:

- Acompanhamento e prorrogação do Ajuste Complementar ao Acordo entre a OEA e o Governo Brasileiro até o fim do PSAG (janeiro de 2009);
- Acompanhamento da reedição (atualização) da Portaria da Unidade Nacional de Execução do Projeto PSAG, publicada em 22 de novembro;
- Acompanhamento do processo para futura assinatura dos Acordos de Cooperação Técnica com os Estados de Minas Gerais, Goiás e São Paulo para desenvolvimento de atividades junto ao Projeto Aquífero Guarani;
- Acompanhamento do Programa de Capacitação Institucional do PSAG, na realização de estágios, intercâmbios e cursos, nos 4 países (enviados técnicos do RS, MT, MS, SP, GO, MG e

PR.);

- A realização de duas Semanas de Capacidades no âmbito dos projetos-piloto Santana do Livramento-Riviera (19 a 23 de novembro) e Ribeirão Preto (26 a 30 de novembro) do Projeto Aquífero Guarani, junto à Cap-Net e Universidades de Santa Maria e Estadual Paulista “Júlio Mesquita Filho”.

No processo de fortalecimento da gestão das águas subterrâneas é importante ressaltar também a participação do Brasil no Programa ISARM Américas UNESCO/OEA, no preenchimento do Questionário Aspectos Sócio-econômicos e Ambientais da Gestão de Aquíferos Transfronteiriços no Brasil e, ainda, o acompanhamento das propostas de Projetos para os Aquíferos Amazonas e Pantanal, junto ao GEF.

No que se refere a gestão de recursos hídricos transfronteiriços, a SRHU/MMA tem acompanhado a chancela do Acordo para a Gestão Sustentável da Bacia do Rio Apa, entre Brasil e Paraguai, e a elaboração de diretrizes para a gestão transfronteiriça e o Tratado do Rio Acre, entre Brasil, Peru e Bolívia e do processo de elaboração do Seminário para a Gestão Sustentável da Bacia do Rio Acre, a ser realizado em março de 2008, em Eptaciolândia. Outra importante atividade é a participação do Brasil no processo de adequação do Programa Marco para a Gestão Sustentável dos Recursos Hídricos da Bacia do Prata, aprovado pelo Comitê Intergovernamental Coordenador dos Países da Bacia do Prata - CIC e pelo Global Environmental Facility – GEF, feita no Seminário Taller Internacional de atualização do Programa Marco para a Gestão Sustentável dos Recursos Hídricos da Bacia do Prata, na sede do CIC, em Buenos Aires, de 03 a 07 de dezembro de 2007.

AÇÃO 4999 - Funcionamento do Conselho Nacional de Recursos Hídricos

Esta Ação objetiva garantir ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH condições para o cumprimento de suas funções de formulação e desenvolvimento de políticas, sob o controle da sociedade, a partir da disponibilização de condições operacionais e institucionais para o funcionamento do CNRH e de suas Câmaras Técnicas e Grupos de Trabalho, bem como da coordenação da participação de órgãos e entidades do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos. Inclui-se, nesta Ação, a disponibilização de espaço físico adequado à realização de reuniões, com apoio técnico, operacional e logístico da Secretaria Executiva do CNRH.

No exercício de 2007 foram realizadas quatro reuniões plenárias do CNRH, sendo duas extraordinárias (XX-19.03.07 e XXI-10.12.07) e duas ordinárias (XVII-14.06.07 e XVIII-16.10.07), sendo as duas últimas reuniões do ano realizadas fora das dependências do Ministério do Meio Ambiente, como parte de uma estratégia para uma maior divulgação do Conselho junto às instituições públicas e privadas que possuam atuação relacionada com a

gestão de recursos hídricos. Nas referidas reuniões foi também colocada em prática a estratégia de aproximar o CNRH dos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos, objetivando avaliar o funcionamento do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e a implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, a partir de apresentações, pelos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos, dos trabalhos realizados nos respectivos Estados, seguidas de uma ampla discussão.

Neste ano foram aprovadas 15 Resoluções, 03 Moções e 05 Portarias, resultantes das 73 reuniões das Câmaras Técnicas do CNRH, assim distribuídas: 10 CTIL, 7 CTEM, 9 CTCT, 7 CTCOST, 8 CTPOAR, 8 CTCOB, 6 CTAP, 6 CTGRHT, 7 CTAS e 5 CTPNRH, que reuniram em torno de 1600 técnicos. No âmbito das Câmaras Técnicas também foram realizadas 50 reuniões de Grupos de Trabalho com o objetivo de aprimorar o debate sobre temas mais específicos.

Destaca-se também a realização da Oficina para discussão das propostas de detalhamento dos programas e subprogramas do Plano Nacional de Recursos Hídricos nos dias 19 e 20 de março de 2007, em Brasília/DF, com a participação de mais de 300 técnicos, cujo objetivo foi de realizar uma discussão sistematizada, entre os membros do CNRH, com a finalidade de subsidiar o detalhamento e a implementação dos programas e subprogramas do Plano, de acordo com o documento “Estratégia de Implementação do PNRH”, conforme Resolução CNRH nº 67/2006. Esta oficina fomenta a Ação 7728.

4 – GESTÃO DE PROGRAMAS E AÇÕES

4.1. Programas

4.1.1. PROGRAMA 0497 - GESTÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS

A Política Nacional de Recursos Hídricos, instituída pela Lei das Águas nº 9.433/97, tem como objetivos assegurar à atual e às futuras gerações a necessária disponibilidade de água, em padrões de qualidade adequadas aos respectivos usos, a utilização racional e integrada dos recursos hídricos, incluindo o transporte aquaviário, com vistas ao desenvolvimento sustentável e a prevenção e a defesa contra eventos hidrológicos críticos de origem natural ou decorrentes do uso inadequado dos recursos naturais. O Plano Nacional de Recursos Hídricos - PNRH é um dos principais instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos, e tem por objetivo estabelecer um pacto nacional para a definição de diretrizes e políticas públicas, voltadas para a melhoria da oferta de água, em qualidade e quantidade, gerenciando as demandas e considerando ser a água um elemento estruturante para a implementação das políticas setoriais, sob a ótica do desenvolvimento sustentável e da inclusão social.

4.1.1.1. Dados gerais

Tabela 1 – Dados gerais do programa

Tipo de programa	Gestão de Políticas Públicas
Objetivo geral	Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área de recursos hídricos
Gerente do programa	Eustáquio Luciano Zica
Gerente executivo	João Bosco Senra
Indicadores ou parâmetros utilizados	--
Público-alvo (beneficiários)	Usuários de recursos hídricos e população das bacias hidrográficas

4.1.1.2. Principais ações

Dentre as ações constantes no programa, todas são de fundamental importância para o atingimento dos objetivos do programa, sendo, com exceção da ação 2272 – Gestão e Administração do Programa - GAP, detalhadas a seguir.

Cabe esclarecer que a ação GAP somente não foi detalhada por conter execução de recursos voltados para a atividade meio do programa, mas o seu papel no atingimento dos objetivos finalísticos tanto das ações como do programa são de fundamental importância.

4.1.1.3. Gestão da ações

4.1.1.3.1. Ação 2039 - Formulação da Política Nacional de Recursos Hídricos

4.1.1.3.1.1. Dados gerais da ação

Tabela 2 – Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Formular políticas e estratégias que visem o aprimoramento contínuo da Política de Recursos Hídricos com vistas a assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos hídricos superficiais, subterrâneos e transfronteiriços, com ênfase no apoio à estruturação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos - SINGREH.
Descrição	Essa ação tem como estratégia o aprimoramento contínuo da legislação e o fortalecimento do processo de implementação dos instrumentos de gestão de recursos hídricos, adaptando-os às diferentes realidades regionais como, por exemplo, a região amazônica, semi-árido e pantanal. Também prevê o monitoramento e avaliação do SINGREH por meio do Sistema de Acompanhamento da Implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos SIAPREH. Prevê ainda o apoio aos estados na construção de seus planos de recursos hídricos e a implementação de ações relacionadas com educação ambiental, formação e capacitação em gerenciamento de recursos hídricos, sejam eles superficiais ou subterrâneos e transfronteiriços. Esse conjunto de atividades busca também a integração da Política de Recursos Hídricos com a Política de Meio Ambiente e de Unidades de Conservação.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano
Unidades executoras	Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Departamento de Recursos Hídricos
Coordenador nacional da ação	Rogério Soares Bígio
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	--

4.1.1.3.1.2. Resultados

No exercício de 2007, buscamos formular, monitorar e avaliar o processo de implementação da política nacional de recursos hídricos no País, possibilitando a elaboração de políticas públicas nas distintas esferas de poder, visando a adequação às diversas realidades regionais brasileiras, sendo este processo fortalecido pelas seguintes ações/atividades:

- Coordenar a elaboração de parâmetros e diretrizes visando orientar a implementação da Política para o gerenciamento integrado das águas transfronteiriças, garantindo que a construção dos instrumentos de cooperação técnica e financeira observem os tratados internacionais e os fundamentos da sustentabilidade ambiental e socioeconômica;

- Contribuir para a efetivação e implementação dos acordos e convenções internacionais relativas a recursos hídricos;
- Apoiar os Estados e o Distrito Federal na criação, reestruturação e/ou fortalecimento de seus órgãos gestores de recursos hídricos, bem como na implementação dos instrumentos de gestão e de bases técnicas, subsidiando a elaboração de estudos e projetos específicos;
- Propiciar a estruturação e implementação do sistema nacional de gerenciamento de recursos hídricos;
- Efetivar a gestão em bacias compartilhadas, onde há rios de domínio da União e dos Estados, além de propiciar a gestão em bacias de rios estaduais;
- Estabelecer um marco legal de gestão conjunta entre Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai para preservação, conservação e uso sustentável do Sistema Aquífero Guarani e do Plano de Ação Estratégica- PAE, que fixará os aspectos técnicos, institucionais, legais e financeiros para a execução posterior, pelos quatro países, da gestão do Aquífero;
- Expandir e consolidar a base de conhecimento existente acerca do Sistema Aquífero Guarani;
- Fomentar a participação pública, para a comunicação social e educação ambiental.;
- Acompanhar, avaliar e difundir os resultados;
- Desenvolver medidas para a gestão e mitigação de problemas em áreas críticas identificadas;
- Avaliar o potencial de energia geotérmica;
- Estas ações/atividades tem como beneficiários diretos os integrantes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e como beneficiários indiretos toda a sociedade brasileira, de um modo geral.

Os principais resultados que propiciaram o sucesso na execução da ação, que levam a avaliação positiva, podem ser assim relatados:

- Aperfeiçoamento do Sistema de Acompanhamento e Avaliação da Implementação da Política de Recursos Hídricos - SIAPREH, por meio da elaboração e análise de relatórios; atualização contínua dos dados dos integrantes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos - SINGREH. Percepção dos diferentes estágios de implementação em que se encontram os Estados, além de terem diferentes estruturas institucionais. Disponibilização na página do MMA, em 2007, dos resultados da pesquisa do SIAPREH, realizada em 2006 e divulgação dos principais resultados em fóruns de interesse relacionado com os respectivos resultados. O SIAPREH permite que a SRHU apóie a implementação do SINGREH de forma eficiente e adequada a cada situação. Os dados obtidos por meio do SIAPREH permitem uma avaliação geral do SINGREH. Elaboração, em 2007, da proposta sobre representação dos diversos segmentos no referido Conselho, em trabalho por grupo de trabalho na Câmara Técnica Institucional e Legal – CTIL, no âmbito do CNRH, visando subsidiar mudanças na

Resolução 14/00 deste Conselho.

- Participações em reuniões dos Comitês de Bacia Hidrográfica - CBHs dos Rios Doce, Paraíba do Sul (CEIVAP), São Francisco, PCJ (Piracicaba, Capivari e Jundiá) e Verde Grande, com a SRHU contribuindo eficazmente para a implementação de instrumentos de gerenciamento do SINGREH, como a cobrança pelo uso de recursos hídricos no Estado de São Paulo (CBH-PCJ). Participação na formação do Comitê da bacia do rio Paranaíba, envolvendo os estados de Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul e também do Distrito Federal e do Comitê da bacia do rio Piranhas-Açu, envolvendo os estados da Paraíba e do Rio Grande do Norte.
- Participação do Departamento de Recursos Hídricos-DRH/SRHU na definição das linhas de pesquisa a serem apoiadas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq e Financiadora de Estudos e Projetos - Finep com recursos do CT - Hidro - Fundo Setorial de Recursos Hídricos do MCT, contribuindo para o desenvolvimento científico e tecnológico voltado para a gestão de recursos hídricos e o fortalecimento do SINGREH.
- Participação em atividades e grupos de trabalhos interministeriais setoriais, como os de saneamento, e para a elaboração da Política Nacional de Ordenamento Territorial - PNOT auxiliando na formulação de uma política de gerenciamento de recursos hídricos integrada às demais políticas públicas.
- Assinatura de Acordo de Cooperação Técnica com os estados de MS, MT, SC e PR.
- Assinatura de Acordo de Cooperação Técnica com o estado do PA, visando a cooperação institucional e técnica entre a SRHU/MMA e a SEMA para desenvolvimento do Sistema Estadual de Gerenciamento de Recursos Hídricos do Pará e a elaboração do Plano Estadual de Gerenciamento do mesmo.
- Assinatura de Acordo de Cooperação Técnica com a Organização Não Governamental Ecodata, a Rede Brasileira de Organizações de Bacias - Rebob e Consórcios Apa-Miranda e Piracicaba, Capivari e Jundiá (PCJ), para apoio técnico em ações de capacitação da sociedade em educação ambiental e recursos hídricos.
- Apoio técnico para implementação dos Sistemas Estaduais de Recursos Hídricos, nos seguintes Estados:
 - ✓ *Amazonas*: Proposição de contribuições para a regulamentação da Lei Estadual de Recursos Hídricos, com sugestões ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos;
 - ✓ *Roraima*: Participação na análise da proposta de legislação estadual para subsidiar a Política de Recursos Hídricos do estado;
 - ✓ *Rondônia*: Análise do processo de celebração de Acordo de Cooperação Técnica que entre si celebrarão a União, por intermédio do Ministério do Meio Ambiente, por meio

- de sua Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano e o Estado de Rondônia, por meio da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental. Este Acordo terá por objetivo a cooperação técnica-institucional para desenvolvimento do Sistema Estadual de Recursos Hídricos e a elaboração do Plano Estadual de Recursos Hídricos de Rondônia;
- ✓ *Acre*: Participação em reuniões para discutir o processo de elaboração do Plano de Recursos Hídricos do Acre;
 - ✓ *Minas Gerais*: Participação em reunião do Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais-CERH, acerca da elaboração do Plano Estadual de Recursos Hídricos de Minas Gerais;
 - ✓ *Mato Grosso do Sul*: Participações em reuniões para definição do processo de elaboração do Plano Estadual de Recursos Hídricos de MS, bem como o início dos trabalhos com a contratação de consultores de diversas áreas, com aporte de recursos do Programa Pantanal e apoio técnico do DRH/SRHU. Participação em reuniões com representantes da SEMAC/MS, IMASUL e consultores contratados, com o intuito de desenvolver efetivamente o processo de elaboração do Plano Estadual, bem como buscar a estreita sinergia entre os diversos relatórios técnicos a serem entregues pelos consultores contratados, participação em reuniões do Conselho que funciona desde início de 2006 para apresentação de Termo de Referência para elaboração do Plano Estadual de Recursos Hídricos - PERH, com financiamento do Programa Pantanal e apoio técnico da SRHU. Participação na definição do primeiro CBH do Estado;
 - ✓ *Mato Grosso*: Participação em reunião do Conselho Estadual de Recursos Hídricos de Mato Grosso acerca do processo de elaboração dos Estudos de Recursos Hídricos do Estado, que conta com aporte de recursos do Programa Pantanal, além do apoio técnico do DRH/SRHU. Participação em reuniões, com representantes da SEMA/MT e consultores contratados com o intuito de desenvolver efetivamente o processo de elaboração do Plano Estadual, bem como buscar a estreita sinergia entre os diversos relatórios técnicos a serem entregues pelos consultores contratados; Participação em reuniões para definição dos trabalhos sobre Estudo de Recursos Hídricos e início dos mesmos com a contratação de 11 consultores com recursos financeiros do Programa Pantanal e apoio técnico do DRH/SRHU;
 - ✓ *Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Paraná*: Participação em oficina de trabalho para aprofundar o debate metodológico acerca da articulação entre os diferentes níveis de planejamento de recursos hídricos preconizados na Política Nacional de Recursos Hídricos, bem como apontar alternativas de articulação envolvendo os Planos Estaduais de Recursos Hídricos dos Estados da Região Sul. Participação em reuniões com o órgão estadual sobre a contratação dos trabalhos para elaboração do PERH, com recursos

financeiros do FNMA e apoio do DRH/SRHU;

- ✓ Suporte técnico e político aos Estados do MS, MT, AL, RS, SC e PR para obtenção de recursos financeiros destinados à elaboração dos Planos Estaduais de Recursos Hídricos;
- ✓ Participação nas plenárias dos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos do AM,ES, RJ, RS e RO.

No que diz respeito à gestão dos recursos hídricos transfronteiriços, destaca-se o acompanhamento da chancela pelo Congresso Nacional do Acordo para a Gestão Sustentável da Bacia do Rio Apa, entre o Brasil e o Paraguai. O rio Apa, fronteira entre o Brasil e o Paraguai, é uma fonte potencial de conflitos. O processo de construção desse acordo foi desencadeado na Câmara Técnica de Gestão de Recursos Hídricos Transfronteiriços – CTGRHT, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos.

Outro resultado foi a continuidade do processo de participação e mobilização pela gestão da bacia do Rio Acre, que abrange a Bolívia, o Brasil e o Peru. A região, que no Brasil se situa no Estado do Acre, envolve diversos segmentos da sociedade civil e universidades. Desde 2006, o governo federal passou a participar do processo, incluindo a criação de um Grupo de Trabalho no âmbito da Câmara Técnica de Gestão de Recursos Hídricos Transfronteiriços – CTGRHT, do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH. Pode-se afirmar que o sucesso decorre tanto da mobilização dos atores da região como do empenho da área técnica deste Ministério.

Pode-se ainda citar a mobilização que resultou na assinatura de um “Pacto pelo Rio Negro”. O rio Negro nasce no Estado do Rio Grande do Sul e entra no Uruguai, país do qual é o rio mais importante.

Em continuidade às atividades do Programa Marco para a Gestão Sustentável dos Recursos Hídricos da Bacia do Prata, presidido pelo Comitê Intergovernamental Coordenador dos Países da Bacia do Prata-CIC, foi feita a adequação dos documentos às exigências do GEF pelos técnicos dos países, em Buenos Aires, de 03 a 07 de dezembro;

Acompanhamento da Cooperação Brasil-Bolívia sobre o Rio Madeira, por meio de reuniões e de elaboração de respostas ao questionário do governo boliviano- Brasília, 17 de setembro, 23 de outubro e 1 de novembro;

Em relação às águas subterrâneas, realizou a divulgação e distribuição da Publicação Águas Subterrâneas – Um recurso a ser conhecido e protegido.

O Projeto de Proteção Ambiental e Desenvolvimento Sustentável do Sistema Aquífero Guarani (PSAG), entre outros aspectos propiciou a ampliação da participação da sociedade na gestão destes recursos. A SRHU como coordenadora nacional do Projeto, que se encontra na fase de execução, tem acompanhado e apoiado o desenvolvimento deste, além de prover suporte técnico e financeiro ao funcionamento da Unidade Nacional de Execução do Projeto

– UNEP. Os seguintes resultados deste projeto a serem destacados são:

- Divulgação do Mapa Base 1:3.000.000 e 1:250.000 do PSAG aos órgãos gestores dos estados e demais atores da gestão, bem como sua disponibilização junto às Cartas Temáticas no Portal SIG do PSAG
- Prover informações para a base de dados de hidrogeologia e relatórios geológicos sintetizando estas informações, fornecidas pelos estados e órgãos públicos, sendo que a principal dificuldade encontrada é a aquisição de dados junto a empresas e agências;
- Acompanhamento da implementação pelo CERH de São Paulo da Deliberação 65/2006 que estabelece zoneamento e área de restrição e controle temporários para captação e uso das águas subterrâneas no município de Ribeirão Preto-SP, sendo uma das causas de sucesso o apoio da Unidade Estadual, comissão local e facilitador do projeto piloto;
- Divulgação dos relatórios finais dos 9 projetos dos fundos de universidade, difundidos junto aos principais atores da gestão, cujo principal resultado foi o aumento do conhecimento do aquífero;
- Divulgação dos relatórios finais e produtos dos projetos dos fundos de cidadania, difundidos junto aos principais atores da gestão, cujo principal resultado foi a divulgação da importância estratégica do SAG;
- Divulgação do Manual de perfuração de poços tubulares profundos no Sistema Aquífero Guarani, que serve como diretriz para novas perfurações;
- Divulgação do SPOT de TV para difundir junto à sociedade o conceito de aquífero e sua natureza física, de maneira didática, em espanhol e português, com 30 segundos de duração.
- Aprovação da Análise de Diagnóstico Transfronteiriça - ADT, propiciando a formatação de um documento de estratégia nacional com legitimidade técnica e social, pelo CSDP em 28 e 29 de março de 2007;
- Elaboração do esboço do Plano de Ação Estratégica- PAE, que indicará subsídios quanto aos aspectos técnicos, institucionais, legais e financeiros para a gestão conjunta do Aquífero pelos quatro países;
- Elaboração e aprovação dos TDRs de Desenho e implementação do Sistema de Informações do Sistema Aquífero Guarani -SISAG, bem como esboço dos equipamentos, para os quais foi de fundamental importância a participação de técnicos da ANA e CPRM.
- Finalização dos levantamentos geológicos e ensaios de bombeamento nos pilotos pelas empresas contratadas, para os quais os técnicos dos estados, em especial nos pilotos, contribuíram para o sucesso dos resultados.
- Início dos trabalhos de sócio-economia nos projetos-pilotos.
- Desenvolvimento do Controle de Qualidade com participação ativa de especialistas dos 4 países;

- Diversas atividades de capacitação do Projeto Aquífero Guarani (estágios, twinning e pasantias-técnicos brasileiros capacitados) organizados pela Secretaria Geral do projeto;
- Entrega do relatório final de contrapartida do PSAG, sendo a principal causa de sucesso a participação dos estados, com destaque para São Paulo e Goiás; porém, tem-se dificuldade de obtenção de dados de empresas e órgãos públicos;
- Evento de Abertura da Semana Nacional de Meio Ambiente, constituído das seguintes atividades: 55ª Reunião da Câmara Técnica de Águas Subterrâneas, Plantio de Árvores em área de afloramento do Aquífero Guarani e 6ª Reunião da UNEP, bem como inauguração do Auditório Aquífero Guarani-Celso Peticarrari pelo DAEE-SP e lançamento oficial dos materiais produzidos pelo projeto e pela SRHU/MMA (CD com os Anais do I Congresso Aquífero Guarani, Mapa Base, CD do Fundo de Universidades, Cidadania e Manual de Perfuração, Publicação do Fundo de Universidades, Publicação do Manual de Perfuração e da Publicação Águas Subterrâneas: Um recurso a ser conhecido e protegido);
- Semanas de Desenvolvimento de Capacidades em GIRH do Projeto Aquífero Guarani nos projetos-piloto de Santana do Livramento-Rivera (19 a 23 de novembro) e Ribeirão Preto (26 a 30 de novembro), junto à Cap-Net e Universidades de Santa Maria e Estadual Paulista “Julio Mesquita Filho”.
- Seminário com as Empresas contratadas no âmbito do PSAG- Bauru (SP), 20 a 22 de agosto de 2007,
- Seminário de Usos Termais e Efluentes Salgados em Concórdia-Salto (AR/UY) no período de 5 a 7 de setembro de 2007;
- Seminário do Plano de Ações Estratégicas em Montevidéu, de 3 e 4 de outubro de 2007;
- Seminário com as Empresas contratadas no âmbito do PSAG- Montevidéu, 8 e 9 de outubro de 2007;
- Seminário de Rede de Monitoramento, em Montevidéu, dias 10 e 11 de outubro de 2007;
- Seminário de Modelo Conceitual do Sistema Aquífero Guarani, em Belo Horizonte, de 12 a 14 de novembro de 2007;
- Seminário de Subsídios para os Plano de Ações Locais nos projetos-piloto Santana do Livramento-Rivera (22 e 23 de novembro) e Ribeirão Preto (29 e 30 de novembro) do Projeto Aquífero Guarani, para os quais foi razão de sucesso a ampla participação dos atores dos dois projetos-piloto.

Como causas do sucesso podemos destacar a capacitação dos técnicos envolvidos, fator importante na obtenção dos resultados, o acompanhamento da implementação do SINGREH que a SRHU faz por meio do SIAPREH e que permite a adequação das ações considerando as necessidades de cada componente/integrante do sistema e peculiaridades regionais, e a continuidade da integração com a equipe do Programa Pantanal e interação com o Fundo

Nacional de Meio Ambiente para viabilização das atividades nos estados do MS, MT, RS, SC e PR.

Ressalta-se ainda o esforço que esta Secretaria tem feito para o fomento à gestão integrada das políticas de recursos hídricos e de meio ambiente.

Vale ressaltar que a equipe do DRH sofreu redução de profissionais, o que tem dificultado o desenvolvimento dos trabalhos, tendo sido solicitado por parte da SRHU, ao MMA, a realização de concurso para complementação da equipe.

Para sanear tais dificuldades buscamos estabelecer parcerias com outras instituições afins.

Para possibilitar a realização das atividades descritas nesta ação foram gastos recursos para pagamentos de viagens no valor de R\$43.151,17 e repassado ao Projeto de Cooperação Técnica, celebrado com a Organização dos Estados Americanos OEA/BRA/01/002, o valor de R\$696.879,17.

Tabela 3 - Metas e resultados da ação exercício

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
01	R\$2.504.758,00	01	R\$2.117.579,00

4.1.1.3.2. Ação 4999 - Funcionamento do Conselho Nacional de Recursos Hídricos

4.1.1.3.2.1. Dados gerais da ação

Tabela 4 – Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Proporcionar ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos-CNRH e suas Câmaras Técnicas de condições físicas, técnicas, administrativas e logísticas mínimas para a sua existência e funcionamento, bem como realizar as seguintes ações: promover a implementação do CNRH itinerante (realização de reuniões regionalizadas); divulgar as suas decisões e deliberações; criar condições para que o CNRH possa se articular com o Conselho Nacional de Meio Ambiente-CONAMA; ampliar a representatividade dos membros do CNRH, incorporando novos representantes usuários de recursos hídricos; realizar estudos técnicos necessários às tomadas de decisão; e, demais funções que se fizerem necessárias ao cumprimento da missão do CNRH como órgão máximo do Sistema Nacional de Gerenciamento dos Recursos Hídricos.
Descrição	Disponibilização de condições operacionais e institucionais para o funcionamento do CNRH e de suas Câmaras Técnicas, o fornecimento de apoio técnico, jurídico, administrativo e a coordenação da participação de órgãos e entidades do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos no encaminhamento e detalhamento de questões específicas e no tratamento singular de áreas temáticas. Inclui-se, nessa ação, a disponibilização de espaço físico adequado à realização de reuniões, com recursos de gravação. Essa ação garantirá ao CNRH condições

	para o cumprimento de suas funções de formulação e desenvolvimento de políticas, sob o controle da sociedade.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano
Unidades executoras	Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Departamento de Recursos Hídricos
Coordenador nacional da ação	Franklin de Paula Júnior
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	--

4.1.1.3.2.2. Resultados

O Conselho Nacional de Recursos Hídricos - CNRH, órgão máximo do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos - SINGREH, criado pela Lei 9.433/97, é presidido pela Ministra do Meio Ambiente e composto por representantes de Ministérios e Secretarias Especiais da Presidência da República, Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos, usuários de recursos hídricos (irrigantes; indústrias; concessionárias e autorizadas de geração de energia hidrelétrica; pescadores e usuários da água para lazer e turismo; prestadoras de serviço público de abastecimento de água e esgotamento sanitário; e hidroviários), e por representantes de organizações civis de recursos hídricos (consórcios e associações intermunicipais de bacias hidrográficas; organizações técnicas e de ensino e pesquisa, com interesse na área de recursos hídricos; e organizações não-governamentais). O mesmo foi instalado em reunião ocorrida em 05 de novembro de 1998. A Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano do Ministério do Meio Ambiente - SRHU/MMA é a Secretaria Executiva do CNRH, conforme inciso XVII, artigo 13, do Decreto nº 5.776, de 2006, e artigos 3º e 4º do Decreto nº 4.613, de 2003.

No cumprimento dessa atribuição, a SRHU tem promovido o apoio técnico, administrativo e operacional para o funcionamento do CNRH, atuando na promoção das seguintes ações:

- Realização de reuniões das Câmaras Técnicas nas diversas regiões do País, como forma de ampliar a discussão dos temas em debate; divulgação das atividades e das deliberações do CNRH, procurando enfatizar o seu caráter nacional de determinação de critérios gerais para a gestão de recursos hídricos no País;
- Promoção da articulação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos - SINGREH com o Sistema Nacional de Meio Ambiente - SISNAMA, em especial com os

temas pertinentes em debate no Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA;

- Realização e acompanhamento das Assembléias eletivas dos integrantes do CNRH nos segmentos dos usuários, das organizações civis com interesse em recursos hídricos e dos Conselhos estaduais de recursos hídricos, procurando criar condições para uma efetiva representatividade.

Conforme art. 46 da Lei nº 9.433, de 1997, compete à Secretaria Executiva do CNRH:

- Prestar apoio administrativo, técnico e financeiro ao Conselho Nacional de Recursos Hídricos;
- Instruir os expedientes provenientes dos Conselhos Estaduais e dos Comitês de Bacia Hidrográfica;
- Elaborar seu Programa de Trabalho e respectiva proposta orçamentária anual e submetê-los à aprovação do Conselho.

Para desempenho das suas competências legais, cabe à Secretaria Executiva as seguintes atribuições estabelecidas no art. 42, do Anexo da Portaria nº 377, de 19 de setembro de 2003, que aprovou o Regimento Interno do CNRH:

- Elaborar a pauta das reuniões do Conselho e redigir suas atas;
- Acompanhar e monitorar o processo de implementação dos Comitês de Bacia Hidrográfica cuja proposta de instituição foi aprovada pelo Conselho;
- Planejar e coordenar o processo de realização de assembléias para escolha dos representantes, no Conselho Nacional de Recursos Hídricos, dos setores usuários, das organizações civis de recursos hídricos e dos conselhos estaduais de recursos hídricos;
- Prestar apoio administrativo, técnico e financeiro às Câmaras Técnicas e seus Grupos de Trabalho;
- Monitorar o cumprimento das deliberações do Conselho assim como a efetividade da implementação do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, com a finalidade de elaboração do relatório anual de atividades do Conselho;
- Proceder à avaliação sistemática e ao planejamento de curto, médio e longo prazos das atividades do CNRH, submetendo ao Plenário para deliberação;
- Promover a integração dos temas discutidos no âmbito do CNRH, a partir das atividades previstas e em andamento nas Câmaras Técnicas; e
- Promover a integração dos temas com interface entre o CNRH e demais Conselhos colegiados.

Como beneficiários diretos temos as instituições e técnicos representantes do Poder Público federal, dos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos, dos usuários e das organizações civis de recursos hídricos, integrantes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (Público alvo do CNRH), e como beneficiários indiretos temos os Usuários de

recursos hídricos e a sociedade brasileira como um todo.

No ano 2007, foram realizadas duas reuniões ordinárias do CNRH e outras duas extraordinárias, sendo aprovadas quinze resoluções e três moções, além do encaminhamento para a publicação de seis Portarias do MMA.

Nesse processo do CNRH de formulação da Política Nacional de Recursos Hídricos e de regulamentação de seus instrumentos, dentre outros aspectos da Lei nº 9.433, de 1997, destaca-se a Resolução CNRH nº 76 de 16/10/2007 que estabeleceu diretrizes gerais para a integração entre a gestão de recursos hídricos e a gestão de águas minerais, termais, gasosas, potáveis de mesa ou destinadas a fins balneários e a Resolução nº 80 de 10/12/2007, que aprovou o detalhamento operativo de programas de I a VII do Plano Nacional de Recursos Hídricos – PNRH, dando assim continuidade a implementação do Plano que foi construído considerando as várias dimensões da água, não se restringindo ao aspecto hidrológico.

Ratificando a necessidade de integração dos sistemas de meio ambiente e de recursos hídricos, em dezembro de 2007, foi publicada Portaria Ministerial nº 509, que designa os representantes dos órgãos e entidades, que compõem a Comissão Permanente de Articulação e Integração do CONAMA e do CNRH, instituída pela Portaria nº 357, de 18/11/2006. Essa Comissão tem a finalidade de sugerir procedimentos de articulação e integração das ações e temas conexos do CONAMA e do CNRH.

Ainda merece destaque a publicação da Resolução CNRH nº 70, de 19/03/2007, que estabelece os procedimentos, prazos e formas para promover a articulação entre o Conselho Nacional de Recursos Hídricos e os Comitês de Bacia Hidrográfica, visando definir as prioridades de aplicação dos recursos provenientes da cobrança pelo uso da água, referidos no inc. II do § 1º do art. 17 da Lei nº 9.648, de 1998, com a redação dada pelo art. 28 da Lei nº 9.984, de 2000, o que fortaleceu a implementação do Plano Nacional de Recursos Hídricos, haja vista que as prioridades foram concentradas em seus programas.

Dentre as moções aprovadas pelo Conselho, merece destaque a Moção CNRH nº 44, de 10/12/2007, que recomenda a divulgação de informações básicas, em páginas da rede mundial de computadores, sobre os Conselhos de Recursos Hídricos, os Comitês de Bacia Hidrográfica e as representações dos segmentos de Usuários e Organizações Civas de Recursos Hídricos, o que favorecerá o acesso ao conhecimento das ações dos integrantes do SINGREH.

Além das atividades supra mencionadas, a Secretaria Executiva realiza sistematicamente a manutenção e atualização da página eletrônica do CNRH; a instrução de processos para encaminhamento das deliberações do CNRH para análise da CONJUR/MMA e posterior publicação na Imprensa Oficial - DOU; a divulgação contínua das deliberações do CNRH aos órgãos gestores de recursos hídricos e afins; o monitoramento das deliberações do

CNRH; a elaboração e veiculação, por meio eletrônico, de informativos sobre as ações do CNRH, das suas Câmaras Técnicas e Grupos de Trabalho, e da própria Secretaria Executiva. O CNRH possui em sua estrutura 10 (dez) Câmaras Técnicas para o desenvolvimento das atividades pertinentes às suas atribuições, objetivando subsidiar os Conselheiros em suas deliberações nos diferentes assuntos tratados. Sua composição favorece o debate dos temas pelos diversos usuários da água, procurando contemplar o seu uso múltiplo. Além disso, são abertas à participação pública e nelas se desenvolve todo o debate dos temas a serem deliberados pelo Plenário do CNRH, contando com ampla participação da sociedade, investindo as deliberações do Conselho de legitimidade e tornando-as produto de um processo participativo sob o controle da sociedade. São as seguintes as Câmaras Técnicas do CNRH: Assuntos Legais e Institucionais - CTIL; Plano Nacional de Recursos Hídricos - CTPNRH; Análise de Projeto - CTAP; Integração de Procedimentos, Ações de Outorga e Ações Reguladoras - CTPOAR; Gestão dos Recursos Hídricos Transfronteiriços - CTGRHT; Ciência e Tecnologia - CTCT; Águas Subterrâneas - CTAS; Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos - CTCOB; Educação, Capacitação, Mobilização Social e Informação em Recursos Hídricos - CTEM; e Integração da Gestão das Bacias Hidrográficas e dos Sistemas Estuarinos e Zona Costeira - CTCOST.

Essas Câmaras encontram-se em pleno funcionamento, possuindo uma composição que varia entre 7 a 17 conselheiros, ou representantes legais, com mandato de dois anos. As reuniões são abertas à participação pública e de especialistas nos temas em discussão; o resultado mais significativo dessa forma de atuar é a ampliação da base de discussão com a sociedade, usuários e entidades governamentais, possibilitando o envolvimento de técnicos de todo o país, em discussões sobre assuntos de relevância para a implementação da Política e o funcionamento do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos.

Em 2007 foram realizadas 69 reuniões das Câmaras Técnicas como forma de difundir e ampliar os debates dos diversos temas em análise no âmbito do CNRH, levando-os às diversas regiões do País, foram realizadas reuniões de Câmaras Técnicas do CNRH nas seguintes localidades: Brasília/DF, Foz do Iguaçu/PR, São Paulo/SP, Ribeirão Preto/SP, Gramado/RS, Cuiabá/MT, Teresina/PI e Belo Horizonte/MG.

Em média, as reuniões das Câmaras Técnicas contam com a participação de 25 pessoas.

Como auxílio aos trabalhos das Câmaras Técnicas, são criados Grupos de Trabalho que se reúnem para tratar de temas específicos.

As 50 (cinquenta) reuniões dos Grupos de Trabalho foram realizadas quase todas em Brasília/DF, mas também tivemos no Rio de Janeiro/RJ, São Paulo/SP, Belo Horizonte/MG e Eptaciolândia/AC.

A seguir apresentamos um quadro com todas as Deliberações aprovadas pelo CNRH no ano 2007:

Tabela 5 – Resoluções – CNRH / 2007

Resolução nº 83, de 10 de dezembro de 2007	Prorroga o prazo do mandato da Diretoria Provisória do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba.
Resolução nº 82, de 10 de dezembro de 2007,	Prorroga o prazo do mandato da Diretoria Provisória do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Piranhas-Açu.
Resolução nº 81, de 10 de dezembro de 2007	Aprova o Programa de Trabalho e a respectiva Proposta Orçamentária da Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Recursos Hídricos, para o exercício de 2008.
Resolução nº 80, de 10 de dezembro de 2007	Aprova o Detalhamento Operativo de Programas do Plano Nacional de Recursos Hídricos.
Resolução nº 79, de 10 de dezembro de 2007	Estabelece a composição da Câmara Técnica de Integração da Gestão das Bacias Hidrográficas e dos Sistemas Estuarinos e Zona Costeira.
Resolução nº 78, de 10 de dezembro de 2007	Aprova a revisão dos mecanismos e ratifica os valores relativos à cobrança pelo uso de recursos hídricos de domínio da União da Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiáí.
Resolução nº 77, de 10 de dezembro de 2007	Prorroga o prazo da delegação de competência ao Consórcio Intermunicipal das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiáí para o exercício de funções e atividades inerentes à Agência de Água das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiáí.
Resolução nº 76, de 16 de outubro de 2007	Estabelece diretrizes gerais para a integração entre a gestão de recursos hídricos e a gestão de águas minerais, termais, gasosas, potáveis de mesa ou destinadas a fins balneários.
Resolução nº 75, de 16 de outubro de 2007	Altera a Resolução CNRH nº 68, de 07 de dezembro de 2006, que estabelece a composição e define suplências para Câmaras Técnicas do Conselho Nacional de Recursos Hídricos.
Resolução nº 74, de 16 de outubro de 2007	Prorroga o prazo da delegação de competência ao Consórcio Intermunicipal das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiáí para o exercício de funções e atividades inerentes à Agência de Água das Bacias Hidrográficas dos Rios Piracicaba, Capivari e Jundiáí.
Resolução nº 73, de 14 de junho de 2007	Altera o inciso III do artigo 2º da Resolução CNRH nº 10, de 21 de junho de 2000.
Resolução nº 72, de 14 de junho de 2007	Prorroga o prazo do mandato da Diretoria Provisória do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Piranhas-Açu.
Resolução nº 71, de 14 de junho de 2007	Estabelece as prioridades para aplicação dos recursos provenientes da cobrança pelo uso de recursos hídricos, para o exercício orçamentário de 2008 e no Plano Plurianual 2008 - 2011, e dá outras providências.

Resolução nº 70, de 19 de março de 2007	Estabelece os procedimentos, prazos e formas para promover a articulação entre o Conselho Nacional de Recursos Hídricos e os Comitês de Bacia Hidrográfica, visando definir as prioridades de aplicação dos recursos provenientes da cobrança pelo uso da água,
Resolução nº 69, de 19 de março de 2007	Aprova a proposta do Sistema de Gerenciamento Orientado para os Resultados do Plano Nacional de Recursos Hídricos – SIGEOR.

Tabela 6 – Moções – CNRH / 2007

Moção nº 44, de 10 de dezembro de 2007	Recomenda a divulgação de informações básicas, em páginas da rede mundial de computadores, sobre os Conselhos de Recursos Hídricos, os Comitês de Bacia Hidrográfica e as representações dos segmentos de Usuários e Organizações Civas nos Colegiados do SINGREH.
Moção nº 43, de 16 de outubro de 2007	Recomenda aos Ministros de Estado e Titulares das Secretarias da Presidência da República que priorizem, nos programas, projetos e ações de suas pastas que possuam interface com recursos hídricos, as iniciativas dos Estados voltadas a implementação da Política de Recursos Hídricos.
Moção nº 42, de 16 de outubro de 2007	Reitera a Moção CNRH nº 16 e recomenda observância das diretrizes do Plano Nacional de Recursos Hídricos

Tabela 7 – Portarias – CNRH / 2007

Portaria nº 44, de 10 de dezembro de 2007	Designa os membros titulares e suplentes do CNRH
Portaria nº 43, de 19 de outubro de 2007	Designa os membros titulares e suplentes do CNRH
Portaria nº 42, de 29 de agosto de 2007	Designa membro da Diretoria Provisória do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Paranaíba
Portaria nº 41, de 18 de junho de 2007	Designa os membros titulares e suplentes do CNRH.
Portaria nº 40, de 07 de maio de 2007	Designa os membros titulares e suplentes do CNRH.
Portaria nº 39, de 24 de abril de 2007	Designa novos membros da Diretoria Provisória do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Piranhas-AÇU.

Gráfico 1 – Evolução do número de reuniões do CNRH e Câmaras Técnica

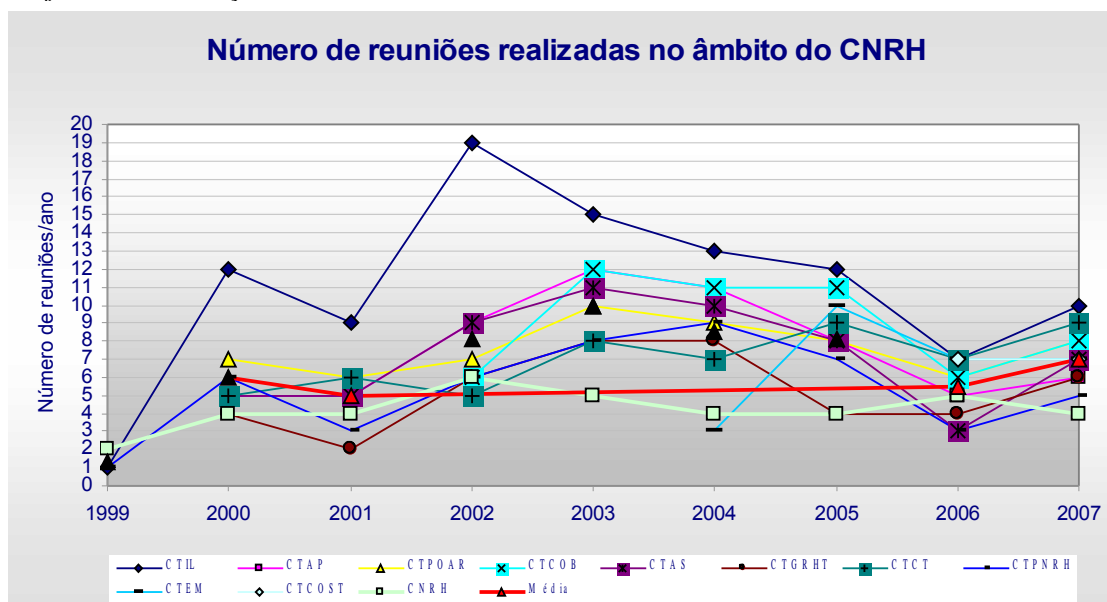


Gráfico 2 – Percentual de resoluções aprovadas pelo CNRH (1998-2007)



Os principais resultados obtidos com as atividades do CNRH foram: i) realização de quatro reuniões plenárias do CNRH, sendo 2 ordinárias, em 14 de junho e 16 de outubro, e duas extraordinárias, em 19 de março e 10 de dezembro; ii) realização de 69 reuniões das Câmaras Técnicas, sendo: 10 da CTIL, 6 da CTAP, 8 da CTCOB, 9 da CTCT, 8 da CTPOAR, 7 da CTAS, 7 da CTEM, 5 da CTPNRH, 6 da CTGRHT e 7 da CTCOST; iii) realização de 50 reuniões de Grupos de Trabalho de Câmaras Técnicas; iv) publicação de 15 resoluções e 3 moções que regulamentam a gestão de recursos hídricos no País; v) lançamento da 4ª Edição do “Conjunto de Normas Legais”, comemorativa aos 10 Anos da Lei 9.433/97; vi) lançamento do Glossário de Termos Referentes à Gestão de Recursos

Hídricos Fronteiriços e Transfronteiriços da Câmara Técnica de Gestão dos Recursos Hídricos Transfronteiriços. vii) realização da Oficina para a discussão das propostas de detalhamento dos programas e subprogramas do Plano Nacional de Recursos Hídricos.

Podemos destacar como causas do sucesso o debate amplo e participativo, sob controle social, dos temas relacionados à gestão de recursos hídricos no País, visando à formulação da Política Nacional de Recursos Hídricos e a regulamentação dos seus instrumentos, entre outros aspectos da Lei nº 9.433, de 1997.

Para possibilitar a realização das atividades descritas nesta ação foram gastos recursos para pagamentos de viagens no valor de R\$14.578,25 e repassado ao Projeto de Cooperação Técnica, celebrado com a Organização dos Estados Americanos OEA/BRA/01/002, o valor de R\$671.654,00.

Tabela 8 – Metas e resultados da ação exercício

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
Não consta	R\$724.514,00	Não consta	R\$724.093,00

4.1.1.3.3. Ação 2D10 – Monitoramento, Avaliação e Revisão do Plano Nacional de Recursos Hídricos

4.1.1.3.3.1. Dados gerais da ação

Tabela 9 – Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Detalhar os programas e metas do Plano Nacional de Recursos Hídricos e acompanhar sua implementação, aprimorando-o continuamente e comunicando à sociedade seus resultados.
Descrição	Detalhamento, validação, implementação, monitoramento e atualização do Plano Nacional de Recursos Hídricos - PNRH, por meio de sua divulgação, negociação e articulação junto à sociedade e às instituições correlatas.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano
Unidades executoras	Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Departamento de Recursos Hídricos
Coordenador nacional da ação	Luiz Augusto Bronzatto
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	--

4.1.1.3.3.2. Resultados

Procuramos com esta ação implementar, monitorar e avaliar o desenvolvimento e revisar o Plano Nacional de Recursos Hídricos, tendo como focos o desenvolvimento e a articulação (intersetorial, inter e intra-institucional) da gestão de recursos hídricos no Brasil, de forma a contribuir para o alcance dos objetivos finalísticos do PNRH: (i) melhoria das disponibilidades hídricas, superficiais e subterrâneas, em qualidade e em quantidade; (ii) redução dos conflitos reais e potenciais de uso da água, bem como dos eventos hidrológicos críticos; e (iii) percepção da conservação da água como valor socioambiental relevante.

Especificamente trabalhamos para alcançar os seguintes objetivos:

- Coordenar a elaboração do detalhamento operativo dos Programas e Metas, contidos no volume IV do PNRH.
- Submeter ao CNRH o documento sobre o detalhamento dos Subprogramas do PNRH até 31 de dezembro de 2007 para sua aprovação.
- Coordenar a elaboração e auxiliar no acompanhamento da implementação do Plano Nacional de Recursos Hídricos;
- Avançar na articulação entre o PNRH e os Planos Estaduais de Recursos Hídricos, bem como entre o PNRH e as políticas setoriais;
- Avançar na elaboração do Sistema de Informações do Plano Nacional de Recursos Hídricos – SI-PNRH.

Como beneficiários diretos tivemos os integrantes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, e como beneficiários indiretos os tomadores de decisão nas três esferas de governo e a população brasileira como um todo, por ter nas mãos um conjunto de Programas detalhados do Plano Nacional de Recursos Hídricos, aprovados por meio da Resolução nº 80 do CNRH, de 10 de dezembro de 2007, referentes ao desenvolvimento da gestão integrada dos recursos hídricos no Brasil e à articulação intersetorial, interinstitucional e intra-institucional relacionada ao PNRH.

Em 2007 foram realizadas as seguintes atividades:

- Realização de diversas reuniões técnicas envolvendo dirigentes, técnicos e consultores da SRHU e ANA visando aprofundar e definir as bases e os conteúdos técnicos do Detalhamento dos Programas do PNRH, bem como produzir textos básicos para subsidiar debates em torno do detalhamento com as Câmaras Técnicas do CNRH;
- Organização e participação na “Oficina de Detalhamento dos Programas e Subprogramas do PNRH”, envolvendo conselheiros, membros das dez Câmaras Técnicas do CNRH, consultores e especialistas em gestão de recursos hídricos com os objetivos de subsidiar o detalhamento dos programas do PNRH; ampliar e aprofundar a participação do CNRH; e disseminar as orientações e diretrizes de cunho estratégico para as outras esferas de

planejamento de recursos hídricos no País;

- Realização de debates envolvendo a CT-PNRH/CNRH a fim de aprofundar as versões produzidas sobre o detalhamento dos programas de I a VII do PNRH e pactuação do rito de análise do documento “Detalhamento dos Subprogramas do Plano Nacional de Recursos Hídricos” pelo CNRH e suas Câmaras Técnicas;
 - Realização de reuniões bilaterais envolvendo os setores usuários de água, sociedade civil e organizações governamentais com o intuito de buscar a construção de pactos em torno do detalhamento dos subprogramas do PNRH;
 - Participação no IX Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas a fim de discorrer e aprofundar sobre o processo de detalhamento dos subprogramas do PNRH;
 - Realização de apresentações do PNRH em seminários, congressos e encontros relacionados, direta ou indiretamente, à temática de recursos hídricos;
 - Aprovação da proposta do Sistema de Gerenciamento Orientado para os Resultados do Plano Nacional de Recursos Hídricos – SIGEOR pelo CNRH, pela Resolução nº 69, de março de 2007.
 - Aprovação pelo CNRH da Moção nº 42, de 16 de outubro de 2007, que “reitera a Moção CNRH nº 16 e recomenda observância das diretrizes do Plano Nacional de Recursos Hídricos”;
 - Aprovação, por unanimidade, do documento “Detalhamento dos Subprogramas do Plano Nacional de Recursos Hídricos” pelo CNRH (Resolução nº 80, de 10 de dezembro de 2007), que corresponde ao detalhamento operacional dos Programas e Subprogramas de I a VII do PNRH, alcançando desta forma, as metas 4 e 5 estabelecidas no volume IV do PNRH. Na oportunidade foi pactuado que até o final de 2008 o Estado Brasileiro deve tecer esforços para implementar tais programas e detalhar os programas de VIII a XIII do PNRH;
 - Realização de reuniões envolvendo os Governos dos Estados de SC, RS, PR, MS e MT para a articulação entre o PNRH e os Planos Estaduais de Recursos Hídricos;
 - Participação nas discussões sobre Avaliação Ambiental Integrada, propostas pela Empresa de Pesquisa Energética e pela Secretaria de Mudanças Climáticas e Qualidade Ambiental .
- Destacam-se como causas de sucesso nesta etapa:
- O amplo processo de divulgação do PNRH nos diversos fóruns (seminários, congressos, encontros), cuja temática estivesse direta ou indiretamente relacionada à gestão de recursos hídricos;
 - O envolvimento, por meio de um amplo processo de participação, prezando a articulação com o CNRH, com os membros de suas respectivas Câmaras Técnicas, e representantes de diversos setores do governo, bem como dos usuários de água e sociedade civil desenvolvido para a elaboração do detalhamento dos Programas e Subprogramas do PNRH;

- A consistência técnica do material elaborado para subsidiar o detalhamento dos Programas e Subprogramas do PNRH;
- A rede de articulação formada em torno do PNRH;
- O empenho da equipe técnica do PNRH, no cumprimento das metas estabelecidas.

Para sanear as dificuldades com falta de pessoal permanente foram contratados três consultores seniores, altamente capacitados e com larga experiência em processos de planejamento, bem como gestão de recursos hídricos, , visando auxiliar a equipe técnica do DRH/SRHU para o desenvolvimento do detalhamento de alguns dos programas e subprogramas do PNRH.

Para possibilitar a realização das atividades descritas nesta ação foi repassado ao Projeto de Cooperação Técnica, celebrado com a Organização dos Estados Americanos OEA/BRA/01/002, o valor de R\$995.104,35.

Tabela 10 – Metas e resultados da ação exercício

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
01	R\$1.082.181,00	01	R\$1.082,181,00

4.1.2. PROGRAMA 1305 – REVITALIZAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE E DEGRADAÇÃO AMBIENTAL

A ocupação desordenada do território brasileiro, em nível rural e urbano, têm provocado graves impactos ambientais, especialmente no tocante à água. Embora o País possua uma das maiores reservas hídricas do planeta, observa-se um crescente processo de degradação desses recursos, incluindo as áreas de abrangência das respectivas bacias hidrográficas, ocasionando aumento na escassez (quantidade e/ou qualidade) tanto em regiões com alta disponibilidade de água, principalmente nos grandes centros urbanos, como em regiões marcadas pela distribuição irregular das chuvas (semi-árido brasileiro). A diminuição da oferta de água de qualidade acarreta vários entraves para o desenvolvimento sustentável, seja pelas dificuldades colocadas para a manutenção das necessidades básicas da população brasileira, seja pelo papel da água como recurso básico para impulsionar processos produtivos. A degradação ambiental das nascentes, margens e demais áreas de preservação permanente, agravam ainda mais as condições ambientais das bacias hidrográficas. O programa visa promover e fortalecer a ação integrada de recuperação e conservação de bacias hidrográficas, concebida e executada de forma articulada e participativa. Dessa forma, pretende-se convergir esforços a fim de ampliar a efetividade dos resultados das ações de recuperação em bacias com situação de vulnerabilidade ambiental.

4.1.2.1. Dados gerais

Tabela 11 – Dados Gerais do Programa

Tipo de Programa	Finalístico
Objetivo Geral	Revitalizar as principais bacias hidrográficas nacionais em situação de vulnerabilidade ambiental, efetivando sua recuperação, conservação e preservação.
Gerente do programa	Eustáquio Luciano Zica
Gerente executivo	Júlio Thadeu Kettelhut
Indicadores ou parâmetros utilizados	<ul style="list-style-type: none">•Concentração de Sólidos em Suspensão na Estação Ponte Raul Soares na Bacia do Rio São Francisco;•Concentração de Sólidos em Suspensão na Estação Rio Paraíba do Sul;•Concentração de Sólidos em Suspensão na Estação Rio São Francisco (foz do Rio das Velhas);•Concentração de Sólidos em Suspensão na Estação Rio São Francisco (foz do Rio Pará);•Concentração de Sólidos em Suspensão na Estação Rio São Francisco (foz do Rio Pará);•Concentração de Sólidos em Suspensão na Estação Santa Branca na Bacia do Rio Paraíba do Sul;•Concentração de Sólidos em Suspensão na Estação Verde Grande na Bacia do Rio São Francisco;•Demanda Bioquímica de Oxigênio na Estação Hidrológica “Ponte Raul Soares” na Bacia do Rio São Francisco;•Demanda Bioquímica de Oxigênio na Estação Rio Paraíba do Sul;•Demanda Bioquímica de Oxigênio na Estação Rio São Francisco;•Demanda Bioquímica de Oxigênio na Estação Rio São Francisco (a juzante da Foz do Rio Pará);•Demanda Bioquímica de Oxigênio na Estação Rio São Francisco (a juzante da Foz do Rio das Velhas);•Demanda Bioquímica de Oxigênio na Estação Santa Branca na Bacia do Rio Paraíba do Sul;•Demanda Bioquímica de Oxigênio na Estação Verde Grande na Bacia do Rio São Francisco;•Taxa de Variação da Melhoria da Qualidade da

	Água.
Público-alvo (beneficiários)	Usuários dos recursos hídricos das bacias dos rios São Francisco, Araguaia, Tocantins, Paraíba do Sul e Alto Paraguai.

4.1.2.2. Principais ações

- Ação 101Q – Recuperação e Preservação das Bacias dos Rios Tocantins e Araguaia;
- Ação 101T – Disseminação de Boas Práticas de Conservação, Uso e Manejo Sustentáveis da Água;
- Ação 2B76 – Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável na Bacia do Alto Paraguai;
- Ação 101P – Recuperação e Preservação da Bacia do Rio São Francisco;
- Ação 101R – Recuperação e Preservação da Bacia do Rio Paraíba do Sul;
- Ação 101U – Implantação de Banco de Dados Ambientais das Bacias Hidrográficas com Vulnerabilidade Ambiental.
- Ação 09GF – Apoio a Projetos de Controle da Poluição por Resíduos em Bacias Hidrográficas com Vulnerabilidade Ambiental.

4.1.2.3. Gestão das ações

4.1.2.3.1. Ação 101Q – Recuperação e Preservação das Bacias dos Rios Araguaia/Tocantins.

4.1.2.3.1.1. Dados gerais

Tabela 12 – Dados gerais da ação

Tipo	Projeto
Finalidade	Recuperar, conservar, preservar e recompor os recursos naturais da bacia hidrográfica dos rios Araguaia e Tocantins, de maneira integrada e associada, permanentemente a um forte processo de articulação interinstitucional, mobilização e capacitação social e de educação ambiental com o conjunto de atores sociais e governamentais envolvidos com o processo de revitalização. Integrando os Sistemas Nacionais de Meio Ambiente e de Gerenciamento de Recursos Hídricos visando a revitalização e o desenvolvimento sustentável dessa bacia.
Descrição	Promoção e apoio à recuperação, à conservação, à preservação, ao manejo e ao uso sustentável dos recursos naturais da bacia hidrográfica dos rios Araguaia e Tocantins, através da implementação de atividades sócio-ambientais e ações de revitalização ambiental voltadas a recuperação dos recursos naturais, principalmente nas áreas degradadas e de recarga de aquíferos, incluindo o reflorestamento e a recuperação de áreas de proteção permanente, a recomposição da cobertura vegetal, a redução dos

	processos erosivos, a mitigação de impactos ambientais, a promoção da melhoria e gestão de recursos pesqueiros, a conservação da biodiversidade, a gestão racional dos recursos hídricos, e ainda difundir práticas de recuperação e preservação ambiental, assim como promover a educação ambiental, a mobilização e capacitação sócio-ambiental, a articulação interinstitucional e sociocultural, como também apoiar e disseminar técnicas agrícolas sustentáveis e atividades ecológicas em comunidades tradicionais, além de atividades ecoturísticas e sócio-ambientais, somadas a um forte processo de articulação permanente, com o conjunto de atores sociais e governamentais envolvidos com o processo de revitalização e de desenvolvimento sustentável da bacia, integrando inclusive os Sistemas Nacionais de Meio Ambiente e de Gerenciamento de Recursos Hídricos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano
Unidades Executoras	Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano
Áreas responsáveis por gerenciamento e execução	Departamento de Revitalização de Bacias Hidrográficas
Coordenador nacional da ação	Renato Saraiva Ferreira
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	--

4.1.2.3.1.2. Resultados

O Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica dos Rios Tocantins/Araguaia – PROTAR tem como base a metodologia de governança sócio-ambiental de bacias hidrográficas, centrado em quatro pontos: a) o planejamento estratégico participativo a partir do ciclo PDCA; b) a gestão sócio-ambiental integrada, focada principalmente na articulação entre os órgãos do SISNAMA e o SINGRH; c) a transversalidade institucional, com a efetivação formal de um arranjo institucional estabelecido a partir dos Fóruns de Articulação interinstitucional; d) a formação das redes temáticas e dos territórios sócio-ambientais para integração de políticas públicas nas várias regiões da bacia. Em 2006 foram procedidas as atividades de planejamento do PROTAR, a partir da realização de oficinas, encontros e reuniões técnicas interinstitucional e da formação dos Fóruns de Articulação Estadual e respectivos Núcleos de Articulação nos cinco estados dessa bacia hidrográfica nacional. Em 2007 iniciou-se o processo de articulação para a instalação do Grupo de Trabalho Interinstitucional da revitalização dos rios Tocantins/Araguaia e iniciados os primeiros projetos estruturantes para consolidação do PROTAR. Para elaboração do PROTAR, iniciou-se em 2006, a primeira fase da metodologia PDCA, relacionada ao Planejamento - “Plan”.

Nesta fase foi previsto a realização de algumas atividades básicas para a elaboração do programa e a efetivação da transversalidade entre as principais instituições envolvidas, entre as quais destacamos: o 1º Encontro Interinstitucional do PROTAR, Seminário interministerial, um encontro interestadual, um encontro em cada estado da bacia para elaboração do diagnóstico sócio-ambiental, uma oficina de sistematização do Plano de Ações e Metas - PAM, e um seminário nacional. Dentre os eventos técnicos planejados ocorreram diversas reuniões técnicas/políticas em cada estado da bacia, reuniões de integração das ações em construção previstas no Plano Nacional de Recursos Hídricos (SRH/MMA) e no Plano de Ações Estratégicas (ANA/MMA), além de reuniões de trabalho entre as equipes do MMA e da SEMARH/GO.

Em maio de 2007, a ONG ECODATA em parceria com o MMA e Ministério da Integração (MI) promoveu o 1º Seminário de Desenvolvimento Sustentável da Bacia Hidrográfica do alto Tocantins. O evento contou com mais de trezentos participantes, representantes de instituições que se preocupam com a questão ambiental da bacia. Na pauta foram apresentadas palestras e debates, sobre a conservação do cerrado, bem como os múltiplos usos da água e propostas de desenvolvimento econômico da bacia, dentre outros.

Dentro desse período de construção e obtenção de resultados, foi criado um site do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica Tocantins – Araguaia, onde são atualizadas constantemente as informações do andamento da execução e planejamento do Programa, cujo endereço é: www.semarh.goias.gov.br/PROTAR.

Também foram realizados encontros nos estados do Pará, Mato Grosso, Tocantins e Goiás, onde foram discutidos vários assuntos, dentre eles, a definição das agendas de cada estado e também a criação de uma comissão para propor a articulação com as bancadas federal, estadual e municipal de seus respectivos estados. É importante informar que aconteceram também reuniões paralelas com alguns secretários dos estados do MT, PA, TO, sendo que os secretários do PA e TO estão totalmente envolvidos com o PROTAR, e sempre se colocaram a disposição para quaisquer apoios e articulações. No final de 2007, o MMA por meio da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano, firmou convênio com a Prefeitura Municipal de Palmas, para apoiar o Projeto “Palmas para o Verde”. O projeto tem como objetivo promover a recomposição florestal do Córrego Suçuapara (mata ciliar e área verde do parque municipal e proteção de nascentes) e ações de educação ambiental nas escolas e na comunidade local, no município de Palmas-TO. A área definida para este projeto da Bacia Hidrográfica do Suçuapara está localizada no Município de Palmas. Os principais problemas ambientais a serem enfrentados são: Erosão, principalmente na área urbana devido aos lançamentos de águas pluviais, construções de travessias (ruas e avenidas, sentido Norte Sul da área urbana) e desmatamento irregulares das Áreas de Proteção Permanentes (APP's);

Assoreamento do córrego, devido as construções da Avenida NS-10 e a retirada da cobertura vegetal nativa nas áreas de preservação permanente; Desmatamentos das APP's, ocorridos principalmente na área da nascente. O desenvolvimento das atividades propostas neste projeto é de extrema relevância para a melhoria da qualidade e quantidade dos recursos hídricos da micro bacia, é também um projeto com grande potencial de reaplicabilidade, já que as ações propostas para a referida bacia, podem servir como base para elaboração de projetos de recuperação para outras bacias pertencentes ao Município de Palmas, já que as características ambientais e os conflitos de uso das bacias da região são semelhantes.

A execução deste projeto também servirá como estímulo para atuação integrada dos diversos organismos responsáveis pelo planejamento e gestão ambiental no município de Palmas, já que, o projeto foi elaborado em parceria, com a participação de organizações não governamentais juntamente com o governo Municipal que ouviram os beneficiários do projeto, todas as ações propostas desencadearão um processo de fortalecimento da gestão ambiental participativa no Município.

Tabela 13 – Metas e resultados da ação exercício

<i>Previstas</i>		<i>Realizadas</i>	
Física (Nº de ha. Estabilizados)	Financeira	Física (Nº de ha. Estabilizados)	Financeira
69.410	300.000,00	69.410	300.000,00

4.1.2.3.2. Ação 101T – Disseminação de Boas Práticas de Conservação, Uso e Manejo Sustentáveis da Água.

4.1.2.3.2.1. Dados gerais

Tabela 14 – Dados gerais da ação

Tipo	
Finalidade	Difundir, junto aos atores governamentais e sociais das bacias com vulnerabilidade ambiental selecionadas, práticas pilotos sustentáveis de conservação e manejo de água, através da implementação de pequenas intervenções de cunho experimental e de baixo custo para a convivência com o semi-árido .
Descrição	A adoção e disseminação de tecnologias experimentais de baixo custo visando a conservação ambiental, o manejo adequado das águas para usos múltiplos e dos recursos naturais, configurando-se instrumento central para a promoção da mobilização social em torno dos recursos naturais em nível local. Pretende-se ainda somar a utilização de técnicas pedagógicas na implementação dessas tecnologias, com o intuito de aumentar a efetividade dos resultados sócio-ambientais, especialmente junto aos atores sociais locais.

Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano
Unidades Executoras	Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano
Áreas responsáveis por gerenciamento e execução	Departamento de Revitalização de Bacias Hidrográficas
Coordenador nacional da ação	Renato Saraiva Ferreira
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	--

4.1.2.3.2.2. Resultados

A região do Semi-Árido brasileiro é uma das maiores e mais populosas. Caracteriza-se pela irregularidade e má distribuição das chuvas, baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e presença de águas salobras e salinas no seu subsolo. A utilização dessa água, normalmente por falta de opção, provoca doenças na comunidade, agravando as condições de saúde dos consumidores e aumentando a mortalidade infantil.

Com o objetivo de atender prioritariamente o Semi-Árido brasileiro de forma econômica, social e ambientalmente sustentável, o governo federal formulou o Programa Água Doce - PAD e o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.

Os recursos desta ação foram utilizados para desenvolver ações de apoio ao Programa Água Doce, beneficiando localidades do semi-árido brasileiro localizadas na bacia hidrográfica do Rio São Francisco, no âmbito do Programa de Revitalização da Bacia do Rio São Francisco.

O PAD visa ao estabelecimento de uma política pública permanente de acesso à água de boa qualidade para consumo humano, promovendo e disciplinando a implantação, a recuperação e a gestão de sistemas de dessalinização ambiental e socialmente sustentáveis, usando essa ou outras tecnologias alternativas, para atender, as populações de baixa renda residentes em localidades difusas, prioritariamente, do semi-árido brasileiro.

Devido aos bons resultados alcançados pelo Programa Água Doce, seja quanto ao fornecimento de água de boa qualidade, por meio de sistemas de dessalinização, redução dos impactos ambientais e gestão dos sistemas de dessalinização, seja quanto à redução dos problemas de saúde da população, uma vez que o Programa por meio dos componentes temáticos mobilização social e sustentabilidade ambiental, atua como agente mobilizador, para a conscientização quanto ao uso e manuseio adequados da água de todos os envolvidos no processo, permitindo não só a melhoria da qualidade de vida, mas também, que estes atuem como multiplicadores, disseminando as boas práticas apreendidas e contribuindo para a sustentabilidade dos recursos hídricos.

Tabela 15 – Metas e resultados da ação exercício

<i>Previstas</i>		<i>Realizadas</i>	
Física (Boa prática disseminada)	Financeira	Física (Boa prática disseminada)	Financeira
30,00	340.000,00	30,00	340.000,00

4.1.2.3.3. Ação 2B76 – Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável na Bacia do Alto Paraguai.

4.1.2.3.3.1. Dados gerais

Tabela 16 – Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Promover a conservação da paisagem, da biodiversidade e a melhoria da qualidade ambiental na bacia do Alto Paraguai - Pantanal, através do fomento a projetos sustentáveis de manejo e uso dos recursos naturais.
Descrição	Fomento a projetos que consolidem as bases para o desenvolvimento sustentável da região, promovendo a proteção do solo e das águas, a conservação da paisagem e da biodiversidade, o ordenamento territorial e a organização institucional e social para a sustentabilidade.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano
Unidades Executoras	Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano
Áreas responsáveis por gerenciamento e execução	Departamento de Revitalização de Bacias Hidrográficas
Coordenador nacional da ação	Solange Kimie Ikeda Castrillon
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	

4.1.2.3.3.2. Resultados

A ação apoiou em 2007 a elaboração dos Planos Estaduais de Recursos Hídricos (PERHs) dos estados de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, que contribuirão para a sustentabilidade da Bacia do alto Paraguai. Os planos estão sendo elaborados simultânea e independentemente em cada estado, pois ambos perfazem a totalidade da região hidrográfica do Paraguai, o que justifica sua elaboração conjunta. Mato Grosso faz parte de três regiões hidrográficas, a Amazônica, a do Tocantis/Araguaia e a do Paraguai, enquanto que Mato Grosso do Sul insere-se em duas regiões hidrográficas, a bacia do Paraguai e a do Paraná. A fim de cumprir os objetivos, contamos com apoio do Departamento de Recursos Hídricos, devendo-se ter os trabalhos finalizados até julho do ano de 2008. Estão sendo utilizados dados secundários, para prever os cenários futuros de utilização de água, sendo que existe um nível de

detalhamento diferente nas distintas bacias hidrográficas.

Foi realizado o Curso de Capacitação de jovens indígenas das etnias Terena, Kinikinao, Atikum e Kadiwéu, detentores do ensino médio completo, para extensão de técnicas de desenvolvimento sustentável em Terras Indígenas e multiplicação destas junto a suas aldeias, localizadas na Bacia do Alto Paraguai no Estado do Mato Grosso do Sul.

Este projeto teve por objetivo capacitar cerca de 40 jovens indígenas, com ensino médio (técnicos agrícolas, licenciatura, etc.), em agroecologia e técnicas agrícolas apropriadas para a realidade regional e aos valores étnicos de cada povo. Pretende promover também a sistematização de práticas e conhecimentos das respectivas Etnias, e, conhecimentos, práticas e técnicas demandadas por estes povos. Estes 40 jovens deverão ser capacitados ainda nas técnicas de organização da produção e treinados para serem multiplicadores, com o objetivo de envolver e transmitir os conhecimentos adquiridos para as famílias que compõe estas Etnias na região da Bacia do Alto Paraguai - BAP no Estado do Mato Grosso do Sul.

Um curso de formação específico para os povos indígenas traduz um aspecto importante desta demanda, uma vez que concorre para a superação dos problemas causados pela imposição de projetos, que surgem na perspectiva de promover o “desenvolvimento” dessas populações, porém, muitas vezes inadequados a sua realidade sociocultural e ambiental. Objetiva-se formar profissionais propositivos na gestão sustentável, em sua acepção plena (cultural, ambiental e econômica), ou seja, uma gestão sócio-ambiental de caráter autônomo. Espera-se, ainda, que a capacitação possa consolidar um referencial de política pública de formação indígena, dado o caráter diferencial das bases pedagógicas e temáticas, que sustentam este projeto inovador. Foi finalizado a partir do processo iniciado em 2006 o Curso de Avaliação Estratégica do Pantanal que teve como objetivo promover a capacitação em Avaliação Ambiental Estratégica-AAE, em nível de especialização, de servidores públicos de diversas esferas, responsáveis pelo planejamento e desenvolvimento regional, proteção e conservação do meio ambiente na região do Pantanal de MS e MT, tendo como enfoque a bacia do Alto Paraguai, considerando os componentes ambiental, político, social, institucional, cultural e econômico. Concluíram o curso 35 funcionários públicos. O Curso de AAE do Pantanal foi a iniciativa que procurou tratar o planejamento de um território de uma forma integrada e envolvendo todos os atores relevantes. Nesse sentido, ao adotar como região de planejamento a Bacia do Alto Paraguai houve, sobretudo de parte desta ação do MMA a intenção de envolver não só os dois estados brasileiros cujos limites administrativos incluem esse Bioma, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, mas também os outros dois países que juntamente com o Brasil compartilham esse território, a Bolívia e o Paraguai. Infelizmente, em detrimento dos esforços feitos, apenas o Paraguai se envolveu no Curso, tendo viabilizado que dois técnicos qualificados de seu Ministério do Meio Ambiente

integrassem o corpo discente do Curso. Deste curso serão publicados o Livro Verde do Pantanal, retratando os resultados e o histórico deste processo, um guia metodológico utilizado no curso e a continuidade do processo através de um arranjo institucional entre os governos estaduais, universidades, sociedade civil e governo federal, objetivando também a continuidade de articulação com os demais países que compõem a bacia.

A Região Hidrográfica do Paraguai apresenta importância no contexto nacional, pois inclui o Pantanal, uma das maiores extensões úmidas contínuas do planeta, considerado Patrimônio Nacional pela Constituição Federal de 1988 e Reserva da Biosfera pela UNESCO no ano de 2000. Sob coordenação desta ação, com objetivo de rever o estatuto de gestão e a composição foi realizado o processo eleitoral para dar continuidade aos trabalhos de criação e posse dos novos membros do Conselho da Reserva da Biosfera Pantanal.

Em 2007 iniciou-se o Projeto de Recuperação de Bacias Críticas no Pantanal, pois nas últimas três décadas o Pantanal vêm sofrendo agressões pelo homem, praticadas não somente na planície, mas principalmente nos planaltos adjacentes. Atualmente, os impactos ambientais e sócio-econômicos no Pantanal são bastante evidentes, decorrentes da inexistência de um planejamento ambiental que garanta a sustentabilidade dos recursos naturais desse importante bioma. A expansão desordenada e rápida da agropecuária, com a utilização de pesadas cargas de agroquímicos, a exploração de diamantes e de ouro, nos planaltos, com utilização intensiva de mercúrio, são responsáveis por profundas transformações regionais, algumas das quais vem sendo avaliadas pela Embrapa Pantanal, como a contaminação de peixes e jacaré por mercúrio e diagnóstico dos pesticidas. A remoção da vegetação nativa nos planaltos para implementação de lavouras e de pastagens sem considerar a aptidão das terras e a adoção de práticas de manejo e conservação de solo, além da destruição de habitats, acelerou os processos erosivos nas bordas do Pantanal. A consequência imediata tem sido o assoreamento dos rios na planície, a qual tem intensificado as inundações, com sérios prejuízos à fauna, flora e economia do Pantanal. A Reserva da Biosfera do Pantanal abrange os estados de Mato Grosso, do Mato Grosso do Sul e pequena parcela de Goiás. Trabalha para prover de sustentabilidade as atividades da pecuária que se pratica na região desde o Século XVIII, consideradas um fator importante para a conservação da biodiversidade do Pantanal. O assoreamento do rio Taquari constitui, hoje, o principal problema do Pantanal e de Mato Grosso do Sul, com inundações quase permanentes de uma área aproximada de 11.000 Km² nas sub-regiões da Nhecolândia e Paiaguás. A pecuária, principal atividade econômica, desta região tem sido drasticamente afetada. Foi criado em 2006 o Grupo de Trabalho Interministerial da bacia do Taquari, sob coordenação da Casa Civil, houve a representação do MMA por parte da coordenação desta ação que embasou a elaboração do Projeto de Recuperação de Bacias Críticas no Pantanal, iniciado em 2007.

Tabela 17 – Metas e resultados da ação exercício

Previstas		Realizadas	
Física (Projeto apoiado)	Financeira	Física (Projeto apoiado)	Financeira
10	1.170.000,00	03	1.154.396,00

4.1.2.3.4. Ação 101P – Recuperação e Preservação da Bacia do Rio São Francisco.

4.1.2.3.4.1. Dados gerais

Tabela 18 – Dados gerais da ação

Tipo	Projeto
Finalidade	Recuperar, conservar, preservar e recompor os recursos naturais da bacia hidrográfica do Rio São Francisco visando sua revitalização e seu desenvolvimento sustentável.
Descrição	Recuperação, conservação, preservação, o manejo e uso sustentável dos recursos naturais da bacia hidrográfica, através da implementação de atividades sócio ambientais e ações de revitalização ambiental voltadas a recuperação dos recursos naturais, principalmente nas áreas degradadas e de recarga de aquíferos, incluindo o reflorestamento e a recuperação de áreas de proteção permanente, a recomposição da cobertura vegetal, a redução dos processos erosivos, a mitigação de impactos ambientais, a promoção da melhoria e gestão dos recursos pesqueiros, a conservação da biodiversidade, a gestão racional dos recursos hídricos, e ainda difundir práticas de recuperação e preservação ambiental, assim como promover a educação ambiental, a mobilização e capacitação socio-ambiental, a articulação interinstitucional e sociocultural, como também apoiar e disseminar técnicas agrícolas sustentáveis e atividades ecológicas em comunidades tradicionais, além de atividades ecoturísticas e sócio ambientais, entre outras na bacia, somadas a um forte processo de articulação permanente, com o conjunto de atores sociais e governamentais envolvidos com o processo de revitalização e de desenvolvimento sustentável da bacia, integrando inclusive os Sistemas Nacionais de Meio Ambiente e de Gerenciamento de Recursos Hídricos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano
Unidades Executoras	Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano, Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável, Secretaria de Biodiversidade e Florestas, Ibama, Instituto Chico Mendes de Biodiversidade, Agencia Nacional de Águas.

Áreas responsáveis por gerenciamento e execução	Departamento de Revitalização de Bacias Hidrográficas
Coordenador nacional da ação	Rogério Soares Bigio
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	--

4.1.2.3.4.2. Resultados

Esta ação está sendo desenvolvida já a alguns anos e é uma ação que apresenta uma grande demanda em função das atividades em andamento e, também, da característica peculiar dessa unidade hidrográfica, com elevado nível de amadurecimento sócio-político-institucional e, conseqüentemente, maiores exigências.

No que se refere ao indicador área estabilizada, a meta física do Programa de Revitalização de Bacias para a ação da bacia hidrográfica do rio São Francisco, era a estabilização de 30.000 hectares para o ano de 2007. Foram estabilizados 30.556 hectares, em um total de 101,89% da meta física prevista. Considera-se esse valor extremamente positivo, considerando-se que o Programa ainda contou com uma fase de reestruturação em função de mudanças ocorridas no Ministério do Meio Ambiente.

Visando a recuperação, conservação, preservação, o manejo e uso sustentável dos recursos naturais da bacia hidrográfica, parte das atividades dessa ação foram destinadas à promover a educação ambiental, a mobilização e capacitação sócioambiental, a articulação interinstitucional e sociocultural. Nessas atividades incluem-se os projetos com a UFLA, UNB e UNIVASF.

Essas atividades referem-se ao repasse de verba de custeio para a estruturação dos Centros de Referência em Recuperação de Áreas Degradadas do Sub-Médio São Francisco – Petrolina/PE e Juazeiro/BA (projeto proposto pela Universidade do Vale do São Francisco-UNIVASF, no valor de R\$ 250.002,52); de Paracatu/MG (projeto proposto pela Universidade de Brasília-UNB, no valor de R\$ 250.000,00) e de Arcos/MG (projeto proposto pela Universidade Federal de Lavras-UFLA, no valor de R\$ 400.000,00).

A implantação dos Centros de Referência de Recuperação (CR-ad), na bacia hidrográfica do rio São Francisco, integra o esforço do Ministério do Meio Ambiente em estabelecer uma política pública voltada para viabilizar o cumprimento das metas previstas no componentes 3.2, do Programa de Revitalização da Bacia do Rio São Francisco, que preve a recuperação da cobertura florestal da referida bacia hidrográfica, estabelece, metas importantes, tais como: o estímulo à implantação das rede de sementes; a construção de viveiros para possibilitar experimentos florestais e o treinamento de produtores de mudas; bem como, a realização de plantios demonstrativos, da sistematização e divulgação dos resultados obtidos e o monitoramento geral das atividades.

As despesas referentes aos projetos estavam em conformidade com as metas estabelecidas, incluindo, dentre outros propósitos: a contratação de serviços de terceiros, aquisição de material de consumo e o desenvolvimento de uma série de atividades correlatas de implementação e manutenção dos CR-ads. Assim sendo, os pleitos apresentados foram aprovados na expectativa de que os CR-ads destas importantes regiões da BHSF entrem em operação efetiva, o mais breve possível.

Uma outra atividade visando à promoção da educação ambiental relacionou-se ao projeto “Educação Ambiental e Mobilização Social nos Municípios Ribeirinhos do Rio São Francisco e APA Piaçabuçu – AL”, desenvolvido pelo Instituto Chico Mendes de Proteção da Biodiversidade (ICMBio/MMA), no valor de R\$84.117,00.

Dentre os usos e atividades associados ao avanço da ocupação antrópica na BH-SF, pode-se mencionar a expansão das áreas ocupadas por agropecuária, a construção de usinas hidrelétricas, a construção de estradas, a introdução de espécies exóticas, lançamento de efluentes sem tratamento, entre outros. Grande parte desses usos, quando realizados sem levar em consideração as capacidades de suporte, são associados à falta de conscientização da população no que se refere às questões ambientais. Como consequência, uma série de problemas podem ser identificados na bacia, como: destruição de habitats naturais com consequente perda de biodiversidade local, extinção de espécies nativas, alterações do microclima, assoreamento do rio principal e de seus afluentes acarretando a diminuição de vazão, diminuição de espaços para produção de cultivos de subsistência, diminuição do estoque pesqueiro, etc.

No intuito de reverter o processo acelerado de ocupação antrópica na região do Baixo São Francisco, foi criada a APA de Piaçabuçu em 21/06/83. Dentre os objetivos da criação da APA, destacam-se a proteção das tartarugas marinhas, aves praieiras e migratórias, dunas, restingas, dos alagados e da foz do rio São Francisco.

As ações propostas no projeto foram consideradas fundamentais devido à necessidade de implementação de um projeto de educação sócio-ambiental dirigido às comunidades locais no processo de gestão da revitalização da região do baixo São Francisco, gestão da Caatinga e fortalecimento do Conselho da APA de Piaçabuçu.

Para o desenvolvimento de ações ecoturísticas e sócio-ambientais, parte das atividades dessa ação foram destinadas ao desenvolvimento de atividades do Componente Turismo Sustentável do Programa, juntamente com a SEDR/MMA.

Um dos projetos apoiados, nesse Componente, foi a “Implementação do plano de ações estratégicas e integradas para o desenvolvimento do turismo sustentável na bacia do rio São Francisco” do Programa Nacional de Ecoturismo - PNE, da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável – SEDR/MMA, no valor de R\$ 270.000,00

O plano de ações estratégicas e integradas para o desenvolvimento do turismo sustentável na BHSF foi elaborado durante o ano de 2005 para a região do baixo São Francisco, e no ano de 2006 para as regiões do médio, submédio e alto São Francisco. Para elaboração do documento, foram realizadas oficinas e seminários com intensa participação dos diversos setores da sociedade, de forma a contemplar a diversidade sociocultural da bacia. Tem como objetivo diagnosticar, fomentar e desenvolver o potencial turístico da bacia e fortalecer os arranjos produtivos locais relacionados ao setor. Todo este processo foi coordenado pelo Programa de Revitalização e executado pelo Programa Nacional de Ecoturismo.

O plano é um documento que deverá servir como base de planejamento de futuras atividades turísticas na bacia do rio São Francisco, tanto do Ministério do Meio Ambiente como de outros órgãos federais e estaduais.

Tendo em vista que as metas descritas no plano de trabalho estavam de acordo com o período de execução e com o plano de ações estratégicas, assim como os custos previstos estavam em conformidade com as metas previstas, foi recomendada a aprovação do pleito apresentado.

Outro projeto apoiado, referente ao Componente Turismo Sustentável, foi o “Desenvolvimento de Ações do Componente de Turismo Sustentável do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio S. Francisco – Projeto SIG” do Programa Nacional de Ecoturismo - PNE, da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável – SDR/MMA, no valor de R\$ 178.525,00.

Em 2006 foi elaborado um plano de ações estratégicas – PAE, do componente turismo sustentável do PRSF, com ações para o período 2006/2008. Este plano foi elaborado a partir de documentos de planejamento do programa, tais como o plano de atividades e metas e o plano de ações estratégicas e integradas.

O PAE serviu como orientador das atividades do PNE e PRSF uma vez que apresenta as ações prioritárias para o triênio. Esse PAE foi produzido com a participação de outros órgãos federais com atuação na área de turismo. Uma das ações previstas foi a implementação do SIG para o ecoturismo em duas unidades de conservação, a primeira delas no PARNA Canastra.

O SIG, apoiado neste projeto, será utilizado como instrumento de apoio ao planejamento e gestão da unidade de conservação, com aplicações práticas na elaboração dos planos de manejo e identificação de áreas potenciais para o ecoturismo.

O sistema possibilitará a criação de uma base cartográfica da região, incluindo a UC, as vias de acesso e os principais pontos positivos propulsores do desenvolvimento ecoturístico. Também fará uma análise dos pontos críticos (áreas sensíveis ou degradadas) que possam ter influência negativa no Parque Nacional da Serra Canastra-PARNA Canastra. Esta base de

dados utilizará informações georreferenciadas relacionadas a inventários sobre produtos, roteiros e serviços referentes à atividade de turismo. As informações geradas pelo sistema serão disponibilizadas para os gestores públicos, pesquisadores e órgãos que atuam na área de ecoturismo.

Tendo em vista que as metas e etapas descritas no plano de trabalho estavam de acordo com o período de execução proposto e com o plano de ações estratégicas do Programa de Revitalização, e os custos previstos estavam em conformidade com as metas previstas, o projeto foi aprovado e apoiado pelo Programa.

Para a organização da informação, associada ao desenvolvimento de ações relacionadas à composição de um banco de dados de informações tecnológicas, assim como apoio a formação da rede de pesquisa do São Francisco, o Programa apoiou um projeto do CNPq/MCT, para desenvolvimento do edital 035.

Faz parte da estratégia do Programa de Revitalização produzir e sistematizar conhecimento para o planejamento de ações, fortalecer as instituições que atuam sobre a Bacia, mobilizar, educar e dar voz à sociedade nos processos decisórios, dar suporte em infra-estrutura física e tecnológica para gerar alternativas de desenvolvimento sustentável e melhoria da qualidade de vida, recuperar áreas degradadas e prevenir novos danos, promover o ordenamento territorial, e ainda, valorizar o patrimônio cultural e natural da Bacia.

Dessa forma, o objetivo geral do edital a ser lançado por intermédio do CNPq será apoiar a execução de projetos de pesquisa e cursos de capacitação voltados para o desenvolvimento e a disseminação de conhecimentos e tecnologias que promovam vários aspectos da revitalização da Bacia do Rio São Francisco, dando assim, suporte ao Programa de Revitalização para que se coordenem e executem atividades de pesquisa em rede interinstitucional. Os objetivos específicos são: 1. Estruturação e consolidação de sub-redes de pesquisa em temas aderentes às necessidades do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco; 2. Fortalecimento de grupos de pesquisa emergentes da região de abrangência da bacia hidrográfica do Rio São Francisco; 3. Técnicos, gerentes e outros profissionais treinados em temas de interesse do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco; e 4. Disseminação de conhecimento.

Em relação ao Zoneamento Ecológico-Econômico-ZEE da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco, em 2007 foi encerrada uma etapa importante do processo referente à conclusão do estudo em escala 1:1.000.000. Vale destacar que o Programa de Revitalização da BH-SF apresenta uma de suas estruturações técnico-temáticas nos estudos elaborados pelo zoneamento ecológico-econômico.

Para publicação de todos os resultados, foi apoiado o projeto “Orçamento para impressão e diagramação do Diagnóstico Integrado do ZEE da Bacia do Rio São Francisco” no valor de

R\$200.000,00.

O programa Zoneamento Ecológico-Econômico - PZEE, tem como principal objetivo mapear o território nacional, como instrumento para direcionar o desenvolvimento, beneficiando a economia, a população e o meio ambiente. O PZEE, consta do Plano Plurianual do Governo e é gerenciado pela Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do Ministério do Meio Ambiente, visando a promoção da gestão integrada do território na perspectiva do desenvolvimento sustentável. Considerando ainda as diversidades regionais, os biomas, as bacias hidrográficas e as regiões geoeconômicas, a fim de aprimorar os instrumentos e mecanismos de planejamento, gestão e resolução de conflitos, orientando os para a participação democrática e o controle social.

O projeto apoiado teve como objetivo principal a publicação do “Diagnóstico Integrado do ZEE da Bacia do São Francisco”, no intuito de apoiar a tomada de decisão tanto de órgãos do Governo Federal quanto dos gestores da bacia do rio São Francisco. Vale destacar que este produto foi resultado de esforço conjunto de órgãos públicos com renomada experiência em produção e análise de informações, a saber: IBGE, EMBRAPA, CPRM, IBAMA e CODEVASF.

De acordo com o orçamento apresentado no projeto, os resultados esperados foram a produção de mil exemplares do Kit do Diagnóstico Integrado do ZEE da bacia do Rio São Francisco. Cada kit é composto por: 1) Relatório do Meio Físico; 2) Relatório da Biodiversidade; 3) Relatório da Socioeconomia; 4) Relatório da Organização Jurídico-Institucional; 5) Relatório de Integração; 6) Sumário Executivo; 7) DVD .

Outros projetos apoiados pelo Programa, relacionados ao ZEE, foram o custeio e o investimento para “Implantação de Centros de Gestão Ambiental e Territorial (CEGAT) nos municípios de Barreiras/BA, Penedo/AL, Bom Jesus da Lapa/BA, Juazeiro/BA e Januária/MG, bacia hidrográfica do rio São Francisco”.

A implantação dos centros de referência faz parte da 2ª etapa do projeto ZEE-BHSF, a qual envolve a divulgação dos dados obtidos pela elaboração do macro-zoneamento da BH-SF, em escala 1:1.000.000, com base na integração com os atores sociais.

A 2ª fase do Projeto ZEE-BHSF envolve uma metodologia inovadora na elaboração de zoneamento ambiental. Baseia-se na discussão e articulação entre os diversos setores da sociedade que atuam na bacia hidrográfica, com base na instalação do banco de dados geográfico, estruturado nos produtos recém elaborados do ZEE, nos Centros de Referência. Além do banco de dados, a metodologia de trabalho envolve a elaboração de cenários para a bacia, a capacitação de gestores locais e regionais para a utilização do banco de dados e, até mesmo, a possibilidade de expansão e evolução desse banco de informações com a aquisição de novos dados adquiridos em função do processo de interação com a sociedade. Assim, a

nova proposta metodológica baseia-se na evolução contínua das bases de dados do ZEE-BHSF.

Para ações relacionadas ao Componente Monitoramento Ambiental, o Programa apoiou o projeto “Monitoramento da Cobertura Vegetal da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco – Segunda Fase”, desenvolvido pelo IBAMA/MMA, no valor de R\$ 315.870,00. Este projeto é estratégico para o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco, por implantar um sistema de monitoramento ambiental capaz de analisar as variações temporais da cobertura vegetal dessa unidade hidrográfica, no tocante a avaliação das alterações ambientais ocorridas em toda a bacia hidrográfica nos últimos 10 anos (1995-2005).

No que se refere à cobertura vegetal, a bacia hidrográfica do rio São Francisco apresenta fragmentos de diversos biomas: a Mata Atlântica (nas cabeceiras), o Cerrado (alto e médio São Francisco) e a Caatinga (médio e submédio São Francisco). No baixo São Francisco são identificadas áreas de transição entre o Cerrado e a Caatinga, florestas estacionais decíduas e semi-decíduas, os campos de altitude e as formações pioneiras (mangue e vegetação litorânea). Ao mesmo tempo, são desenvolvidas atividades econômicas variadas, como mineração, siderurgia, atividades agrícolas e agroindustriais, perímetros de irrigações e pecuária. Dessa forma, por servir de suporte ao desenvolvimento econômico de diversos estados brasileiros, há a necessidade de que as características ambientais dessa bacia sejam devidamente conhecidas para que os aproveitamentos dos recursos naturais possam ser otimizados com o menor impacto ambiental possível.

Tendo em vista os objetivos do projeto, pode-se observar que as informações a serem produzidas com o desenvolvimento das ações de monitoramento serão fundamentais para a avaliação dos efeitos das ações antrópicas no processo de supressão da cobertura vegetal da bacia hidrográfica como um todo, na avaliação específica da supressão dos biomas e na identificação de cursos de rios afetados pelo acúmulo de material sólido. Essa avaliação servirá de base às atividades dos órgãos de fiscalização ambiental federal e estaduais da bacia hidrográfica, assim como para avaliação das ações do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica. Com base nessas premissas, o projeto foi apoiado pelo programa e os resultados preliminares já deverão estar disponíveis para utilização no mês de abril de 2008.

Também relacionado ao Componente Monitoramento Ambiental, foi apoiado o “Projeto piloto de controle de queimadas em quatro municípios da Bacia do Rio São Francisco”, desenvolvido pelo IBAMA/MMA, no valor de R\$382.170,00. O objetivo do projeto é controlar e reduzir o uso do fogo em atividades agro-pecuárias, assim como os incêndios florestais nesta região, cujos resultados possam contribuir para minimizar a degradação ambiental e recuperar o regime natural dos recursos hídricos da bacia, bem como melhorar a qualidade de vida dos moradores da bacia.

Trata-se de projeto que envolve ações de prevenção, controle e combate às queimadas, desmatamentos e incêndios florestais, num primeiro momento nos municípios de Barreiras, Juazeiro, Bom Jesus da Lapa e Pilão Arcado, obedecendo aos princípios e as diretrizes do PRSF de modo a contribuir na implantação de estratégias de ação de conservação e preservação do meio ambiente tanto nas Unidades de Conservação como nas áreas envolvidas da bacia.

Além disso, a proposta apresenta evidente condição de viabilidade técnica, inclusive já tendo sido executadas algumas das atividades nesse sentido, assim como é concreta a exequibilidade do objeto proposto, sendo que o PREVFOGO/IBAMA, possui total condição para a execução plena das ações propostas, tendo sido, portanto, aprovado pelo Programa.

Para ações relacionadas ao monitoramento hidrológico, o Programa apoiou o projeto de controle de cheias desenvolvido pela Agência Nacional de Águas-ANA com o intuito de mapear as áreas afetadas por eventos de cheia no Sub-médio São Francisco associadas a diferentes vazões defluentes do Reservatório de Sobradinho, no valor de R\$550.000,00.

Esse projeto teve como objetivos principais o mapeamento do uso do solo no Sub-médio São Francisco; a realização de inventário dos dados pluviométricos e fluviométricos disponíveis no Sub-médio São Francisco; a realização de levantamento batimétrico e topográfico de seções transversais ao longo do leito principal no Sub-médio São Francisco; a realização do levantamento altimétrico das estações fluviométricas na região do projeto; a execução, calibração e validação do modelo hidrológico do Sub-médio São Francisco, visando a geração de hidrogramas sobre a rede hidrográfica e a definição dos níveis associados a diferentes vazões de efluentes do Reservatório de Sobradinho. O projeto foi considerado de extrema importância para a formação de um sistema de controle de cheias e, estando o custo de acordo, foi apoiado pela DRB.

Para ações de recuperação, preservação e manejo Integrado de Sub-Bacias na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco nas bacias dos rios Picão, Córrego da Velha, Alto Lambari e Córrego da Mina no estado de Minas Gerais, o Programa apoiou um projeto desenvolvido pela Agência Nacional de Águas, no valor de R\$ 1.082.134,38.

O projeto contou com ações variadas: Conservando o Rio Picão, conservação do solo e captação de águas pluviais nas estradas municipais no município de Martinho Campo, Rio Pará, Alto São Francisco / MG; Ações integradas envolvendo a mobilização social, educação ambiental e implantação de obras e serviços visando à revitalização e ao manejo da sub-bacia do Córrego da Velha, no município de Luz / MG; Promoção da Revitalização e educação ambiental, com conservação do solo, medições de quantidade e qualidade de águas, plantio em áreas de mata ciliar e de recarga de lençol freático, cercamento de nascentes, captações de águas pluviais através da construção de micro barragens nas margens das estradas

municipais, no município de Pedra do Indaiá, na região correspondente ao Alto Rio Lambari, Bacia Hidrográfica do Rio Pará, Alto do São Francisco; Ações integradas envolvendo a mobilização social, educação ambiental e implantação de obras e serviços visando à revitalização e ao manejo da sub-bacia do Córrego da Mina, no município de Pains / MG. Devido a criticidade ambiental dessas bacias hidrográficas, a ação foi considerada fundamental e com valor coerente. Por essa razão, o projeto foi apoiado.

As atividades propostas no projeto têm duração prevista para quatro anos (dezembro de 2010), com o desenvolvimento de uma série de ações que visam promover medidas de prevenção, controle, capacitação técnica e informação pública sobre as espécies exóticas invasoras presentes na bacia do São Francisco.

De acordo com informações da Convenção sobre a Diversidade Biológica – CDB, as espécies exóticas invasoras são a segunda maior causa de perda de biodiversidade no mundo e geram prejuízos econômicos da ordem de US\$ 1,4 trilhão/ano em todo o mundo. Segundo o Informe Nacional sobre Espécies Exóticas Invasoras, no Brasil são 543 espécies caracterizadas como invasoras, com ampla distribuição pelo território nacional.

Para cuidar dessa questão, a Organização das Nações Unidas (ONU) em parceria com a FAO e a UNEP e outras entidades internacionais criaram o programa global de espécies invasoras (GISP), sendo que uma das estratégias propostas no GISP é a definição de estratégias regionais e nacionais, capacitação, pesquisa, criação de um sistema de informação e a cooperação internacional.

O MMA, por meio da DCBio, iniciou um programa para prevenção e controle, porém, nenhuma atividade é voltada para a bacia do rio São Francisco. A falta de informações sobre a ocorrência das invasões e experiências de controle na BHSF dificultam a elaboração de cenários e estratégias adequados à realidade da região. Diante desse cenário, o projeto foi considerado prioritário e, conseqüentemente, apoiado pelo Programa.

Um outro projeto do Departamento da Conservação da Biodiversidade-DCBio, Secretaria de Biodiversidade e Florestas (SBF/MMA), foi o “Resgate, valorização e proteção dos conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade na Bacia do rio São Francisco”, no valor de R\$42.338,00.

Os conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade, produzidos, reproduzidos e mantidos pelas comunidades indígenas e locais têm sido objeto de pesquisas e, muitas vezes, servido como subsídio à inovações tecnológicas, sem contudo gerar retorno às comunidades ou mesmo sem o prévio consentimento livre e informado das mesmas. Ao mesmo tempo, a perda crescente da biodiversidade e a pouca valorização dos conhecimentos tradicionais a ela associados, têm provocado rápida erosão destes saberes. Embora existam leis em nível internacional – Convenção sobre Diversidade Biológica e nacional – Medida Provisória

2.186-16/01 – estabelecendo direitos às comunidades indígenas e locais, o conhecimento das mesmas pelas comunidades ainda é pequeno, dificultando o exercício destes direitos.

O Projeto “Resgate, valorização e proteção dos conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco” visou (a) identificar as comunidades e áreas mais críticas quanto à proteção e resgate dos conhecimentos tradicionais associados, e ou mercados que devam ser objeto de inventários culturais; e (b) realizar oficinas de qualificação sobre proteção dos conhecimentos tradicionais associados.

A realização das Oficinas de Qualificação previstas são de suma importância na difusão da legislação pertinente, como alerta as comunidades tradicionais identificadas na Bacia sobre os riscos e direitos que lhe são assegurados em relação à apropriação indevida de seus conhecimentos tradicionais e, dessa forma, o projeto foi apoiado pelo PR-SF.

O terceiro projeto do Departamento da Conservação da Biodiversidade, Secretaria de Biodiversidade e Florestas (SBF/MMA), apoiado pelo Programa de Revitalização, foi o “Inventário de referências sobre os saberes tradicionais associados à biodiversidade na BHSF”. Durante o ano de 2005 e 2006, o Programa de Revitalização e a Coordenadoria de Agro extrativismo realizaram três seminários com as comunidades tradicionais na bacia para levantar suas demandas e ações prioritárias. Estes seminários subsidiaram a elaboração de um plano de ações estratégicas, que contou com a colaboração dos órgãos federais relacionados à temática. Dentre as demandas apontadas pelas comunidades, as ações voltadas à proteção dos conhecimentos tradicionais e da cultura foram consideradas prioritárias pelos participantes.

Dessa forma, o Departamento de Patrimônio Genético apresentou em 2006 duas propostas voltadas à proteção dos conhecimentos tradicionais, a primeira consistiu na realização de uma série de oficinas na bacia para as comunidades tradicionais e a segunda na realização de um inventário cultural, justificando a aprovação desse terceiro projeto.

Para ações relacionadas ao Componente Conservação da Biodiversidade, o Programa apoiou o projeto “Conservação de onça pintada (*Panthera onca*) no sub-médio São Francisco”, realizado pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMbio/MMA).

O projeto envolve ações de atividades de manejo, pesquisa e conservação de mamíferos carnívoros na região do Sub-médio São Francisco obedecendo aos princípios e as diretrizes do PRSF de modo a contribuir na implantação de estratégias de ação para a conservação de carnívoros e para ações de preservação, conservação e recuperação ambiental.

O projeto apresenta estratégia de continuidade, uma vez que os dados gerados pelo referido projeto constituem importantes subsídios para os estudos subsequentes, que deverão contemplar maior detalhamento no âmbito das informações acerca da situação da mastofauna nas regiões que estão dentro da bacia do São Francisco a fim de se definir estratégias de manejo e conservação destas espécies.

Convém destacar que em 23/04/07, uma portaria criou um grupo de trabalho para elaborar proposta de criação e implementação do Corredor Ecológico das Onças na Caatinga. O corredor, a ser criado no âmbito do PR-SF, tem por objetivo definir áreas de proteção integral e de uso sustentável em um trecho grande que reunirá porções dos territórios de três estados no Nordeste: Piauí, Bahia e Pernambuco. A área do corredor interligaria Unidades de Conservação (UC) dos três estados, inclusive criando novas, formando uma única e grande região protegida. Fariam parte dela as Serras da Capivara e das Confusões, no Piauí, onde seriam criadas duas novas UC; as regiões de Boqueirão das Onças e Dunas do São Francisco, na Bahia, onde seriam inaugurados dois novos parques nacionais, além de fatias do território pernambucano a serem definidas. Dessa forma o projeto foi considerado importante para as ações do Programa.

Um outro projeto relacionado ao Componente Conservação da Biodiversidade, foi a “Construção de Centro de Triagem de Animais Silvestres (CETAS tipo B e C) nos municípios de Barreiras/BA, Bom Jesus da Lapa/BA e Montes Claros/MG, bacia do rio São Francisco”, realizado pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMbio/MMA). Atualmente, existe apenas 1 (um) Cetas instalado na área de abrangência da bacia do São Francisco, situado em Maceió (AL).

O município de Barreiras/BA, situado na BHSF, recebe 1.500 animais/ano apreendidos, resgatados ou entregues voluntariamente que necessitam de estrutura adequada para triagem e recuperação, possibilitando dar a destinação adequada a cada animal.

De maneira semelhante, o município de Bom Jesus da Lapa/BA, situado na BHSF, recebe um número considerável de animais apreendidos, resgatados ou entregues voluntariamente que necessitam, também, de estrutura adequada para triagem e recuperação, possibilitando dar a destinação adequada a cada animal. Além dessas necessidades, nessa região existe uma pressão muito grande de captura de animais silvestres, tornando-se essencial a implantação de um Cetás.

O município de Montes Claros/MG, situado na BHSF, recebe 4.500 animais/ano apreendidos, resgatados ou entregues voluntariamente que necessitam de uma estrutura apropriada para o processo de triagem e recuperação desses animais, possibilitando dar destino adequado para cada animal.

A construção e posterior manutenção dos Centros de Triagem de Animais Silvestres serão fundamentais para compor a infraestrutura necessária para realização das ações de triagem e recuperação de animais silvestres em regiões distintas da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco situadas na Bahia e em Minas Gerais. Além disso, a estrutura será disponibilizada, também, para a realização de pesquisa de espécies ameaçadas de extinção. Dessa forma, a proposta vem a encontro dos objetivos e metas do Componente e da Linha de Ação,

mencionados anteriormente, do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco. Dessa forma, o projeto foi apoiado pelo Programa.

Para ações relacionadas ao Componente Conservação do Solo e Água, o Programa apoiou o projeto “Desenvolvimento de Metodologias aplicadas à conservação de água e solo”, realizado pela CODEVASF/MI, no valor de R\$300.000,00. O objetivo deste projeto foi apoiar o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco por intermédio da geração de um acervo de informações, envolvendo o desenvolvimento de metodologias e tecnologias voltadas para a conservação de água e solo, que possa servir de base ao planejamento conservacionista visando a revitalização de bacias hidrográficas e o aumento do tempo de permanência da água no solo da bacia hidrográfica. Neste projeto busca-se dar as condições de infra-estrutura e disponibilizar o ferramental necessário a fim de gerar um acervo de informações, envolvendo o desenvolvimento de metodologias e tecnologias, que possa servir de base ao planejamento conservacionista visando a revitalização de bacias hidrográficas e o aumento do tempo de permanência da água na bacia hidrográfica. Conseqüentemente, todo este conhecimento adquirido e comprovado deverá ser disponibilizado e difundido através de cursos de capacitação.

Para ações relacionadas ao Componente Resíduos, o Programa apoiou o projeto “Execução de obras de sistemas integrados de resíduos sólidos”, realizado pela CODEVASF/MI. O projeto teve o objetivo de apoiar o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco por intermédio da execução de obras de sistemas integrados de resíduos sólidos nos municípios de Piumhi, Doresópolis, Capitólio, Vargem Bonita, São Roque de Minas, em MG. A Política Nacional de Saneamento Básico, elegeu o planejamento, a regulação, a fiscalização e o controle social como fundamentais para a execução das ações de saneamento. Estimula a solidariedade e a cooperação entre os entes federados, orientando-se pelos princípios básicos da universalidade, integralidade e equidade. Já os programas de crédito e de transferência de recursos não-onerosos trazem diversos critérios e requisitos pautados na valorização e no reconhecimento dos meios de institucionalização, da formulação de planos através da participação social, da regularização e definição dos mecanismos e instrumentos de concessão e regulação, e do comprometimento com a qualidade e com os resultados de ampliação e melhoria na prestação de serviços. O projeto prevê, em uma etapa inicial, a instalação de Usinas de Triagem e Compostagem nas sedes de dois municípios integrantes do consórcio e posteriormente a construção nos outros municípios juntamente com a construção do aterro sanitário e aquisição de equipamentos de coleta.

Tabela 19 – Metas e resultados da ação exercício

Previstas		Realizadas	
Física (Nº de ha. Estabilizados)	Financeira	Física (Nº de ha. Estabilizados)	Financeira
30.000	R\$15.700.000,00	30.566	R\$7.142.216,00

4.1.2.3.5. Ação 101R – Recuperação e Preservação da Bacia do Rio Paraíba do Sul

4.1.2.3.5.1. Dados gerais

Tabela 20 – Dados gerais da ação

Tipo	Projeto
Finalidade	Recuperar, conservar, preservar e recompor os recursos naturais da bacia hidrográfica do Rio Paraíba do Sul, de maneira integrada e associada permanentemente a um forte processo de articulação interinstitucional, mobilização e capacitação social e de educação ambiental com o conjunto de atores sociais e governamentais envolvidos com o processo de revitalização e integrando os Sistemas Nacionais de Meio Ambiente e de Gerenciamento de Recursos Hídricos visando a revitalização e o desenvolvimento sustentável dessa bacia.
Descrição	Promoção e apoio a ações de recuperação, conservação, preservação, manejo e uso sustentável dos recursos naturais da bacia hidrográfica do Rio Paraíba do Sul, através da implementação de atividades sócio-ambientais e ações de revitalização ambiental voltadas a recuperação de seus recursos naturais, principalmente em suas áreas degradadas e de recarga de aquíferos, incluindo o reflorestamento e a recuperação de áreas de proteção permanente, a recomposição da cobertura vegetal, a redução dos processos erosivos, a mitigação de impactos ambientais, a promoção da melhoria e gestão dos recursos pesqueiros, a conservação da biodiversidade, a gestão racional dos recursos hídricos, e ainda difundir práticas de recuperação e preservação ambiental, assim como promover a educação ambiental, a mobilização e capacitação sócio-ambiental, a articulação interinstitucional e sociocultural, como também apoiar e disseminar técnicas agrícolas sustentáveis e atividades ecológicas em comunidades tradicionais, além de atividades ecoturísticas e sócio-ambientais, entre outras na bacia, somadas a um forte processo de articulação permanente, com o conjunto de atores sociais e governamentais envolvidos com o processo de revitalização e de desenvolvimento sustentável da bacia, integrando inclusive os Sistemas Nacionais de Meio Ambiente e de Gerenciamento de Recursos

	Hídricos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano
Unidades Executoras	Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano, Agência Nacional de Águas.
Áreas responsáveis por gerenciamento e execução	Departamento de Revitalização de Bacias Hidrográficas
Coordenador nacional da ação	Rogério Soares Bigio
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	--

4.1.2.3.5.2. Resultados

Em relação à essa ação por estar no início do processo, associado ao pequeno aporte de recursos, as atividades referentes à ação foram resumidas às articulações estratégicas para o desenvolvimento e fortalecimento do Programa de Revitalização da Bacia Higrográfica do Paraíba do Sul, e à elaboração do Projeto Piloto do Rio Barra Mansa, em conjunto com ANA, ação extremamente importante para o sucesso do Programa de Revitalização de Bacias Hidrográficas em Situação de Vulnerabilidade e Degradação Ambiental.

Para desenvolvimento da ação de Recuperação e Preservação do Rio Paraíba do Sul (101R), foi executado 100% do recurso disponibilizado, evidenciando o aumento da demanda de recursos para essa ação e, também, a necessidade de incremento de recursos para o desenvolvimento de atividades críticas para o processo de revitalização dessa unidade hidrográfica.

Foram realizados entendimentos com a AGEVAP e ANA visando a execução de ações no Rio Paraíba do SUL e, também, definição de Projeto Piloto preparatório para a futura elaboração do Plano de Revitalização da Bacia do Rio Paraíba do Sul.

No que se refere ao indicador área estabilizada, a meta física do Programa de Revitalização de Bacias para a ação da bacia hidrográfica do Paraíba do Sul, era a estabilização de 500 hectares para o ano de 2007. O resultado foi alcançado, atendendo em 100% a meta física prevista. Considera-se, também, esse valor extremamente positivo, considerando-se que, no ano passado, o Programa ainda contou com uma fase de reestruturação em função de mudanças ocorridas no Ministério do Meio Ambiente.

Tabela 21 – Metas e resultados da ação exercício

<i>Previstas</i>		<i>Realizadas</i>	
Física (Nº de ha. Estabilizados)	Financeira	Física (Nº de ha. Estabilizados)	Financeira
500	R\$200.000,00	500	R\$199.981,00

4.1.2.3.6. Ação 101U – Implantação de Banco de Dados Ambientais das Bacias Hidrográficas com Vulnerabilidade Ambiental.

4.1.2.3.6.1. Dados gerais

Tabela 22 – Dados gerais da ação

Tipo	Projeto
Finalidade	Disponibilizar informações sócio-ambientais sobre a situação qualitativa e quantitativa dos recursos naturais e as condições sócio-ambientais dessas bacias prioritárias, efetivar sistemas de informação e gestão ambiental dessas bacias para subsidiar a tomada de decisões, assim como para divulgar a implementação do programa e o processos de revitalização para a sociedade em geral.
Descrição	Implantação de infra-estrutura, com aquisição de equipamentos, instalação e desenvolvimento de sistemas informatizados para prospectar, receber, tratar, articular, divulgar, sistematizar e consolidar dados e informações sobre a quantidade e qualidade dos recursos naturais e as condições sócio-ambientais das principais bacias hidrográficas nacionais que apresentam vulnerabilidades ambientais.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano
Unidades Executoras	Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano
Áreas responsáveis por gerenciamento e execução	Departamento de Revitalização de Bacias Hidrográficas
Coordenador nacional da ação	Rogério Soares Bigio
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	--

4.1.2.3.6.2. Resultados

Vale destacar nesta ação que a implementação de bancos de dados, com base em sistemas integrados de informações georeferenciadas, é uma ação estratégica, nos dias atuais, para a efetivação de trabalhos de gestão ambiental nas bacias hidrográficas.

Para desenvolvimento dessa ação, foi executado 100% do recurso disponibilizado para a ação, evidenciando o aumento da demanda de recursos para essa ação e, também, a necessidade de incremento de recursos para a extensão dos trabalhos para as demais bacias hidrográficas.

Os efeitos dessa ação são repercutidos de duas maneiras:

- Melhoria das informações disponibilizadas ao público em geral por meio de acesso às bases de dados constituídas de dados físicos e relacionados aos processos de gestão;
- Melhoria das informações para as ações de gestão ambiental e os processos de tomada de decisão.

A ação de implantação de banco de dados ambientais tem sido direcionada, até o momento, para o desenvolvimento do SISFRAN, o Sistema de Informação do Rio São Francisco, e de alimentação de todas as bases de dados do MMA que dão suporte a essa base de dados, assim como, o desenvolvimento estratégico das etapas que antecedem o desenvolvimento das bases de dados das demais bacias hidrográficas submetidas a processo de revitalização.

Em 2007 foi dada ênfase para o desenvolvimento de diversos bancos de dados no SIGEPRO, a fim de potencializar os dados disponibilizados no SISFRAN. Foi desenvolvido, também, um formulário analógico e digital (em meio eletrônico) e distribuídos aos parceiros do Programa de Revitalização do rio São Francisco, para alimentação do SIGEPRO. Além do formulário, as atividades abrangeram o desenvolvimento de um manual de orientações aos usuários do SISFRAN e aos usuários do SIGEPRO. Entre os bancos de dados em desenvolvimento, pode-se citar o Banco de Dados dos Contatos, o Banco de Imagens, a implantação da Agenda do Programa de Revitalização no SIGEPRO, a organização do Arranjo Político-Institucional do PR-SF e início de implementação no SIGEPRO.

Como resultado do desenvolvimento da ação em 2007, é possível visualizar a diferença de quantidade e qualidade da informação disponibilizada tanto no SISFRAN como na página (“site”) do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco.

Para ações relacionadas ao Componente Convivência com o Semi-Árido, essa ação em conjunto com outras apoiou o projeto “Desenvolvimento de Ações do Programa Água Doce no Semi-Árido, no âmbito do Programa de Revitalização da bacia do Rio São Francisco”, em parceria com a CODEVASF/MI, no valor de R\$ 407.790,00, sendo desta ação o valor de R\$ 57.790,00, que visa dar apoio à estruturação de base de dados de interesse do programa, no sentido de implementar sistemas de informação e de monitoramento do Programa Água Doce.

O projeto tem o objetivo de desenvolver ações de apoio à implementação do Programa Água Doce, beneficiando localidades do semi-árido brasileiro na Bacia Hidrográfica do rio São Francisco, no âmbito do Programa de Revitalização. O Programa Água Doce tem como objetivo estabelecer política pública permanente de acesso à água de boa qualidade para consumo humano, promovendo e disciplinando a implantação, a recuperação e a gestão de sistemas de dessalinização ambiental e socialmente sustentáveis, usando essa ou outras tecnologias alternativas, para atender, as populações de baixa renda residentes em localidades difusas, prioritariamente, do semi-árido brasileiro.

Tabela 23 – Metas e resultados da ação exercício

<i>Previstas</i>		<i>Realizadas</i>	
Física (implantação do sistema)	Financeira	Física (implantação do sistema)	Financeira
20%	R\$ 500.000,00	20%	R\$500.000,00

4.1.2.3.7. Ação 09GF – Apoio a Projetos de Controle da Poluição por Resíduos em Bacias Hidrográficas com Vulnerabilidade Ambiental.

4.1.2.3.7.1. Dados gerais

Tabela 24 – Dados gerais da ação

Tipo	Operações Especiais
Finalidade	Desenvolver e apoiar estudos e projetos visando o controle da poluição por resíduos, e sua gestão de forma a fomentar a redução, reutilização e reciclagem nas áreas das Bacias Hidrográficas com vulnerabilidade ambiental.
Descrição	Os resíduos resultantes de ações antrópicas industriais, agrícolas, domésticas e de exploração mineral, representam um grande desafio à sustentabilidade ambiental de Bacias Hidrográficas. Hoje, grande parte da vulnerabilidade ambiental das bacias resulta de processos acumulativos de poluição e desconsideração do ciclo 3R. O ciclo 3 R implica na redução do desperdício e do consumo, na reutilização, sempre que possível, e na reciclagem e separação dos diversos tipos de resíduos. Uma das condições para diminuição do processo de poluição é o fomento às ações de reciclagem e seletividade dos resíduos. Dessa forma, faz-se necessário a celebração de convênios, parcerias, termos de cooperação e outros instrumentos legais com Universidades, Institutos de Pesquisa, ONGs e municípios para a realização dos estudos e projetos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano
Unidades Executoras	Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano Departamento de Ambiente Urbano
Áreas responsáveis por gerenciamento e execução	Departamento de Ambiente Urbano
Coordenador nacional da ação	Moacir Assunção
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	

4.1.2.3.7.2. Resultados

Os recursos desta ação foram transferidos para o Departamento de Ambiente Urbano para apoiar os Projetos de Controle da Poluição por Resíduos em Bacias Hidrográficas com

Vulnerabilidade Ambiental.

O programa de Resíduos Sólidos integra atribuições do Ministério do Meio Ambiente desde o PPA 2004 – 2007 e foi confirmado no processo de elaboração do PPA 2008 – 2011. Dentre as iniciativas anteriores dos Ministérios do Meio Ambiente, Saúde, por meio da Fundação Nacional de Saúde – FUNASA e das Cidades por meio de sua Secretaria de Saneamento, estão diversos projetos que buscam apoiar diretamente os municípios em situação de precariedade no setor, viabilizando a construção de aterros sanitários, de galpões de reciclagem de materiais e equipamentos, de maneira a permitir a erradicação de lixões e a viabilização de iniciativas tecnicamente sustentáveis.

Com a regulamentação e implementação da recém aprovada Política Nacional de Saneamento, Lei Federal 11.445/2007 e também da Lei federal 11.107/2005 que regulamentou a Prestação de Serviços Associados, a chamada “Lei dos Consórcios”, esta secretaria tem se esforçado no sentido de que a Gestão do Serviços de Resíduos Sólidos passem a contar com mecanismos legais e institucionais nos Estados Brasileiros, particularmente naqueles que apresentam maiores problemas, como é o caso daqueles que integram as Bacias do Rio São Francisco e Parnaíba.

Os convênios firmados com os Estados de Alagoas e Sergipe visam apoiar os governos estaduais e locais na elaboração de Planos Estaduais de Regionalização para a Gestão dos Resíduos Sólidos e dos Planos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, com a finalidade de identificar arranjos institucionais para a formação de consórcios intermunicipais e soluções tecnológicas e gerenciais que garantam a sustentabilidade de investimentos governamentais no setor. Os convênios atenderão 77 municípios da Bacia do Rio São Francisco no intuito de atender a gestão integrada e associada dos resíduos sólidos nesses municípios, colaborando assim com a revitalização da Bacia.

Tabela 25– Metas e resultados da ação exercício

<i>Previstas</i>		<i>Realizadas</i>	
Física (Projeto apoiado)	Financeira	Física (Projeto apoiado)	Financeira
25,00	2.047.000,00	77,00	1.247.000,00

4.1.3. PROGRAMA 1047 – DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DO SEMI-ÁRIDO / CONVIVER – Programa no âmbito do Ministério da Integração.

Sob a ótica do desenvolvimento regional, o semi-árido constitui-se em uma das sub-regiões que mais dependem de uma intervenção estatal eficiente, voltada para a eliminação dos efeitos destruturadores decorrentes das adversidades climáticas a que está submetido. A carência de água nas ocasiões de estiagem aumenta os riscos de desastres secundários de natureza humana relacionados às convulsões sociais, como a fome e desnutrição, desemprego

generalizado e migrações intensivas e descontroladas. Provoca, ainda, desastres humanos de natureza biológica decorrentes da redução da resistência imunológica causada pela fome. Dos esforços anteriores voltados para a eliminação do problema, constata-se que 40% das obras de captação e de armazenamento pontual de água estão inacabadas ou deterioradas. As obras de vulto demandam muito equipamento e são altamente concentradoras de mão-de-obra, além de exigir prazos dilatados de construção. Aproximadamente 500.000 propriedades rurais na área semi-árida não dispõem de oferta adequada de água, aumentando sobremaneira sua vulnerabilidade às secas, cujo impacto traduz-se, gravemente, na baixa-estima das comunidades atingidas. Tradicionalmente, as ações limitaram-se a medidas assistenciais em detrimento de intervenções mais efetivas que estimulassem projetos geradores de emprego e renda e educacionais em caráter permanente, visando ao atendimento das necessidades sociais básicas e numa perspectiva de futuro para enfrentamento às adversidades climáticas e preparação para a convivência com a realidade da região. Nesse contexto torna-se imperativa, para o enfrentamento do problema, a articulação dos diversos programas de combate à pobreza, de segurança alimentar e de combate à fome, com os diversos programas de desenvolvimento regional, na implementação de ações que conduzam à sustentabilidade das atividades econômicas nos períodos críticos.

4.1.3.1. Dados gerais

Tabela 26 – Dados gerais do programa

Tipo de Programa	Finalístico
Objetivo Geral	Reduzir as vulnerabilidades socioeconômicas da população das áreas do semi-árido com incidência de seca.
Gerente do programa	--
Gerente executivo	--
Indicadores ou parâmetros utilizados	<ul style="list-style-type: none"> •Número de Ocupações Geradas na Região do Semi-árido pelo Programa; •Taxa de internação de pessoas com doenças infecciosas e parasitárias na região do Semi-Árido; •Taxa de população no semi-árido atendida com rede geral de abastecimento de água.
Público-alvo (beneficiários)	Populações do semi-árido com incidência estrutural de seca

4.1.3.2. Principais ações

- Ação 8695 – Dessalinização de Água – Água Doce.
- Ação 0772 – Apoio ao Desenvolvimento de Atividades Sustentáveis em Micro Bacias do

Semi-árido.

4.1.3.3. Gestão das ações

4.1.3.3.1. Ação 8695 – Dessalinização de Água – Água Doce.

4.1.3.3.1.1. Dados gerais

Tabela 27 – Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Estabelecer política pública permanente de acesso à água de boa qualidade para consumo humano, coordenando, promovendo e disciplinando a implantação, a recuperação e a gestão de sistemas de dessalinização ambiental e socialmente sustentáveis, usando essa ou outras tecnologias alternativas, para atender, prioritariamente, as populações de baixa renda residentes em localidades difusas do semi-árido brasileiro.
Descrição	Esta ação consiste em estabelecer política pública de acesso permanente à água de boa qualidade em localidades difusas, prioritariamente no semi-árido brasileiro, por meio de tecnologias alternativas, em especial a dessalinização. Como ações experimentais para fundamentar a elaboração da referida política pública têm-se a recuperação de sistemas de dessalinização e a implantação de sistemas produtivos baseados na gestão local. Nas localidades beneficiadas, a água subterrânea salobra ou salina é captada por meio de poço tubular profundo. A água potável é ofertada à população e o concentrado (rejeito) é encaminhado para tanques de contenção para evaporação. Em localidades que atendam aos requisitos técnicos, o concentrado (rejeito) da dessalinização poderá ser utilizado em sistema produtivo integrado. O sistema é composto por: criação de peixes (tilápias), irrigação e cultivo da Atriplex (erva-sal), fenação para alimentação e engorda de caprinos e ovinos. O processo proporciona segurança alimentar e até mesmo aumento de renda com a engorda dos animais em período de seca, além de proporcionar os cuidados ambientais necessários. Todo o processo é gerido pela comunidade por meio da celebração de Acordos de Gestão. O desenvolvimento da ação seguirá o estabelecido nos Planos de Implementação do Água Doce em cada estado abrangido, construídos de forma descentralizada e participativa. Entre as atividades estão: elaboração e desenvolvimento de políticas públicas de acesso à água por meio de tecnologias alternativas, como a dessalinização; mobilização social para a gestão e educação ambiental; sustentabilidade ambiental; apoio ao gerenciamento;

	<p>formação de recursos humanos (tanto de técnicos estaduais e federais como das localidades); sistema de informações e monitoramento; manutenção dos sistemas;</p> <p>-recuperação e/ou implantação de sistemas de dessalinização; implantação de sistemas produtivos integrados e unidades demonstrativas; articulação e fortalecimento institucional; pesquisa tecnológica; implantação de Núcleos Estaduais e Locais de Gestão; elaboração dos Planos de Implementação das ações em cada um dos estados abrangidos.</p>
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano
Unidades Executoras	Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano
Áreas responsáveis por gerenciamento e execução	Departamento de Revitalização de Bacias Hidrográficas
Coordenador nacional da ação	Renato Saraiva Ferreira
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	--

4.1.3.3.1.2. Resultados

Os recursos desta ação foram utilizados para a formulação de política pública permanente de acesso à água em comunidades difusas, prioritariamente do semi-árido brasileiro, por meio de sistemas de dessalinização. Cabe ressaltar que os recursos da ação não foram suficientes para a implantação desses sistemas, assim, se fez necessário o estabelecimento de parcerias com outras instituições.

A ação, hoje, apóia o desenvolvimento de ações de articulação e estruturação institucional e ações de mobilização social e sustentabilidade ambiental necessárias ao emprego da metodologia desenvolvida conjuntamente por técnicos de diversas instituições federais e estaduais de 11 estados brasileiros.

Por anos foram implantados pelo governo, milhares de dessalinizadores (equipamentos que tornam a água salobra e salina em água potável com qualidade próxima à da água mineral) sem qualquer planejamento, orientação ou principalmente dimensionamento adequado às vazões do poço, qualidade da água e proteção ambiental. Como consequência, não só a tecnologia não foi adequadamente aplicada mas também a gestão destes equipamentos não foi implementada. O resultado foi milhões de pessoas que residem em comunidades difusas do semi-árido brasileiro passando sede e necessidades advindas da falta de água e um imenso processo de degradação ambiental. A aplicação em campo da metodologia utilizada pelo Programa Água Doce vem demonstrando como é possível mudar a realidade com ações

simples e relativamente baratas, considerando o custo/benefício de se ter água de boa qualidade.

O grande mérito e importância desta ação reside na aplicação da metodologia, desenvolvida no âmbito do Água Doce, que associa diversos componentes com o fim de auto-gestão do sistema pela própria comunidade, apoiada e orientada na função do estado, seja nos níveis federal, estadual e municipal. Os componentes temáticos são: mobilização social para a gestão dos sistemas, sustentabilidade ambiental, sistemas de dessalinização e sistemas produtivos/unidades demonstrativas. A tecnologia não é mais apenas pensada em número de equipamentos mas sim em sistema, onde o poço, o equipamento de dessalinização, os reservatórios, a manutenção, a distribuição democrática da água, o armazenamento, o monitoramento e, principalmente, o controle social e ambiental são interligados objetivando a manutenção no tempo e no espaço do acesso à água de boa qualidade nessas comunidades. É dada ênfase à formação de recursos humanos tanto dos técnicos das diversas instituições como da comunidade para a operação e gestão dos sistemas de dessalinização.

É importante ressaltar a inclusão, no sistema, de tanques de contenção do concentrado (efluente resultante da dessalinização da água) que protegem os solos, impedindo sua desagregação por causa do sódio e impedindo assim a erosão e potencializando as áreas para produção.

Onde condições técnicas permitem são implantados ainda sistemas de produção integrado demonstrativos onde a água do concentrado é utilizada para criação de tilápia rosa. O concentrado fertilizado pelos peixes é por sua vez utilizado na irrigação da Atriplex – erva sal que adsorve em sua estrutura o sal, que é usada na fenação para alimentação de animais na época da seca. O sistema pode propiciar assim, além de água, segurança alimentar e pequeno aumento de renda com a engorda dos animais.

Como a equipe técnica em sua maioria era constituída por servidores temporários, ela foi consideravelmente reduzida, passando de 10 técnicos no início do programa para apenas 2 ao final de 2007, razão pela qual torna-se imperativo a reposição de pessoal qualificado para apoiar as ações de articulação e acompanhamento do Programa.

Em 2007 foi proposto, por ocasião da revisão do PPA, a alteração da meta para formulação de Política Pública de acesso à água em comunidades difusas, prioritariamente do semi-árido brasileiro, por meio de sistemas de dessalinização.

Apesar da limitação dos recursos, diminuição dos técnicos, as atividades de gestão e apoio técnico à implementação da ação, além da captação de recursos junto a parceiros públicos e privados vem auxiliando a execução da ação e permitiu as seguintes ações:

No primeiro trimestre de 2007 foram realizadas ações de gestão, que compreenderam atividades de articulação institucional e coordenação dos componentes de mobilização social

para a gestão e sustentabilidade ambiental. Em fevereiro e março ocorreram reuniões do Grupo Executivo Nacional, composto pela Coordenação Nacional, Coordenação de Gerenciamento e Coordenações Temáticas (Dessalinização, Mobilização para a Gestão, Sustentabilidade Ambiental, Sistemas Produtivos/Unidades Demonstrativas); em março, ocorreu em Natal/RN a reunião da Coordenação Nacional com os Coordenadores Estaduais dos estados beneficiados pela ação; também em março ocorreram visitas e articulação da Coordenação Nacional com a Coordenação, Grupo Executivo, Núcleo e Secretários de Recursos Hídricos e Meio Ambiente dos estados de Alagoas, Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe. Foram concluídos ainda, pela Coordenação da Sustentabilidade Ambiental, os relatórios da situação de risco das localidades pré-selecionadas nos estados de Alagoas, Bahia, Ceará, Paraíba e Pernambuco. A avaliação contempla a estrutura da localidade, a caracterização ambiental das fontes de abastecimento e dos domicílios. Dia 30 de março foi inaugurada a primeira Unidade Demonstrativa (sistema de produção integrado) do estado do Rio Grande do Norte, localidade de Caatinga Grande, município de São José do Seridó, com recursos da parceria com a Fundação Banco do Brasil.

No segundo trimestre de 2007 as ações de gestão continuaram. Em maio foram realizadas reuniões com o Grupo Executivo Nacional e com a Coordenação do gerenciamento. Entre maio e junho ocorreram reuniões técnicas e de articulação da Coordenação Nacional com a Coordenação, Grupo Executivo, Secretário de Meio Ambiente e/ou Recursos Hídricos dos estados da Paraíba, do Ceará e do Piauí.

Em março, foi iniciada a implantação da primeira Unidade Demonstrativa do estado de Alagoas, com recursos da parceria com a Fundação Banco do Brasil, na localidade de Pedra D'Água, município de Santana do Ipanema. O Núcleo Estadual do Piauí selecionou a localidade de São João Batista no município de Vila Nova do Piauí, na região de Picos, onde também já foram iniciadas as atividades de implantação física.

No terceiro trimestre de 2007, as ações de gestão continuaram. Entre julho e agosto foram realizadas reuniões técnicas e de articulação da Coordenação Nacional com o Grupo Executivo e Coordenação do Programa Água Doce nos estados do Maranhão e Pernambuco. Adicionalmente, ocorreram as reuniões: com representantes da CODEVASF; sobre os componentes temáticos Sustentabilidade Ambiental e Sistemas de Produção do Programa Água Doce; e com o Grupo Executivo. Foram realizados também no período: experimento e campanha de campo, com o objetivo de otimizar indicadores para o manejo sustentável de Unidades Demonstrativas.

No quarto trimestre de 2007, as ações de gestão tiveram continuidade. Foram realizadas reuniões técnicas e de articulação da Coordenação Nacional com o Grupo Executivo e Coordenação do Programa Água Doce nos estados da Paraíba e de Alagoas. Em outubro foi

realizada, em Teresina/PI, Oficina de Trabalho, coordenada pela Secretaria Executiva do Ministério do Meio Ambiente. Em novembro ocorreu o Ato de entrega dos 21 dessalinizadores recuperados na Paraíba/PB e em dezembro foi inaugurada a UD da Alagoas. Foi realizado em dezembro o III Encontro de Formação do Programa Água Doce na cidade de Arapiraca/AL, no período de 09 a 14/12. O objetivo do encontro foi dar sequência ao processo de formação de cerca de 120 técnicos, membros dos núcleos gestores do PAD em 11 estados (Alagoas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Maranhão, Minas Gerais, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe) nos quatro componentes que compõem o Programa (Dessalinização, Mobilização, Sustentabilidade e Produção), por meio de oficinas de atualização, seminários, palestras, trabalhos de campo, debates, dentre outras atividades.

Tabela 28 – Metas e resultados da ação exercício

Previstas		Realizadas	
Física (Política Pública)	Financeira	Física (Política Pública)	Financeira
--	500.000,00	--	500.000,00

4.1.3.3.2. Ação 0772 – Apoio ao Desenvolvimento de Atividades Sustentáveis em Micro Bacias do Semi-árido.

4.1.3.3.2.1. Dados gerais

Tabela 29 – Dados gerais da ação

Tipo	Operações Especiais
Finalidade	Aprimorar métodos e práticas de convivência com o semi-árido, tendo como foco os agricultores familiares, com o intuito de combater processos de desertificação em micro-bacias degradadas e o avanço desse fenômeno sobre áreas de vegetação remanescentes.
Descrição	Estabelecimento de diretrizes do projeto a partir daquelas lançadas no PAN e PNPS; elaborar proposta prévia para discussão com as organizações locais e poder público; consolidar proposta e definir as regiões para implementação da mesma; estabelecer processo de mobilização social com os atores sociais locais e poder público para implementação da proposta; realizar processo de formação envolvendo extencionistas e agricultores visando aprimorar e difundir técnicas de convivência com o semi-árido; realizar seminários para avaliação das técnicas implementadas; elaborar materiais para divulgação das metodologias e técnicas validadas (vídeo, cartilhas, manuais, entre outros); realizar cursos para formação de multiplicadores.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano

Unidades Executoras	Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano
Áreas responsáveis por gerenciamento e execução	Departamento de Revitalização de Bacias Hidrográficas
Coordenador nacional da ação	Renato Saraiva Ferreira
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	--

4.1.3.3.2.2. Resultados

Os recursos desta ação foram utilizados para apoiar as ações desenvolvidas pelo Programa Água Doce – PAD, este programa é uma ação do Governo Federal coordenada pelo Ministério do Meio Ambiente, por meio desta Secretaria, em parceria com instituições federais, estaduais, municipais e da sociedade civil. O PAD visa ao estabelecimento de uma política pública permanente de acesso à água de boa qualidade para consumo humano, promovendo e disciplinando a implantação, a recuperação e a gestão de sistemas de dessalinização ambiental e socialmente sustentáveis, usando essa ou outras tecnologias alternativas, para atender, as populações de baixa renda residentes em localidades difusas, prioritariamente, do semi-árido brasileiro. A metodologia adotada pelo programa está estruturada em em quatro componentes temáticos: 1. Mobilização para a Gestão, que visa colaborar no processo de definição dos acordos que garantirão o funcionamento a longo prazo dos dessalinizadores e das unidades demonstrativas e mediar a interlocução, as negociações e os conflitos de interesses entre os diferentes atores sociais envolvidos no processo de implementação dos sistemas de dessalinização e das unidades demonstrativas; 2. Sustentabilidade Ambiental, que tem como um dos produtos a avaliação da situação de risco nas comunidades, que serve como elemento para a seleção da localidade a ser beneficiada e, buscando garantir a sustentabilidade ambiental, o PAD promove contenção dos efluentes da dessalinização, por meio de tanques de contenção, e quando possível a utilização do efluente(concentrado salino) por meio do sistema produtivo; 3. Sistemas de Dessalinização e; 4. Sistemas Produtivos/ Unidades Demonstrativas (uma Unidade Demonstrativa é um sistema de produção integrado onde são realizadas visitas, exposições, aulas e demonstrações com o objetivo de multiplicação do modelo). Em localidades que atendam aos requisitos técnicos, o concentrado (rejeito) da dessalinização poderá ser utilizado em sistema produtivo integrado. O sistema é composto por: criação de peixes (tilápias), irrigação e cultivo da Atriplex (erva-sal), fenação para alimentação e engorda de caprinos e ovinos. O processo proporciona segurança alimentar e até mesmo aumento de renda com a engorda dos animais em período de seca, além de proporcionar os cuidados ambientais necessários.

As tecnologias aplicadas pelo Programa Água Doce têm contribuindo muito para a melhoria da qualidade de vida dos moradores do Semi-árido brasileiro atendidas pelo programa, uma vez que, por meio de sistemas de dessalinização, leva água de boa qualidade à esses moradores, preocupando-se com a preservação e sustentabilidade dos sistemas e do ambiente como um todo, além de contribuir diretamente com a redução das taxas de internação e de contaminação por doenças infecciosas e parasitárias nessa região ao, por meio da mobilização social e sustentabilidade ambiental, conscientizar as comunidades quanto ao manuseio e uso adequados da água.

Tabela 30 – Metas e resultados da ação exercício

<i>Previstas</i>		<i>Realizadas</i>	
Física (Família Beneficiada)	Financeira	Física (Família Beneficiada)	Financeira
25,00	100.000,00	25,00	100.000,00

4.1.4. PROGRAMA 8007 - RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS

O Programa de Resíduos Sólidos Urbanos integra atribuições do Ministério do Meio Ambiente, desde o PPA 2004 – 2007, e confirmado no processo de elaboração do PPA 2008 – 2011, cuja revisão ocorreu em agosto 2007. Durante o processo de revisão ficou acordado entre os Ministérios do Planejamento, Saúde (FUNASA) e das Cidades que a coordenação do Programa ficaria a cargo do MMA, por meio da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano. Dentre as iniciativas anteriores dos Ministérios do Meio Ambiente, Saúde, por meio da Fundação Nacional de Saúde – FUNASA e das Cidades por meio de sua Secretaria de Saneamento, estão diversos projetos que buscam apoiar diretamente os municípios em situação de precariedade no setor, viabilizando a construção de aterros sanitários, de galpões de reciclagem de materiais e equipamentos, de maneira a permitir a erradicação de lixões e a viabilização de iniciativas tecnicamente sustentáveis.

Esta prática tem demonstrado resultados insatisfatórios, sendo que os recursos federais dispendidos, há mais de uma década, por meio de convênios, muitas vezes não atingiram seus objetivos.

A reorganização institucional do Ministério do Meio Ambiente, ocorrida em 2007, incorporou o Ambiente Urbano, assim como o Programa de Revitalização de Bacias Hidrográficas e o Programa Pantanal, na Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano – SRHU, demonstrando, desta forma, uma clara preocupação no tratamento desses temas, que passam a ser trabalhados de forma integrada intra e interinstitucionalmente, cabendo a SRHU a coordenação do Programa Nacional de Resíduos Sólidos Urbanos.

Foi iniciativa do MMA, buscar atuar de forma articulada com os demais entes da federação,

particularmente com os Estados, em uma primeira etapa, e com os municípios na seqüência imediata, bem como articular paralelamente e coordenar ações dos diversos órgãos do próprio Governo Federal de maneira a permitir a otimização dos recursos, o compartilhamento das responsabilidades e definição das políticas e técnicas nas diversas áreas de atuação e conseqüentemente, melhor utilização dos recursos públicos de forma a viabilizar uma mudança de paradigma nos resíduos sólidos. Essa estratégia, em parte materializada no processo de elaboração dos Planos Estaduais de Gestão Integrada e Associada de Resíduos Sólidos busca envolver, de forma subsidiária os Governos Estaduais, em conjunto com os municípios, os melhores arranjos de consorciamento e associação entre municípios, ou entre municípios e estados, de maneira a buscar ganhos de escala e escopo nas diversas etapas de atuação, particularmente na gestão pública dos serviços, garantindo o controle social e respeitando as diferenças e particularidades regionais. Trata-se de iniciativa de caráter inédito, com claro respaldo constitucional e legal, com metas apoiadas não só pela enorme demanda do setor, mas também pelo relativo insucesso de outras iniciativas com a sustentabilidade, que negligenciavam a preocupação com os mecanismos de gestão associada de serviços públicos e o envolvimento integrado dos diversos entes federados. Com a regulamentação e implementação da recém aprovada Política Nacional de Saneamento, Lei Federal 11.445/2007 e também da Lei federal 11.107/2005 que regulamentou a Gestão associada de serviços públicos, a chamada “Lei dos Consórcios”, esta Secretaria tem se esforçado no sentido de que a Gestão do Serviços de Resíduos Sólidos passem a contar com mecanismos legais e institucionais nos Estados Brasileiros, particularmente naqueles que apresentam maiores problemas, como é o caso daqueles que integram as Bacias do Rio São Francisco e Parnaíba.

4.1.4.1.Dados gerais

Tabela 31 – Dados gerais do programa

Tipo de programa	Finalístico - Gestão de Políticas Públicas
Objetivo geral	Aumentar a cobertura e a eficiência dos serviços públicos de manejo de resíduos sólidos no encerramento de lixões, na redução, na reutilização, no aproveitamento e na reciclagem de resíduos sólidos urbanos, e na adoção de meios para a inclusão (socioeconômica) de catadores de materiais recicláveis; por meio de apoio aos Estados e Municípios por meio da Gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos e coordenar o Programa Nacional de Resíduos Sólidos Urbanos.
Gerente do programa	Eustáquio Luciano Zica
Gerente executivo	Silvano Silvério da Costa
Indicadores ou parâmetros	Taxa de cobertura de coleta de resíduos sólidos urbanos

utilizados	
Público-alvo (beneficiários)	População localizada em áreas de maior concentração de pobreza do país e/ou de fragilidade físico-ambiental; em municípios de pequeno e médio portes, nas periferias de grandes centros e de regiões metropolitanas

4.1.4.2. Principais ações

- Ação 86AA - Desenvolvimento institucional para a Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Urbanos em Municípios com População entre 30.000 e 250.000 Habitantes ou Integrantes de Regiões Metropolitanas.

4.1.4.3. Gestão das ações

4.1.4.3.1. Ação 86AA - Desenvolvimento institucional para a Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Urbanos em Municípios com População entre 30.000 e 250.000 Habitantes ou Integrantes de Regiões Metropolitanas

4.1.4.3.1.1. Dados gerais

Tabela 32 – Dados gerais da ação

Tipo	Atividade
Finalidade	Promover a modernização e a organização dos sistemas públicos de manejo de resíduos sólidos, com vistas elevar a capacidade técnica, administrativa e gerencial do prestador de serviços e a qualidade dos serviços prestados à população
Descrição	Melhoria da capacitação de profissionais, da tecnologia local, das práticas de gerenciamento dos resíduos e elaboração de projetos e planos de Gestão Integrada e de Sistemas de informações para a gestão dos resíduos sólidos urbanos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano
Unidades executoras	Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Departamento de Ambiente Urbano
Coordenador nacional da ação	Moacir Moreira da Assunção
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	--

4.1.4.3.1.2. Resultados

Esta é a ação principal do Programa à cargo da SRHU. Preliminarmente é importante registrar que houve alteração na sua nomenclatura e indicadores para o PPA 2008-2011, ajustando dessa forma à mudança de paradigma no que se refere ao Ambiente Urbano, tomando como base a reestruturação do Ministério do Meio Ambiente.

A metodologia aplicada para atingir a meta física levou em consideração o número de Municípios que serão beneficiados direta e indiretamente pelos convênios celebrados entre esta Secretaria e, num primeiro momento, os entes federados estaduais que compõem a Bacia do São Francisco e Parnaíba. O esclarecimento para justificar o atingimento da meta física, sem consequentemente atingir a meta financeira, é devido às parcerias instituídas com os governos estaduais, uma vez que o interesse da política pública dessa ação é difuso: governo estadual e Federal. Além dessas parcerias instituídas com os governos estaduais foram também firmadas parcerias com instituições representativas da sociedade civil organizada.

Cabe ressaltar, ainda, que os recursos orçamentários disponibilizados na ação foram 100% executados, ficando contingenciado o percentual de 43,21% do total da ação.

Por meio dessa ação foi planejado e traçadas as diretrizes objetivando apoiar órgãos e entidades das esferas federal, estadual e municipal para a gestão integrada e associada dos resíduos sólidos urbanos, sob a ótica e fundamentos da sustentabilidade ambiental e socioeconômica. Apesar de estar sob a responsabilidade da SRHU somente a partir de junho de 2007, diversas ações foram desenvolvidas, buscando atingir os objetivos propostos:

- Planejamento estratégico da Secretaria
- Rearticulação do Grupo Interministerial do Programa Nacional de Resíduos Sólidos Urbanos (informalmente).
- Elaboração, em conjunto com os Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão, Cidades, Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Saúde, Fazenda e Casa Civil, do texto que culminou no Projeto de Lei 1991/07 que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos. Ação pioneira por parte do Executivo Federal, o Projeto estabelece diretrizes, instrumentos, responsabilidades, proibições para o gerenciamento dos resíduos sólidos no País, levando em consideração o acúmulo oriundo das discussões sobre o tema nos últimos sete anos em seminários regionais e nacionais com diversos segmentos da sociedade civil. Podemos destacar, ainda, a participação ativa, no processo de elaboração e difusão de propostas voltadas para a gestão socioambiental compartilhada de resíduos sólidos, o Fórum Nacional Lixo e Cidadania e o Fórum Lixo e Cidadania da Cidade de São Paulo e o Movimento Nacional de Catadores de Materiais Recicláveis.
- Fortalecimento do Comitê Interministerial de Inclusão Social de Catadores de Materiais Recicláveis (Decreto 5940, 11.09.03)
- Apoio institucional na elaboração e implementação do Projeto de Mecanismo de Desenvolvimento Limpo (MDL), com realização de cursos de capacitação de gestores visando a elaboração de Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos e aplicação do MDL

em projetos de captação e tratamento de gases gerados em locais de destinação final de resíduos. Os gestores capacitados serão multiplicadores que irão ministrar, a partir de 2008, os cursos municipais. Com essa ação o Governo Federal busca contribuir para sanar uma situação de não conformidade ambiental e social. Tal ação promoverá a eliminação de lixões e a inclusão social dos catadores no processo de gerenciamento de resíduos sólidos, com o suporte de um instrumento econômico, baseado na gestão ambientalmente responsável do meio urbano

- Seminário “Recursos Hídricos e Ambiente Urbano: integração de sistemas. Objetivando iniciar a construção de agenda comum de trabalho que busque a integração dos Sistemas de Gerenciamento de Recursos Hídricos e a Gestão Urbana
- Reuniões de capacitação da equipe técnica para orientação aos Estados que compõem as Bacias Hidrográficas do Rio São Francisco e Parnaíba
- Apoio ao VI Festival Lixo e Cidadania, realizado em Belo Horizonte
- Participação no I Seminário Regional de Revitalização do Rio São Francisco
- Firmados convênios com os Estados de MG, BA, PE, AL (parte dos recursos dessa ação), SE (recursos da ação 09GF, do Programa de Revitalização de Bacias Hidrográficas), GO/RIDE, PI e MA, consolidando na prática o novo enfoque que o MMA, por meio da SRHU/DAU, está buscando em trabalhar o tema de resíduos sólidos: elaboração de Estudo de Regionalização da Gestão dos Resíduos Sólidos e a elaboração dos Planos Estaduais de Gestão Integrada e Associada dos Resíduos Sólidos nos municípios que estão nas Bacias Hidrográficas do Rio São Francisco e Parnaíba.
- Firmado convênio com o Governo do Estado do Rio de Janeiro para a elaboração do Plano de Regionalização da Gestão de Resíduos Sólidos no Estado, contemplando 92 municípios
- Participação efetiva nas discussões da Câmara Técnica de Saneamento Ambiental, no âmbito do Programa de Revitalização da Bacia do São Francisco
- Desenvolvimento de proposta de estudo de remanufatura nacional e internacional, com o objetivo de determinar o estado da arte, buscando subsídios para o estabelecimento do marco legal
- Participação em reuniões em Curitiba/Assembléia Legislativa para construção de alternativas para filmes plásticos biodegradáveis para sacolas plásticas.
- Participação em reuniões em Iguape/SP, Bacia dos Sinos/RS, Taquari/MS para elaboração dos Termos de Referência dos PGIRS
- Cursos de capacitação em Consórcios Públicos para os técnicos do DAU e as equipes técnicas dos Estados com os quais foram firmados convênios
- Participação nas discussões para alteração da Resolução Conama 308/02 que trata do

licenciamento em aterro de pequeno porte

- Participação nas discussões do Projeto de Lei 3057/00 que altera a Lei de parcelamento do Solo. Foi instituído um GT interno no MMA para nivelamento das informações para discussões na Câmara dos Deputados e Casa Civil
- Participações em atividades e grupos de trabalho interministeriais, como o de Saneamento, para a elaboração da Política Nacional de Ordenamento Territorial – PNOT
- Participação no Grupo de Trabalho do Conama para o monitoramento e análise dos efeitos da Resolução 369/06 – intervenções em APP's urbanas
- Atualização da proposta de publicação da UN- Habitat , intitulada “Estratégia Ambiental Urbana no Brasil”. Título provisório
- Participação no Seminário Nacional de Prevenção e Mediação de Conflitos Fundiários Urbanos
- Apoio e participação no Seminário Nacional sobre o Tratamento de Áreas de Preservação Permanente em Meio Urbano.

As ações da SRHU tiveram como objetivo geral:

- 1) apoiar os Estados e Municípios na Gestão dos Resíduos Sólidos Urbanos;
- 2) coordenar o Programa Nacional de Resíduos Sólidos. Os objetivos específicos são promover a aprovação da Política Nacional de Resíduos Sólidos; apoiar a elaboração dos Planos Estaduais/Regionais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos com vistas a propiciar investimentos governamentais sustentáveis; capacitar gestores municipais em Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Urbanos.

Os beneficiários diretos são os governos estaduais e municipais e os beneficiários indiretos os órgãos ambientais, catadores de resíduos sólidos e a população brasileira na área de atuação das ações.

O indicador da ação é: projetos apoiados. Para o exercício de 2007 a avaliação é positiva e os principais resultados que propiciaram o sucesso na execução da ação podem ser considerados: articulação com demais unidades do MMA e órgãos do Governo Federal; envolvimento da equipe com a proposta de trabalho; reestruturação do MMA; o Planejamento estratégico da SRHU; orientação dos investimentos do Governo Federal nas ações do PAC – Revitalização de Bacias (resíduos sólidos).

Importante ressaltar que a equipe para a execução das atividades previstas nessa ação ainda está , quantitativamente, aquém do necessário para cumprimento da ampla agenda que a gestão ambiental urbana demanda. Alguns técnicos se desligaram e não foram substituídos, o que necessitou fazer um rearranjo das atribuições, visto que essa equipe ainda é responsável pela análise e emissão de pareceres técnicos dos convênios transferidos da antiga Secretaria

de Qualidade Ambiental-SQA – UG 440031.

É de conhecimento que a prioridade é concluir a análise da prestação de contas dos convênios, mas mesmo sendo a equipe técnica reduzida a decisão foi por celebrar novos convênios para não interromper a implementação da política de resíduos sólidos sob o novo enfoque administrativo no qual não se celebra convênios para atingir pequenas ações locais, mas sim voltada para ações macro da política de gestão dos resíduos sólidos. Nesse sentido é que foram firmados os convênios com os Estados que compõem a Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco e Parnaíba, possibilitando o atingimento da meta física desta ação.

Tabela 33 – Metas e resultados da ação exercício

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
650	R\$8.458.399,00	654	R\$4.803.930,00

5 – DESEMPENHO OPERACIONAL

O desempenho operacional da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano, embora tenha sido um ano atípico em função dos transtornos que sempre acompanham uma reestruturação, atingiu em termos financeiro a percentagem de 97,83 %, enquanto que a meta física atingiu os objetivos perseguidos. Para atingirmos um desempenho acima deste patamar necessitamos de um aumento de 20% no numero de técnicos. Existe no entanto uma grande dificuldade de aferir este desempenho em função dos parâmetros colocados no PPA em algumas das ações, por este motivo será necessário uma revisão para mudança destes, para parâmetros mais mensuráveis. Eis os programas e ações e os destaques que fazemos em alguns parâmetros:

PROGRAMA 0497 - GESTÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS

Este programa contem três ações, que juntas formam o Tripé de Gestão dos Recursos Hídricos, que é monitorado a partir do SIAPREH-Sistema de Acompanhamento e Avaliação da Implementação da Política de Recursos Hídricos.

Ação 2039 - Formulação da Política Nacional de Recursos Hídricos

Este relatório enumera os trabalhos que foram executados para que fosse atingido os objetivos, mas para analisar por metas seria necessário uma que fosse de fácil valoração, por exemplo: N° de estados apoiados, exitosamente, na criação de órgãos gestores de recursos hídricos, e/ou N° de acordos, convenções ou marco legal internacionais, relativos a recursos hídricos, implementados com a nossa contribuição, e/ou Percentagem na elaboração do levantamento hidrológico e do mapeamento do Aquífero Guarani, entre outros.

Ação 4999 - Funcionamento do Conselho Nacional de Recursos Hídricos

Os principais resultados obtidos com as atividades do CNRH foram: i) realização de quatro reuniões plenárias do CNRH, sendo 2 ordinárias, em 14 de junho e 16 de outubro, e duas extraordinárias, em 19 de março e 10 de dezembro; ii) realização de 69 reuniões das Câmaras Técnicas, sendo: 10 da CTIL, 6 da CTAP, 8 da CTCOB, 9 da CTCT, 8 da CTPOAR, 7 da CTAS, 7 da CTEM, 5 da CTPNRH, 6 da CTGRHT e 7 da CTCOST; iii) realização de 50 reuniões de Grupos de Trabalho de Câmaras Técnicas; iv) publicação de 15 resoluções e 3 moções que regulamentam a gestão de recursos hídricos no País; v) lançamento da 4ª Edição do “Conjunto de Normas Legais”, comemorativa aos 10 Anos da Lei 9.433/97; vi) lançamento do Glossário de Termos Referentes à Gestão de Recursos Hídricos Fronteiriços e Transfronteiriços da Câmara Técnica de Gestão dos Recursos

Hídricos Transfronteiriços. vii) realização da Oficina para a discussão das propostas de detalhamento dos programas e subprogramas do Plano Nacional de Recursos Hídricos.

Podemos verificar que os objetivos foram plenamente atingidos, mas como não há metas físicas elencadas deveríamos incluir metas do tipo: número mínimo de reuniões realizadas e número mínimo de deliberações analisadas.

Ação 2D10 – Monitoramento, Avaliação e Revisão do Plano Nacional de Recursos Hídricos

Aqui também o relatório mostra que o desempenho foi satisfatório, mas também a meta física para ficar mensurável deveria ser : Número de programas do PNRH detalhados e/ou percentagem da elaboração do Sistema de informações do Plano Nacional de Recursos Hídricos – SI-PNR

PROGRAMA 1305 – REVITALIZAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE E DEGRADAÇÃO AMBIENTAL

Este programa conta com sete ações na Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano e tem ações em execução a cargo da Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável/MMA, da Secretaria de Biodiversidade e Florestas, do Ministério da Integração por meio da CODEVASF, do Ministério da Ciência e Tecnologia, da Agência Nacional de Águas, do IBAMA e do Instituto Chico Mendes de Biodiversidade.

Ação 101Q – Recuperação e Preservação das Bacias dos Rios Araguaia/Tocantins

Nesta ação a meta física de número de hectares estabilizado é muito difícil de ser mensurada para a maioria das intervenções necessárias que não são somente obras, como cita a descrição da ação. Devemos nos debruçar no assunto para fazer uma revisão nesta meta. Foi usado o recurso para promover a recomposição florestal do córrego Suçuapara e em ações de educação ambiental.

Ação 101T – Disseminação de Boas Práticas de Conservação, Uso e Manejo Sustentáveis da Água.

Ação 2B76 – Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável na Bacia do Alto Paraguai.

Ação 101P – Recuperação e Preservação da Bacia do Rio São Francisco.

A meta física de número de hectares estabilizado é muito difícil de ser mensurada para a maioria das intervenções necessárias já que não são necessariamente obras, como cita a descrição da ação. Devemos trabalhar para rever esta meta física.

Foram trabalhadas cinco linhas de ações, sendo que cada uma delas possui vários

componentes e em todos eles houveram avanços significativos.

Ação 101R – Recuperação e Preservação da Bacia do Rio Paraíba do Sul

Temos nesta meta física o mesmo problema das outras de Revitalização de Bacias. O valor destinado a esta ação foi muito reduzido, sendo então trabalhado a área de educação ambiental.

Ação 101U – Implantação de Banco de Dados Ambientais das Bacias Hidrográficas com Vulnerabilidade Ambiental.

Esta meta foi plenamente atingida.

Ação 09GF – Apoio a Projetos de Controle da Poluição por Resíduos em Bacias Hidrográficas com Vulnerabilidade Ambiental.

Esta meta física foi superada com um gasto inferior à meta financeira estabelecida em função do grande trabalho de articulação com as associações de catadores de material reciclável, indicando que o caminho é este para atingirmos o mais rapidamente possível a grande maioria da população.

PROGRAMA 1047 – DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DO SEMI-ÁRIDO / CONVIVER – Programa no âmbito do Ministério da Integração.

Este programa é do Ministério da Integração mas tem duas ações que são de total responsabilidade da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano, por meio da Diretoria de Revitalização de Bacias Hidrográficas.

Ação 8695 – Dessalinização de Água – Água Doce.

As metas neste caso deveriam ser nas duas ações o número de pessoas beneficiadas com a Água Dessalinizada já que este número é perfeitamente quantificável e mostra o impacto direto e positivo na população. A Avaliação é que estas ações atingiram plenamente os objetivos desejados.

Ação 0772 – Apoio ao Desenvolvimento de Atividades Sustentáveis em Micro Bacias do Semi-árido

Também neste caso as metas foram plenamente atendidas e se mostraram perfeitamente mensuráveis.

PROGRAMA 8007 - RESÍDUOS SÓLIDOS URBANO

Este programa conta com uma única ação que é o trabalho de Desenvolvimento Institucional para a Gestão Integrada de Resíduos Sólidos. A meta é o número de Municípios abrangidos por este trabalho. A meta foi atingida com grande eficiência, numa primeira etapa que é a de mapas regionais da real necessidade para a efetivação da Política de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.

Ação 86AA - Desenvolvimento institucional para a Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Urbanos em Municípios com População entre 30.000 e 250.000 Habitantes ou Integrantes de Regiões Metropolitanas

Esta meta também foi cumprida com grande eficiência em função do grande apelo que o tema esta tendo na mídia e em função da ressonância que demos por meio das discussões e do envio do PL 1991/07 (Projeto de Lei de Resíduos Sólidos), ao Congresso.

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NAS UNIDADES GESTORAS

I – DEPARTAMENTO DE RECURSOS HÍDRICOS

Os valores executados no exercício de 2007, consignados no orçamento do Ministério do Meio Ambiente, cujos programas/ações orçamentárias são de responsabilidade da SRHU, Departamento de Recursos Hídricos, estão demonstrados a seguir:

Tabela 34 – Execução orçamentária (440005- Departamento de Recursos Hídricos - DRH)

PROGRAMA DE TRABALHO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR (Em R\$1,00)
GESTÃO DA POLÍTICA NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS		5.261.454,00
1 18 121 0497 2039 0001	Formulação da Política Nacional de Recursos Hídricos	2.117.579,00
1 18 122 0497 2272 0001	Gestão e Administração do Programa	1.337.602,00
1 18 544 0497 4999 0001	Funcionamento do Conselho Nacional de Rec. Hídricos	724.092,00
1 18 121 0497 2D10 0001	Monitoramento, avaliação e revisão do Plano Nacional de Recursos Hídricos	1.082.181,00
GESTÃO DA PARTICIPAÇÃO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS		299.999,99
1 18 212 0681 09BC 0001	Contribuição à Convenção Internacional das Nações Unidas de Combate à Desertificação nos Países afetados por seca grave e/ou desertificação - CCD	299.999,99
TOTAL		5.561.543,99

A execução orçamentária representou 98,98 % do limite de crédito para movimentação e empenho disponibilizado para a Secretaria no Departamento de Recursos Hídricos - DRH. Ressalta-se que foi contingenciado 5,99 % do valor aprovado na Lei Orçamentária Anual para 2007, nos programas/ações de responsabilidade do DRH/SRHU.

Do valor total demonstrado na tabela acima, esta Secretaria executou diretamente na unidade

gestora 440005 – Departamento de Recursos Hídricos, por meio de descentralização de créditos, por provisão, do orçamento do Ministério do Meio Ambiente, o valor de **R\$ 3.946.322,40** (três milhões, novecentos e quarenta e seis mil, trezentos e vinte e dois reais, quarenta centavos), sendo inscrito em restos a pagar o valor de **R\$17.677,61** (dezessete mil, seiscentos e setenta e sete reais, sessenta e um centavos), sendo a diferença do valor constante nas ações executado na unidade gestora da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério do Meio Ambiente.

Ressalta-se que a responsabilidade do Programa de Combate à Desertificação (programa 1080) migrou para as atribuições da Secretaria de Extrativismo, Desenvolvimento Rural Sustentável e Combate à Desertificação do Ministério do Meio Ambiente.

Os esforços demandados e o compromisso com a coisa pública da atual gestão para regularizar os processos de convênios pendentes de análises conclusivas da prestação de contas, pode ser verificado no registro, na Unidade Gestora 440005, em 2007, na conta “diversos responsáveis” o valor de **R\$23.425.913,55** (vinte e três milhões, quatrocentos e vinte e cinco mil, novecentos e treze reais, cinquenta e cinco centavos) provenientes da instauração de Tomada de Contas Especial. Também foi restituído aos cofres públicos federais o valor de **R\$530.646,51** (quinhentos e trinta mil, seiscentos e quarenta e seis reais, cinqüenta e um centavos).

Compulsando as planilhas eletrônicas encaminhadas na auditoria de gestão referente as contas de 2006, na Unidade Gestora 440005, desta Secretaria, com a encaminhada pela Setorial de Contabilidade, via e-mail, foi possível demonstrar que houve redução de 34 processos na condição de “a aprovar” menos em 2007 tendo com base a situação encontrada em 2006, na Unidade Gestora 440005.

Mesmo diante de situação precária, considerando que houve rescisão de vários contratos temporários e efetivos sem nenhuma reposição por analistas ambientais, agravando mais ainda a situação do exercício anterior. Mesmo diante da precária situação esta Secretaria, na Unidade Gestora 440005, conseguiu reduzir o passivo de processos de convênios na conta “a aprovar”, procurando atender todas as determinações do Órgão de Controle Interno e Externo do Governo Federal, e cumprir com a sua missão institucional de formulação de políticas públicas.

II – DEPARTAMENTO DE REVITALIZAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS

Os valores executados no exercício de 2007, consignados no orçamento do Ministério do Meio Ambiente, cujos programas/ações orçamentárias são de responsabilidade da SRHU/ Departamento de Revitalização de Bacias Hidrográficas, estão demonstrados a seguir:

Tabela 35 – Execução orçamentária (440078- Departamento de Revitalização de Bacias

Hidrográficas da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano)

PROGRAMA DE TRABALHO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR (Em R\$1,00)
REVITALIZAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE E DEGRADAÇÃO AMBIENTAL		12.747.122,00
1 18 541 1305 09GF 0001	Apoio a Projetos de Controle da Poluição por Resíduos em Bacias Hidrográficas com Vulnerabilidade Ambiental.	1.247.000,00
1 18 541 1305 101P 0001	Recuperação e Preservação da Bacia do Rio São Francisco	7.142.217,00
1 18 541 1305 101Q 0001	Recuperação e Preservação da Bacia do Rio Tocantins/Araguaia	300.000,00
1 18 541 1305 101R 0001	Recuperação e Preservação da Bacia do Rio Paraíba do Sul	199.981,00
1 18 573 1305 101T 0001	Disseminação de Boas Práticas de Conservação, Uso e Manejo Sustentáveis da Água	340.000,00
1 18 126 1305 101U 0001	Implantação de Banco de Dados Ambientais das Bacias Hidrográficas com Vulnerabilidade Ambiental	500.000,00
1 18 122 1305 2272 0001	Gestão e Administração do Programa	2.448.528,00
1 18 541 1305 2B76 0051	Apoio a Projetos de Desenvolvimento Sustentável na Bacia do Alto Paraguai	569.396,00
DESENVOLVIMENTO INTEGRADO E SUSTENTÁVEL DO SEMI – ÁRIDO / CONVIVER – Programa no âmbito do Ministério da Integração.		600.000,00
1 18 541 1047 0772 0001	Apoio ao Desenvolvimento de Atividades Familiares Sustentáveis em Micro Bacias do Semi-Árido	100.000,00
1 18 541 1047 8695 0020	Dessalinização de Água – Água Doce – Na Região Nordeste	400.000,00
1 18 541 1047 8695 0030	Dessalinização de Água – Água Doce – Na Região Sudeste	100.000,00
TOTAL		13.347.122,00

É importante frisar que as despesas do Programa de Revitalização de Bacias Hidrográficas em Situação de Vulnerabilidade e Degradação Ambiental, são relacionadas, principalmente, à gestão de processos, num contexto lógico de caráter sócio-ambiental, incorporando as dimensões econômicas, sociais e ambientais, assim como os aspectos políticos, ecológicos, culturais, históricos e territoriais das bacias. As ações são efetivadas por meio do processo permanente de articulação interinstitucional, estabelecido a partir de inter-relações técnicas, políticas, sociais e ambientais próprias de cada bacia hidrográfica e, por essa razão, a maior parte dos recursos são relacionados a custeio. Os recursos de investimento são reduzidos a pequenas obras ou compras de equipamentos que, para o desenvolvimento dos processos, surgem como necessidades essenciais.

Em 2007 foram executados aproximadamente 100% do orçamento de todas as ações do Departamento de Revitalização de Bacias, Unidade Gestora 440078, evidenciando que, as demandas têm aumentado em função da necessidade de intervenção nas bacias e sub-bacias hidrográficas submetidas a processo de revitalização. Dessa forma, com um possível

aumento no orçamento destinado ao Programa, um número maior de ações poderiam ser desenvolvidas a fim de obter resultados ainda mais positivos.

Do valor total demonstrado na tabela acima, esta Secretaria executou diretamente na unidade gestora 440078 – Departamento de Revitalização de Bacias Hidrográficas **R\$ 3.256.785,00**, sendo inscrito em restos a pagar o valor de **R\$ 401.998,00** (quatrocentos e um mil e novecentos e noventa e oito reais). A diferença do valor constante na tabela 35 foi executado na unidade gestora da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério do Meio Ambiente e por meio de descentralização de créditos para outras unidades no âmbito do Governo Federal.

Além dos convênios firmados com a Prefeitura Municipal de Palmas e o Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul – IMASUL, foram repassados recursos para autarquias e unidades ligadas ao Ministério do Meio Ambiente, bem como ao MCT, CODEVASF, UnB, UFLA e UNIVASF, com a finalidade de atender projetos de demandas técnicas e induzidas referentes às ações desenvolvidas pelo Programa.

Ressalta-se que o Programa de Revitalização de Bacias Hidrográficas em Situação de Vulnerabilidade e Degradação Ambiental (programa 1305) migrou para o Departamento de Revitalização de Bacias Hidrográficas, quando da criação da UGR 440078, porém, o Ministério do Meio Ambiente, bem como esta Secretaria passava por mudanças na estrutura regimental, levando algum tempo para a realocação dos servidores e adaptação às novas atribuições, principalmente no que diz respeito à estruturação da Unidade Gestora, uma vez que não contamos com recursos humanos suficientes e com qualificação adequada para exercer as funções, o que causou um certo atraso nas tomadas de decisões e processos relacionados à execução do orçamento, fazendo com que este departamento só passasse a executar os recursos de fato a partir de outubro de 2007. Cabe ressaltar, porém, que mesmo em meio à reestruturação e a falta de recursos humanos, o Departamento executou com sucesso o orçamento recebido.

III – DEPARTAMENTO DE AMBIENTE URBANO

Os valores executados no exercício de 2007, consignados no orçamento do Ministério do Meio Ambiente, cujos programas/ações orçamentários são de responsabilidade da SRHU, Departamento de Ambiente Urbano, estão demonstrados a seguir:

Tabela 36 – Execução orçamentária (440079- Departamento de Ambiente Urbano - DAU)

PROGRAMA DE TRABALHO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR (Em R\$1,00)
RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS		5.067.028,00
1 18 122 8007 2272 0001	Gestão e Administração do Programa – Nacional	263.098,00

PROGRAMA DE TRABALHO	ESPECIFICAÇÃO	VALOR (Em R\$1,00)
1 18 128 8007 86AA 0001	Desenvolvimento Institucional para a Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Urbanos em Municípios com população entre 30.000 e 250.000 habitantes ou integrantes de regiões Metropolitanas	4.803.930,00
1 18 128 8007 86AA 0058	Desenvolvimento Institucional para a Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Urbanos em Municípios com população entre 30.000 e 250.000 habitantes ou integrantes de regiões Metropolitanas – Cosmópolis/SP *	0,00
1 18 128 8007 86AA 0062	Desenvolvimento . Institucional para a Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Urbanos em Municípios com população entre 30.000 e 250.000 habitantes ou integrantes de regiões Metropolitanas – Paço do Lumiar/MA **	0,00
ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO		0,00
1 18 541 0512 0784 0001	Apoio a Gestão Ambiental em Áreas de Fragilidade Físico-Ambiental	0,00
CONSERVAÇÃO DE BACIAS HIDROGRÁFICAS- PROBACIAS		1.573.972,21
1 18 544 1107 2957 0001	Fomento a Projetos de Recuperação e Conservação de Bacias Hidrográficas	1.573.972,21
TOTAL		6.641.000,21

* O recurso orçamentário da emenda parlamentar (individual) foi liberado, entretanto o Município não apresentou a documentação para celebração do convênio, tendo o processo sido arquivado.

** O recurso foi totalmente contingenciado

A execução orçamentária representou 94,41% do limite de crédito para movimentação e empenho disponibilizado para esta Secretaria. Ressalta-se que foi contingenciado 43,75 % do valor aprovado na Lei Orçamentária Anual para 2007, nos programas/ações de responsabilidade do DAU.

Do valor total demonstrado na tabela acima, esta Secretaria executou diretamente na unidade gestora 440079 – Departamento de Ambiente Urbano, por meio de descentralização de créditos, por provisão, do orçamento do Ministério do Meio Ambiente, o valor de **R \$6.673.116,52** (seis milhões seiscentos e setenta e três mil, cento dezesseis reais e cinquenta e dois centavos), sendo inscrito em restos a pagar o valor de **R\$ 3.579.420,20** (três milhões, quinhentos e setenta e nove mil, quatrocentos e vinte reais e vinte centavos), sendo a diferença do valor constante nas ações executadas se referirem a unidade gestora da Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério do Meio Ambiente. Cabe destacar que houve transferência de recursos orçamentários do Departamento de Revitalização de Bacias no valor de R\$1.247.000,00 (1 18 541 1305 09GF 0001 - Apoio a Projetos de Controle da Poluição por Resíduos em Bacias Hidrográficas com Vulnerabilidade Ambiental).

Não houve no exercício de 2007 registro na conta de “diversos responsáveis”, nem restituição aos cofres públicos por meio de GRU. Ressalta-se que a unidade gestora 440079

foi recentemente criada.

Com a reestruturação do MMA a SRHU/DAU recebeu os processos de convênios da antiga SQA, sendo que o quadro atual, com base na informação da SPOA, é de 44 convênios “a aprovar” e 9 “a comprovar”.

6. CONTEÚDO ESPECÍFICO POR UJ OU GRUPO DE UNIDADE AFINS

Anexo A – Demonstrativo de Tomadas de Contas Especiais

As tomadas de conta especial são instauradas pela Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do Ministério do Meio Ambiente (SPOA/MMA), sendo apenas um processo instaurado de forma simplificada no exercício de 2007, cujo processo originário nº 02000.002451/2005-20 e processo de TCE nº 02000.003055/2007-81, será encaminhado na prestação de contas anual daquela Subsecretaria.

Demonstrativo das Tomadas de Contas Especial em que, antes de serem encaminhadas ao Tribunal de Contas da União, ocorreu a aprovação da Prestação de Contas dos recursos financeiros repassados, conforme a seguir:

Tabela 37 – Tomadas de Contas Especial interrompidas cuja prestação de contas foi aprovada (Unidade Gestora 440005)

Processo	CV	Conveniente	Processo de TCE	Situação
020000.001141/01-64	020/01	PM de Bom Lugar - MA	020000.000031/2005-1 7	Tomada de Contas Especial interrompida, prestação de contas aprovada, processos arquivados.
02000.001813/01-31	036/01	PM de Bom Lugar – MA	02000.004032/2005-53	Tomada de Contas Especial interrompida, prestação de contas aprovada, processos arquivados.
02000.008036/01-56	107/01	PM de Anapurus - MA	Devolvido pela SPOA/SECEX/MMA conforme Nota Técnica nº. 020/2005	Não instauração de TCE. Prestação de Contas aprovada, processos arquivados.
02000.007909/01-11	142/01	PM de Bom Lugar - MA	02000.000029/2005-30	Tomada de Contas Especial interrompida, prestação de contas aprovada, processos arquivados.
02000.006368/00-15	047/01	PM de Lagoa do Mato – MA	02000.000087/2005-63	Tomada de Contas Especial interrompida, prestação de

				contas aprovada, processos arquivados.
02000.005585/99-20	026/99	FUNPAR – PR	02000.003310/2005-24	Tomada de Contas Especial interrompida, prestação de contas aprovada, processos arquivados

Anexo B – Recomendações dos Órgãos de Controle

Referente as notificações dos Órgãos de Controle Interno (inclusive as **Denúncias**) e Externo foram atendidas e respondidas nos prazos concedidos, conforme demonstrado abaixo:

Tabela 38 - Diligências do Tribunal de Contas da União / TCU (Unidade Gestora - 440005)

Documento	Descrição da Determinação/ Recomendação	Providências Adotadas
Of. no. 1023/2007-SECEX/MG	Solicitou cópia integral do convênio no. 105/00, firmado com o Município de Araporã/MG.	- Ofício no. 35/2007, de 07.01.07, encaminhou as cópias solicitadas.
Of. no. 139/2007-TC no. 023.318/2006-1	Solicitou informações sobre as providências adotadas referente ao convênio no. 494/97, firmado com o Município de Carapicuíba/SP	- Ofício no. 090/2007, de 22.02.07, encaminhou cópia da Nota Informativa GAS/DPE/SRH/MMA no. 11, cuja manifestação foi pela manutenção da aprovação da prestação de contas.
Of. no. 3290/2006 TC no. 020.053/2006-0	Solicitou cópia de documentos referentes ao convênio no. 217/95 firmado com o Município de Palmeirândia/MA.	- Ofício no.012/2007, de 15.01.07, encaminhou a documentação solicitada.
Of. no. 122/2007– TC no. 012.626/2006-1 Of. 316/2007	- Solicitou que fosse realizada análise da Prestação de Contas referente ao Convênio no. 488/98, firmado com o Município de João Alfredo/PE. - Reiterou a solicitação e encaminhou cópia do Relatório de Auditoria do TCU de Pernambuco.	- Ofício no. 156/2007, de 23.03.07, solicitou cópia do Laudo de Auditoria Técnica; - Ofício no. 227/2007, de 14.07.07, encaminhou Nota Técnica GAS/DPE/SRH/MMA no. 22/2007 e solicitou cópia do anexo B do Laudo Técnico; - Ofício no. 455/2007, de 20.07.07, encaminhou cópia da Nota Técnica GPO/DRH/SRHU/MMA no. 54/2007, cuja manifestação foi pela manutenção da aprovação da prestação de contas.
Of. no. 1018/2007 TC no. 005.036/2006-5	Solicitou cópia de todos os documentos encaminhados referente à Prestação de Contas do processo no. 02000.005766/99-74, Município de Marcelândia/MT.	- Ofício no. 203/2007, de 16.04.07 encaminhou cópia de toda a documentação solicitada.

Documento	Descrição da Determinação/ Recomendação	Providências Adotadas
Of. no. 0144/2007 TC no. 017.430/2006-0	Solicitou documentos referente ao convênio no. 217/97 firmado com o Município de São João do Cariri/PB	- Ofício no. 187/2007, de 10.04.07, encaminhou a documentação solicitada.
Of. no. 211/2007 TC no. 011.238/2006-6	Solicitou documentos referente ao convênio no. 009/2000 firmado com o Município de Paço do Lumiar/MA	- Ofício no. 207/2007, de 18.04.07, encaminhou cópia de toda a documentação solicitada.
Of. no. 205/2007 TC no. 005.872/2006-5	Solicitou documentos referente ao convênio no.011/2000 firmado com o Município de Paço do Lumiar/Ma	- Ofício no. 208/2007, de 18.04.07, encaminhou cópia de toda a documentação solicitada.
Of. no. 1651/2006	Determinou prévia análise técnica e financeira da documentação apresentada, evitando situações como as verificadas nos convênios nos. 477, 493 e 494/97, firmados com o Município de Carapicuíba/SP	- Essa diligência foi apenas determinações do TCU as quais já estavam sendo adotadas/observadas por esta Secretaria.
Of. 02 – F 206/2007	Solicitou documentos e informações referente aos convênios nos. 017/01 e 145/01, firmados com o Governo do Piauí.	- Ofício no. 240/2007, de 08.05.07, informou da instauração da tomada de contas e encaminhou documentações.
Of. no. 1213/2007 TC no. 006.569/2005-0	Solicitou cópia de documentação referente ao convênio no. 170/97 firmado com o Município de Ji-Paraná/RO	- Ofício no. 244/2007, de 09.05.07, encaminhou a documentação solicitada.
Of. no. 2024/2007 TC no. 020.628/2003-6	Solicitou documentos e informações referente ao convênio no. 699/98 firmado com o Município de Sericita/MG.	- Ofício no. 396/2007, de 29.06.07, informou que o processo no. 02000.005302/98-22 foi encaminhado ao TCU em 11.11.03.
Of. no. 1331/2007 TC no. 004.694/2007-5	Solicitou documentos e informações referente ao convênios nos. 73, 74 e 75/99 firmados com a Secretaria de Infra-Estrutura da Bahia/BA.	- Ofício no. 472/2007, de 27.07.07, encaminhou cópia de documentos e as seguintes informações: Convênio no. 073/99, teve a prestação de contas reprovada e foi encaminhado à SPOA/SECEX/MMA para instauração da Tomada de Contas

Documento	Descrição da Determinação/ Recomendação	Providências Adotadas
		Especial; Convênio no.074/99, teve a prestação de contas aprovada; e Convênio no. 075/99, teve a prestação de contas aprovada.
Of. no. 0427/2007 TC no. 017.197/2007-7	Solicitou cópia de documentos referente ao convênio no. 311/98 firmado com o Município de Santana do Ipanema/ AL.	- Ofício no. 599/2007, de 21.08.07, encaminhou documentação solicitada.
Of. no. 438/2007 TC no. 003.948/2006-6	Solicitou cópia de documentos referente aos convênios nos. 046/00 e 088/00 firmados com o Município de Barão do Grajaú/MA.	- Ofício no. 245/2007, de 09.05.07, encaminhou cópia integral dos processos.
Of. no. 0648/2007 TC no. 017.176/2007-7	Solicitou informações referente ao convênio no. 311/98 firmado com o Município de Santana do Ipanema/ AL.	- Ofício no. 913/2007, de 19.11.07, encaminhou informações e cópia de documentações.
Of. no. 1720/2007 TC no. 004.694/2007-5	Solicita adoção das medidas previstas no item 10.2 do Acórdão no. 2419, referente aos convênios nos. 73, 74 e 75/99 firmados com a Secretaria de Infra-Estrutura da Bahia.	- Ofício no. 1025/2007, de 19.12.07, encaminhou cópia de documentos e as seguintes informações: Convênio no. 073/99, teve a prestação de contas reprovada e foi encaminhado à SPOA/SECEx/MMA para instauração da Tomada de Contas Especial; Convênio no.074/99, teve a prestação de contas aprovada; e Convênio no. 075/99, teve a prestação de contas aprovada.

Tabela 39 - Diligências do Tribunal de Contas da União / TCU (Unidade Gestora - 440079)

Documento	Descrição da Determinação/ Recomendação	Providências Adotadas
Ofício nº 1033/2006 – Secex/GO – TC nº 008.104/2006-0 – 2ªDT.	Manifeste acerca da aprovação da prestação de contas do convênio 2001CV000118-SQA, celebrado com o Município de Trindade – GO. Informa que foi deferido o pedido de dilatação de prazo por 90 dias.	Instaurado Processo de Tomada de Conta Especial – TCE , Processo nº 02000.001620/2007-76.

Documento	Descrição da Determinação/ Recomendação	Providências Adotadas
Ofício nº 028/2007-TCU/SECEX-MA	Encaminhe ao TCU, no prazo de 60 dias, o processo de TCE referente aos convênios 2000CV000029 e 2001CV000153-SQA, ambos firmados com a Prefeitura Municipal de Imperatriz/MA.	Já foram instaurados Processos de Tomada de Contas, processos nºs 02000.000029/2006-11 e 02000.000149/2005-37 tendo sido encaminhados à Controladoria Geral da União/Secretaria Federal de Controle Interno – SFC em 20/01/2006.
Ofício nº 1094/2007-TCU/SECEX-RS	Solicita cópia integral da prestação de contas referente ao convênio 2001CV000029-SQA(Siafi 424427).	Foi encaminhada a documentação solicitada por meio do Ofício nº 85/2007-SQA/GABIN, de 28/02/2007.
Ofício nº 934/2007-TCU/SECEX-GO	Conclua a Tomada de Contas Especial relativa ao Convênio nº 2001CV000028-SQA, firmado com o Município de Posse – GO	Instaurado Processo de Tomada de Contas, processo nº 02000.000536/2007-35 encaminhado à Secretaria Federal de Controle Interno – SFC, em 20/03/2007.
Ofício nº 394/2007-TCU/SECEX-GO Ofício nº 128/2007-TCU/SECEX-GO Ofício nº 641/2007-TCU/SECEX-GO	Encaminhe ao TCU documento conclusivo em que conste a menção de mérito recebida pela documentação complementar encaminhada pela Prefeitura Municipal de Cidade Ocidental/GO, considerando a possibilidade de comprovação de irregularidades noticiadas pelo Poder Legislativo do Município.	Instaurado Processo de Tomada de Contas, processo nº 02000.002994/2007-17 , encaminhado à Secretaria Federal de Controle Interno – SFC.
Ofício nº 1317/2007-TCU/SECEX-4	Determina nova análise da prestação de contas final do convênio 2001CV000057-SQA – Prefeitura Municipal de Timon/MA, com vistas a instauração da tomada de contas especial.	Foi realizada nova análise da prestação de contas e esta Secretaria, tendo sido solicitado ao gestor do convênio a apresentação de documentação complementar. A prestação de contas foi aprovada, conforme Parecer Financeiro Nº 46/2007-ASOR/SMCQ/MMA
Ofício nº 2062/2007-TCU/SECEX-MG-2ªDT	Informe ao TCU sobre a aprovação ou não da prestação de contas do convênio 2000CV000054- Prefeitura Municipal de Oliveira/MG e se houve vistoria in loco no município para verificação da execução do referido convênio e as medidas que porventura estão sendo adotadas, inclusive quanto à instauração de tomada de contas especial.	Foi respondido por meio do Ofício nº 329/07-SEMUC/GABIN, de 03/07/07, não houve vistoria in loco e que a documentação referente à prestação de contas encontra-se em análise técnica.
Ofício nº 1314/2007-	Solicita informações acerca das medidas adotadas no	Foi respondido por meio do Ofício nº 465/2007-SMCQ/GAB, de 24/09/2007.

Documento	Descrição da Determinação/ Recomendação	Providências Adotadas
TCU/SECEX-4	sentido de dar cumprimento às determinações do TCU, constantes no item 1.2 do Acórdão 1.621/2007- TCU- 2ª Câmara - encaminhar à Controladoria -Geral da União da Presidência da República, no prazo de 60 dias, os processos de TCE relativos aos convênios de números: 2003CV0000015-SIAFI 497061;2001CV000021-SIAFI 422890;e 2000CV000121-SIAFI 405276.	Item 1.1 adotar procedimentos a fim de agilizar a análise das prestações de contas dos convênios: 2000CV0000130-Siafi 405628- Encontra-se com a prestação de contas aprovada; 2000CV0000133 – Siafi 405631 – Em fase conclusiva da análise técnica da documentação referente a prestação de contas; 2001CV0000120 – Siafi 432973 e 2002CV000064-Siafi 472790, encaminhados a SPOA deste Ministério para instauração de Tomada de Contas Especial. Item 1.2- 2003CV0000015-e 2000CV000121-Processos de Tomada de Contas já foram encaminhados a Secretaria Federal de Controle;O Convênio 2001CV000021- encontra-se nos procedimentos finais para instauração de TCE.
Ofício nº 1738/2007-TCU/SECEX-CE Ofício nº 1063/2007-TCU/SECEX-CE	Encaminhe ao TCU esclarecimentos /documentos acerca do convênio nº 2001CV000087-Prefeitura Municipal de itapipoca-CE.	Foram encaminhadas as informações por meio dos Ofícios nº 543/2007/SMCQ/GAB, de 22/11/2007 e 572/2007-SMCQ/GAB, de 11/12/2007.
Ofício nº 1862/2007-TCU/SEC-MA/DT	Encaminhe cópias dos documentos acerca do convênio nº 2001CV000053-Prefeitura Municipal de Imperatriz-MA.	Resposta encaminhada por meio do Ofício nº 592/2007-SMCQ/GAB, de 26/12/2007.
Ofício nº 1440/2007-TCU/SECEX-GO	Encaminhe informações/documentos referente ao convênio 2001CV00028-SQA; Notas fiscais emitidas pela Empresa MC Engenharia Ltda e extratos bancários da conta-corrente específica (convênio 2001Cv00028-SQA), contendo os pagamentos efetuados pela Prefeitura de Posse/GO; débito devidamente quantificado a ser imputado à Empresa MC Engenharia Ltda , relativo aos serviços por	Resposta encaminhada por meio do Ofício nº 818/2007-GAB/SRHU , de 17/10/2007

Documento	Descrição da Determinação/ Recomendação	Providências Adotadas
	ela não executados, como por exemplo , a construção de 06 células.	
Ofício nº 1675/2007-TCU/SEC-GO/SA	Encaminhe cópias dos documentos acerca do convênio nº 2001CV000028-Prefeitura Municipal de Posse-GO.	Resposta encaminhada por meio do Ofício nº 002/2008-SMCQ/GAB, de 07/01/2008.
Ofício nº 1689/2007-TCU/SEC-GO/SA	Encaminhe razões de justificativa quanto à ocorrência , verificada no processo de tomada de contas especial (TC 021.478/2007-4), em razão da omissão de fiscalização do convênio 2001CV000028-SQA,celebrado com a Prefeitura Municipal de Posse/Go, o que contribuiu para a ocorrência das irregularidades apontadas no referido processo de tomada de contas.	Resposta encaminhada por meio de Carta s/nr do Senhor Paulo Sérgio de Castilho Muçouçah, de 07/01/08.
Ofício nº 1642/2007-TCU/SECEX-7	Encaminhe cópias dos documentos acerca do convênio nº 2001CV000154-Prefeitura Municipal de Sento Sé/BA	Resposta encaminhada por meio do Ofício nº 421/2007-SMCQ/GAB, de 27/08/2007.
Ofício nº 1672/2007-TCU/SEC-GO/SA	Encaminhe razões de justificativa quanto à ocorrência , verificada no processo de tomada de contas especial (TC 021.478/2007-4), em razão da omissão de fiscalização do convênio 2001CV000028-SQA,celebrado com a Prefeitura Municipal de Posse/Go, o que contribuiu para a ocorrência das irregularidades apontadas no referido processo de tomada de contas.	Resposta encaminhada por Carta s/nr do Senhor Victor Zular Zveibil, de 07/01/08
Ofício nº100/2007-TCU/SECEX/G O	Solicita cópia do parecer conclusivo acerca do convênio 2001CV000118-SQA-Prefeitura Municipal de Trindade /GO, em que não houve aprovação da prestação	Resposta encaminhada por meio do Ofício nº 12/2007-SGA/DGT, de 01/03/2007.

Documento	Descrição da Determinação/ Recomendação	Providências Adotadas
	de contas final.	
Ofício nº 1041/2007-TCU/SECEX-RS	Solicita cópia integral da prestação de contas referente ao convênio 2001CV000029-SQA, registro Siafi 424427 – Prefeitura Municipal de Torres/RS.	Resposta encaminhada por meio do Ofício nº 85/2007/SQA/GABIN, de 28/02/2007
Ofício nº 891/TCU/SECEX-MA	Determinou emitir parecer conclusivo sobre as contas do processo nº 02000.009600/2001-58, no prazo de sessenta dias.	Resposta encaminhada dizendo que esta Secretaria vem enviando esforços para cumprir os prazos determinados.
Ofício nº 1094/07-TCU/SECEX-RS	Solicita cópia integral da prestação de contas referente ao convênio MMA2001CV000029-SQA.	Resposta encaminhada no dia 20/03/07.
Ofício nº 1862/07-TCU/SECEX-MA	Solicita xerox da documentação integrantes do processo nº 02000.009789/2001-89.	Resposta no dia 26/12/07.

Tabela 40 - Diligências da Secretaria Federal de Controle/ SFC/CGU-PR (Unidade Gestora 440005)

Documento	Recomendação	Providências Adotadas
Of. no. 1673/2007	Denúncia de supostas irregularidades referente ao convênio no. 195/96 firmado com o Município de Sumé/PB.	- Ofício no. 076/2007, de 14.02.07, informou da reanálise do convênio e encaminhou cópia da Nota Técnica GAS/GAB/SRH/MMA no. 05 e Parecer Financeiro GPO/GAB/SRH/MMA/no. 10/2007.
Of. no. 6387/2007 Of. no. 16032/2007	Solicitou informações referente ao convênio no. 071/01 firmado com o Município de Palmeirândia/ MA Reiterou a solicitação.	- Ofício no. 153/2007, de 20.03.07, informou que a área técnica se manifestou favorável a aprovação da prestação de contas e a área financeira solicitou informações à conveniente. - Ofício no.397/2007, de 29.06.07, informou que a conveniente foi diligenciada e que estamos aguardando o prazo concedido para o envio de documentação.
Of. no. 20224/2007	Encaminhou Relatório de Auditoria no. 098659 referente ao período de 01 de janeiro de 1999 a 31 de dezembro de 2001, que trata de Processo Administrativo Disciplinar.	- Ofício no. 441/2007, de 17.08.07, solicitou a prorrogação do prazo por mais 30 dias, para o encaminhamento das informações solicitadas.

Documento	Recomendação	Providências Adotadas
		- Ofício no. 559/2007, de 21.02.07, encaminhou informações solicitadas.
Of. no. 23836/2007	Encaminhou Nota Técnica no. 1372/2007 referente ao convênio no. 026/98 firmado com o Município de Puxinanã/PB	- Ofício no. 679/2007, de 14.09.07, informou da realização da vistoria in loco que constatou que a obra foi concluída conforme o projeto e do arquivamento do convênio.
Of. no. 24697/2007	Denúncia de supostas irregularidades referente ao convênio no. 134/01 firmado com o Município de Pão de Açúcar/ AL.	- Ofício no. 637/2007, de 30.08.07, encaminhou documentação e informou que foi solicitado à conveniente documentação/esclarecimentos referente a prestação de contas, que encontra-se aguardando as medidas sugeridas na Nota Informativa no. 005/SPOA/SECEX/ MMA, constante no outro Convênio firmado com o Município de Pão de Açúcar/ AL no qual foi parte financiado pelo convênio no. 040/02.
Of. 12737/2007	Encaminhou Relatório de Auditoria no. 189511 referente a Gestão do exercício de 2006.	- Ofício no. 254/2007, de 10.05.07, informou que não há dados sigilosos que devam ser resguardados no Relatório.
Of. 33559/2007	Encaminhou cópia do Ofício no. 523/2007 e Acórdão 2368/2007 que trata de convênio firmado com o Município de Palmeiras/ PI.	- Ofício no. 887/2007, de 08.11.07, informou que o convênio em referência foi firmado com o IBAMA.
Of. no. 36681/2007	Encaminhou Nota Técnica no. 2012/2007 referente a fiscalização de convênios firmados com ONG'S, no. 124/00 firmado com a Fundação de Assistência à Carência Social de Rosário/MA e convênio no. 150/01 firmado com o Comitê de Bacias do Rio Pará/MG	- Ofício no. 977/2007, de 06.12.07, informa que: . Convênio 124/00, foi solicitado à conveniente que apresentasse documentos/esclarecimentos para análise conclusiva da Prestação de Contas. . Convênio 150/01, foi solicitado à conveniente que apresentasse documentos /esclarecimentos para análise conclusiva da Prestação de Contas, encontra-se aguardando o vencimento da prorrogação de prazo concedida.
Of. no. 279/2007	Comunicado por meio do Acórdão no. 325/2007.	- Somente comunicado.
Of. no.	Comunicado por meio do	- Somente comunicado.

Documento	Recomendação	Providências Adotadas
1138/2007	Acórdão no. 555/2007	

Tabela 41 - Diligências da Secretaria Federal de Controle/ SFC/CGU-PR (Unidade Gestora 440079)

Documento	Recomendação	Providências Adotadas
Ofício nº 6388/DPTCE/D P/SFC/CGU-PR	Solicita providências quanto a análise conclusiva das contas do convênio nº2001CV000057-SQA, firmado com a Prefeitura Municipal de Timon/MA, as quais se encontram no cadastro do SIAFI na situação de “A APROVAR.	Respondido por meio do Ofício nº138/2007-SQA/GABIN. Foi aprovado a prestação de contas do respectivo convênio com ressalva, de acordo com os Pareceres Financeiros nº 09/2006-ASOR/SQA/MMA e 08/2007-ASOR/SQA/MMA.
Ofício nº28975/DPTCE /DP/SFC/CGU-PR	Solicita informações sobre o andamento da Tomada de Contas Especial do Convênio 2001CV000028-SQA, celebrado com a Prefeitura Municipal de Posse/GO.	Respondido por meio do Ofício nº142/2007-SQA/GABIN Processo referente a instauração de Tomada de Contas Especial foi encaminhado a Secretaria Federal de Controle Interno, em 20/03/2007.
Ofício nº 24502/DPTCE/D P/SFC/CGU-PR	Solicita nova análise da prestação de contas final do convênio 2001CV000057-SQA – Prefeitura Municipal de Timon/MA.	Respondido por meio do Ofício nº427/2007/SMCQ/GABIN. Após apresentação de documentação complementar pelo gestor do convênio Foi feita uma análise da documentação apresentada, aprovando a prestação de contas, A CGU/SFC foi informada por meio do Ofício nº 573/2007-SQA/MMA de 11/12/2007.
Ofício nº35526/2007- CGU-PR	Solicita informações e cópias de documentos referente ao convênio 2001CV00116-SQA, firmado com a Prefeitura Municipal de Itapipoca – CE, que deram origem à suspensão da inadimplência no SIAFI	Respondido por meio do Ofício nº530/2007/SMCQ/GAB. Encaminha cópia da Decisão que deu origem a suspensão da inadimplência do SIAFI
Ofício nº 18622/2007/DIAMB/DI/SFC/CGU-PR	Solicita manifestação referente ao convênio 2002CV0000030-SQA sobre a real titularidade da área destinada ao aterro sanitário, e se de fato da área está sendo usada indevidamente mediante pagamento à Empresa Rumos.	Respondido por meio do Ofício nº322/2007/SEMUC/GABIN
Ofício nº15220/DIAMB /DI/SFC/CGU-PR	Solicita cópia do processo 02000.002710/2002-70 – REDEH.	Respondido por meio do Ofício nº276/2007-SEMUC/GABIN
Ofício nº 3892/DIAMB/S	Ao gestor que oriente as prefeituras convenientes,	Respondido por meio do Ofício nº 295/2007/SEMUC/GABIN.

FC/CGU-PR Nota Técnica nº 189/2005 – DIAMB/DI/SFC /CGU-PR	quando se tratar de obras financiadas com recursos federais, quanto a obrigatoriedade de publicação do aviso licitação não só no Diário Oficial do Estado e em jornal diário de grande circulação no Estado e também, se houver, em jornal de circulação do Município ou na região onde será realizada a obra, mas também no Diário Oficial da União, conforme determina o art. 21 da Lei nº 8.666/93.	Instaurado Processo de Tomada de Contas Especial, processo nº 02000.000985/2007-83, tendo sido encaminhado à CGU/SFC em 06/06/07.
	Considerando que o Convênio 2002CV000013-SQA- Prefeitura Municipal de Amontada/CE encontra-se em situação de “A APROVAR” no Sistema Siafi, recomenda ao gestor que considere as informações prestadas pela CGU/CE quando da análise da prestação de contas, solicitando a devolução dos recursos gastos irregularmente, sob pena de instauração do processo de tomada de contas especial, referida análise.	
Aviso nº454/2007- CGU-PR	Solicita providências referente ao Convênio 2001CV000111-SQA- Prefeitura Municipal de Coari/AM, tendo em vista irregularidades constatadas no referido convênio.	Encontra-se em andamento o processo de instauração de Tomada de Contas Especial.
Ofício nº40559/DIAMB /DI/SFC/CGU- PR	Encaminha peças processuais para verificação de possíveis irregularidades/impropriedades praticadas no âmbito dos convênios – 2001CV000153-SQA e 2000CV000029 – Prefeitura Municipal de Imperatriz/MA; 2002CV000083-SQA Prefeitura Municipal de Arapiraca-AL e 2001CV000089-SQA – Prefeitura Municipal de Cajazeiras/PB.	Respondido por meio do Ofício nº 023/2007-SQA/GABIN. Convênios 2001CV000153-SQA e 2000CV000029 – P.M de Imperatriz/MA, foram instauradas as TCE em 20/01/2006; Convênio 2002CV000083-SQA P.M de Arapiraca-AL, encontra-se em análise técnica. Convênio 2001CV000089-SQA – P.M Municipal de Cajazeiras/PB – prestação de contas aprovada parcialmente e solicitada a instauração de Tomada de Contas Especial no valor de R \$28.790,00
Ofício nº	Solicitação de informações	Atendido a solicitação em 13/01/2006.

31649/DIAMB/S FC/CGU-PR	detalhadas sobre execução e o cumprimento dos objetivos do referido convênio.	
Ofício nº 359/2007/DIAM B/SFC/CGU-PR	Solicita cópia dos processos números 02000.008739/01-84 e 02000.001789/02-11 para subsidiar os trabalhos de auditoria.	Em atendimento foi encaminhado a cópia dos processos.

Anexo C – Demonstrativo de transferências realizadas no Exercício

Tabela 42 - Acordos de Cooperação Técnica

Número do Acordo	Interessado	UF	Vigência	Processo
001/2006	Fundação Estadual do Meio Ambiente, Ciência e Tecnologia de Roraima - FEMACT	RR	10.03.2009	02000.001700/2004-89
002/2006	Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral do Estado do Paraná	PR	23.03.2009	02000.002851/2004-54
003/2006	Secretaria de Planejamento e Meio Ambiente - SEPLAN/TO	TO	04.05.2009	02000.000323/2006-22
004/2006	Maria da Glória Brito Abaurre – Diretora Presidente	ES	16.05.2009	02000.001165/2006-28
005/2006	Alberto Baccarim – Presidente do CISMASA	PR	20.05.2009	02000.002113/2006-79
006/2006	Fundação Estadual de Meio Ambiente de Mato Grosso	MT	22.05.2009	02000.002848/2004-31
008/2006	José Roberto Fumach – Prefeito de Itatiba e Presidente do consórcio PCJ	SP	14.06.2009	02000.001367/2006-70
002/2007	Valmir Gabriel Ortega – Secretário Executivo de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente - SECTAM	PA	11.12.2009	02000.001019/2007-83

Tabela 43 - Projetos de Cooperação Técnica

Número	Objeto	Assinatura	Vigência	Processo	Valor Repassado em 2007
OEA/BR A/01/002 UG 440005	Contribuir para a estruturação e a consolidação das Políticas Nacional e Estaduais de Recursos Hídricos (PNRH), do Sistema Nacional de Recursos Hídricos (SNRH), do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) e da Secretaria de Recursos Hídricos (SRH).	20.12.01	22.12.07	02000.009766/2001-74	R\$ 3.185.999,88
OEA/BR A/01/002 UG 440078	Contribuir para a estruturação e a consolidação das Políticas Nacional e Estaduais de Recursos Hídricos (PNRH), do Sistema Nacional de Recursos	20.12.01	22.12.07	02000.009766/2001-74	R\$ 2.488.487,30

Número	Objeto	Assinatura	Vigência	Processo	Valor Repassado em 2007
	Hídricos (SNRH), do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) e da Secretaria de Recursos Hídricos (SRH).				
914BRA 2047 UG 440078	Apoio as ações do Programa de Revitalização de Bacias Hidrográficas em Situação de Vulnerabilidade Ambiental	--	--	02000.004580/ 2000-48	R\$200.000,00
BRA 00/011 PNUD UG 440078	Apoio as ações do Programa Pantanal	--	--	02000.001616/ 2000-31	R\$ 56.300,00
OEA/BR A/01/002 UG 440079	Contribuir para a estruturação e a consolidação das Políticas Nacional e Estaduais de Recursos Hídricos (PNRH), do Sistema Nacional de Recursos Hídricos (SNRH), do Conselho Nacional de Recursos Hídricos (CNRH) e da Secretaria de Recursos Hídricos (SRH).	20.12.01	22.12.07	02000.002765/ 2007-94	R\$ 272.524,11

Tabela 44 – Transferências realizadas em 2007 – (Unidade Gestora 440078)

TIPO	SIAFI	IDENTIFICAÇÃO	OBJETO DA AVENÇA	DATA DE PUBLICAÇÃO NO DOU	VALOR TOTAL PACTUADO	VALOR TOTAL TRANSFERIDO	CONTRA PARTIDA	Nº CNPJ DO BENEFICIÁRIO	SITUAÇÃO DA AVENÇA
Convênio	02/2007	Processo Nº 02000.002694/2007-20 Assinatura: 27/12/2007 Vigência: 27/12/2007 a 31/12/2009	Desenvolvimento do Projeto Educação Ambiental Itinerante	31/12/07	137.265,00	110.000,00	27.265,00	Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul CNPJ: 02.386.443/0001-98	VIGENTE
Convênio	00003/2007 615154	Processo Nº 02000.002951/2007-23 Assinatura: 27/12/07 Vigência: 27/12/07 a 31/12/2009	Promover a recomposição florestal do Córrego Suçuapara e ações de Educação Ambiental nas escolas e comunidade local, em Palmas/TO	31/12/07	337.610,00	297.110,00	40.500,00	Palmas Prefeitura Municipal CNPJ: 24.851.511/0001-85	VIGENTE
Outros	-----	02000.002142/2007-11 Portaria nº 531 de 19/10/2007 Período de Execução: 10/2007 a 12/2007	Apoiar ações de recuperação, preservação, e manejo integrado de Sub-Bacias na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco desenvolvidas pela ANA, ao abrigo do Programa de Revitalização de Bacias Hidrográficas em Situação de Vulnerabilidade e Degradação Ambiental.	22/10/07	1.082.134,38	1.082.134,38	0,00	Agência Nacional de Águas – ANA CNPJ: 04.204.444/0001-08	VIGENTE (EM 31/12/07)
Outros	-----	02000.003016/2007-84 Portaria nº 617 de 13/12/2007 Período de Execução: 12/2007 a 04/2008	Implantar Projeto Piloto do Plano de Revitalização da Bacia Hidrográfica do rio Paraíba do Sul, com base na gestão territorial e ambiental participativa, através da elaboração do Plano de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio Barra Mansa.	14/12/07	198.881,20	198.881,20	0,00	Agência Nacional de Águas – ANA CNPJ: 04.204.444/0001-08	VIGENTE
Outros	-----	02000.002925/2007-03 Portaria nº 610 de 13/12/2007 Período de Execução: 12/2007 a 12/2010	Implantar e fortalecer um sistema de Educação Ambiental Volante, no Rio Paraguai e seus afluentes navegáveis. Tem como princípio básico a Educação Ambiental <i>in loco</i> , em especial das populações ribeirinhas, bem como daquelas que fazem uso rotineiro do Alto Rio Paraguai, seus afluentes e do bioma pantaneiro no seu entorno.	14/12/07	30.000,00	30.000,00	0,00	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA CNPJ: 03.659.166/0001-02	VIGENTE

TIPO	SIAFI	IDENTIFICAÇÃO	OBJETO DA AVENÇA	DATA DE PUBLICAÇÃO NO DOU	VALOR TOTAL PACTUADO	VALOR TOTAL TRANSFERIDO	CONTRA PARTIDA	Nº CNPJ DO BENEFICIÁRIO	SITUAÇÃO DA AVENÇA
Outros	-----	02000.002488/2007-10 Portaria nº579 de 29/11/2007 Período de Execução: 12/2007 a 11/2008	Apoiar ações de recuperação de áreas degradadas, por meio da implantação de Centro de Referência em Recuperação de Áreas Degradadas, no bioma Cerrado, município de Arcos. Estas ações serão desenvolvidas pela Universidade Federal de Lavras – UFLA, no âmbito do Programa de Revitalização de Bacias Hidrográficas em Situação de Vulnerabilidade e Degradação Ambiental.	30/11/07	400.000,00	400.000,00	0,00	Universidade Federal de Lavras – UFLA CNPJ: 22.078.679/0001	VIGENTE
Outros	-----	02000.002950/2007-89 Portaria nº 614 de 13/12/2007 Período de Execução: 12/2007 a 12/2010	Desenvolvimento de Metodologias aplicadas à conservação de água e solo.	14/12/2007	2.045.000,00	300.000,00	1.000.000,00	Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e Parnaíba – CODEVASF CNPJ: 00.399.857/0001-26	VIGENTE
Outros	-----	02000.002921/2007-17 Portaria nº 614 de 13/12/2007 Período de Execução: 12/2007 a 12/2010	Desenvolver ações voltadas à qualificação de comunidades indígenas e locais, no resgate, valorização e proteção dos conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade, tendo como foco o disposto na Convenção sobre Diversidade Biológica e na Medida Provisória 2.186-16/01. Serão levantadas as comunidades e regiões que encontram-se em situação mais crítica com relação à necessidade de proteção dos conhecimentos tradicionais associados, na abrangência da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, para realizar oficinas de qualificação sobre o tema e subsidiar a realização de inventários culturais dos bens imateriais – segunda fase.	14/12/07	407.790,00	407.790,00	0,00	Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e Parnaíba – CODEVASF CNPJ: 00.399.857/0001-26	VIGENTE
Outros	-----	02000.002830/2007-81 Portaria nº 613 de 13/12/2007 Período de Execução: 12/2007 a 12/2008	Apoiar o Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do rio São Francisco por intermédio da execução de obras de sistemas integrados de resíduos sólidos nos municípios de Piumhi, Dorésópolis, Capitólio, Vargem Bonita, São Roque de Minas, em MG.	14/12/07	1.444,754,35	564.544,85	0,00	Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco e Parnaíba – CODEVASF CNPJ: 00.399.857/0001-26	VIGENTE

TIPO	SIAFI	IDENTIFICAÇÃO	OBJETO DA AVENÇA	DATA DE PUBLICAÇÃO NO DOU	VALOR TOTAL PACTUADO	VALOR TOTAL TRANSFERIDO	CONTRA PARTIDA	Nº CNPJ DO BENEFICIÁRIO	SITUAÇÃO DA AVENÇA
Outros	-----	02000.002194/2007-98 Portaria nº 582 de 29/11/2007 Período de Execução: 12/2007 a 12/2010	Este projeto objetiva dar apoio às ações de previsão e acompanhamento de cheias no rio São Francisco, além de favorecer a avaliação das políticas adotadas que alteram o comportamento hidrológico da bacia em geral. Estas ações serão desenvolvidas pela Agência Nacional das Águas (ANA), no âmbito do Programa de Revitalização de Bacias Hidrográficas em Situação de Vulnerabilidade e Degradação Ambiental.	30/11/07	2.290.000,00	550.000,00	0,00	Agência Nacional de Águas – ANA CNPJ: 04.204.444/0001-08	VIGENTE
Outros	-----	02000.002750/2007-26 Portaria nº 580 de 29/11/2007 Período de Execução: 12/2007 a 10/2008	Incentivar e apoiar ações de controle de queimadas e desmatamento em quatro municípios da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (Barreiras, Juazeiro, Bom Jesus da Lapa e Pilão Arcado), desenvolvidas pelo IBAMA, no âmbito do Programa de Revitalização de Bacias Hidrográficas em Situação de Vulnerabilidade e Degradação Ambiental. Através, sobretudo, do controle e redução do uso do fogo em atividades agropecuárias, assim como dos incêndios florestais nesta região, cujos resultados possam contribuir para minimizar a degradação ambiental e recuperar o regime natural dos recursos hídricos da bacia, bem como melhorar a qualidade de vida dos seus moradores.	30/11/07	844.260,00	382.170,00	0,00	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA CNPJ: 03.659.166/0001-02	VIGENTE
Outros	-----	02000.002743/2007-24 Portaria nº 584 de 29/11/2007 Período de Execução: 12/2007 a 12/2008	Implantação de Centros de Triagem de Animais Silvestres - Cetas nos municípios de Barreiras/BA, Bom Jesus da Lapa/BA e Montes Claros/MG áreas de influência da bacia do rio São Francisco, para atender às demandas de recebimento de animais provenientes das atividades de controle e fiscalização, entregas voluntárias e resgates.	30/11/07	172.000,00	172.000,00	0,00	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA CNPJ: 03.659.166/0001-02	VIGENTE

TIPO	SIAFI	IDENTIFICAÇÃO	OBJETO DA AVENÇA	DATA DE PUBLICAÇÃO NO DOU	VALOR TOTAL PACTUADO	VALOR TOTAL TRANSFERIDO	CONTRA PARTIDA	Nº CNPJ DO BENEFICIÁRIO	SITUAÇÃO DA AVENÇA
Outros	-----	02000.002580/2007-80 Portaria nº 592 de 06/12/2007 Período de Execução: 12/2007 a 12/2011	Subsidiar por meio de informações da ecologia da onça pintada na Caatinga, o planejamento e o manejo de uma rede de unidades de conservação que garantam a preservação de uma população mínima viável da espécie e, conseqüentemente, a conservação da biodiversidade do bioma Caatinga, na região do Sub-médio do Rio São Francisco.	07/12/07	155.812,00	155.812,00	0,00	Instituto Brasileiro do Meio Amniente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA CNPJ: 03.659.166/0001-02	VIGENTE
Outros	-----	02000.002347/2007-05 Portaria nº 583 de 29/11/2007 Período de Execução: 12/2007 a 12/2008	Implantação e desenvolvimento de Ações no Centro de Referência em Recuperação de Áreas Degradadas e execução de ações de revitalização na Bacia do São Francisco, trecho Médio São Francisco no bioma Cerrado, sub bacia do rio Paracatu.	07/12/07	628.800,00	250.000,00	0,00	Universidade de Brasília – UnB CNPJ: 0038.174/0001-43	VIGENTE
Outros	-----	02000.002752/2007-15 Portaria nº 596 de 06/12/2007 Período de Execução: 12/2007 a 12/2010	Implantação de sistema de monitoramento ambiental capaz de analisar as variações temporais da cobertura vegetal das principais bacias hidrográficas brasileiras, em especial, a Bacia do Rio São Francisco, no tocante a avaliação das alterações ambientais ocorridas em toda a bacia nos últimos 10 anos (1995-2005).	07/12/07	315.870,00	315.870,00	0,00	Instituto Brasileiro do Meio Amniente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA CNPJ: 03.659.166/0001-02	VIGENTE
Outros	-----	02000.002751/2007-71 Portaria nº 594 de 06/12/2007 Período de Execução: 12/2007 a 12/2008	Apoiar ações de Educação Ambiental e Mobilização Social nos municípios ribeirinhos do rio São Francisco e apa de Piaçabuçu/ Alagoas.	07/12/07	84.117,00	84.117,00	0,00	Instituto Brasileiro do Meio Amniente e dos Recursos Naturais Renováveis – IBAMA CNPJ: 03.659.166/0001-02	VIGENTE
Outros	-----	02000.001890/2007-87 Portaria nº 581 de 29/11/2007 Período de Execução: 12/2007 a 12/2008	Implantação e desenvolvimento de Ações no Centro de Referência em Recuperação de Áreas Degradadas e execução de ações de revitalização na Bacia do São Francisco, trecho Sub Médio São Francisco no bioma Caatinga.	30/11/07	495.902,59	250.002,52	0,00	Fundação Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF CNPJ: 05.440.725/0001-14	VIGENTE

TIPO	SIAFI	IDENTIFICAÇÃO	OBJETO DA AVENÇA	DATA DE PUBLICAÇÃO NO DOU	VALOR TOTAL PACTUADO	VALOR TOTAL TRANSFERIDO	CONTRA PARTIDA	Nº CNPJ DO BENEFICIÁRIO	SITUAÇÃO DA AVENÇA
Outros	-----	02000.002788/2007-07 Portaria nº 593 de 06/12/2007 Período de Execução: 12/2007 a 11/2008	Apoiar projetos do Edital nº 035/2006, apoio a execução e acompanhamento de projetos de pesquisa e cursos de capacitação voltados para o desenvolvimento e a disseminação de conhecimentos e tecnologias que promovam vários aspectos da revitalização da Bacia do Rio São Francisco, ao abrigo do Programa de Revitalização do Rio São Francisco.	07/12/07	755.261,68	419.764,21	0,00	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – MCT CNPJ: 33.654.831/0001-36	VIGENTE
Outros	-----	02000.002087/2007-60 Período de Execução: 12/2007 a 12/2008	Desenvolvimento de Ações do Componente de Turismo Sustentável do Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio S. Francisco	-----	270.000,00	270.000,00	0,00	Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável – SEDR CNPJ: 00962449091	VIGENTE
Outros	-----	02000.002467/2007-02 Período de Execução: 12/2007 a 12/2008	Implementar na região fisiográfica da Bacia Hidrográfica do São Francisco o Sistema de Informações Geográficas para o Ecoturismo – SIG, desenvolvendo em trabalho piloto no Parque Nacional da Serra da Canastra o método já utilizado pela equipe do Programa Nacional de Ecoturismo - PNE/MMA, que tem como finalidade coletar, sistematizar e georreferenciar informações sobre destinos ecoturísticos, especialmente em áreas protegidas e seus entornos, visando orientar o planejamento e execução de projetos de governos, empreendedores e agências de fomento no desenvolvimento do ecoturismo.	-----	178.525,00	178.525,00	0,00	Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável – SEDR CNPJ: 00962449091	VIGENTE
Outros	-----	02000.002744/2007-79 Período de Execução: 12/2007 a 12/2008	Implantação de Centros de Gestão Ambiental e Territorial (CEGAT) – nas regiões de Barreiras (município de Barreiras/BA), foz do rio São Francisco (município de Penedo/AL), Bom Jesus da Lapa (município de Bom Jesus da Lapa/BA), Petrolina-Juazeiro (município de Juazeiro/BA) e Januária (município de Januária/MG). As regiões, com respectivos municípios, estão inseridas na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco.	-----	630.380,15	630.380,15	0,00	Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável – SEDR CNPJ: 00962449091	VIGENTE

TIPO	SIAFI	IDENTIFICAÇÃO	OBJETO DA AVENÇA	DATA DE PUBLICAÇÃO NO DOU	VALOR TOTAL PACTUADO	VALOR TOTAL TRANSFERIDO	CONTRA PARTIDA	Nº CNPJ DO BENEFICIÁRIO	SITUAÇÃO DA AVENÇA
Outros	-----	02000.002656/2007-77 Período de Execução: 12/2007 a 06/2008	Desenvolver ações voltadas à qualificação de comunidades indígenas e locais, no resgate, valorização e proteção dos conhecimentos tradicionais associados à biodiversidade, tendo como foco o disposto na Convenção sobre Diversidade Biológica e na Medida Provisória 2.186-16/01. Serão levantadas as comunidades e regiões que encontram-se em situação mais crítica com relação à necessidade de proteção dos conhecimentos tradicionais associados, na abrangência da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, para realizar oficinas de qualificação sobre o tema e subsidiar a realização de inventários culturais dos bens imateriais – segunda fase	-----	42.338,00	42.338,00	0,00	Secretaria de Biodiversidade e Florestas – SBF CNPJ: 37.115.375/0010-06	VIGENTE
Outros	-----	02000.002655/2007-22 Período de Execução: 12/2007 a 12/2008	Realizar o inventário de referências sobre os saberes tradicionais associados à biodiversidade na Bacia do Rio São Francisco	-----	120.000,00	120.000,00	0,00	Secretaria de Biodiversidade e Florestas – SBF CNPJ: 37.115.375/0010-06	VIGENTE
Outros	-----	02000.002753/2007-60 Período de Execução: 11/2007 a 12/2010	Levantamento das Espécies Exóticas Invasoras Ocorrentes na Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco e Definição de medidas de Prevenção e Controle.	-----	1.105.000,00	50.000,00	0,00	Secretaria de Biodiversidade e Florestas – SBF CNPJ: 37.115.375/0010-06	VIGENTE
Outros	-----	-----	Apoio a Projetos de Controle da Poluição por Resíduos em Bacias Hidrográficas com Vulnerabilidade Ambiental	-----	2.766.112,00	2.766.112,00	0,00	Departamento de Ambiente Urbano SRHU/MMA	--
Convênio RAP 2006	003/2006 589789	Processo nº 02000.002860/2006-15 Assinatura:29/09/2006 Vigência: 29/09/2006 a 30/10/2008	Projeto para Desenvolvimento de Ações do Programa Água Doce no contexto do Programade Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco no Semi-Árido Etapa II	03/01/07	1.427.085,63	1.296.880,83	130.204,80	ASSOCIACAO TECNICO CIENTIFICA ERNESTO LUIS D – ATECEL CNPJ 08.846.230/0001-88	O CV teve sua vigência prorrogada de ofício devido ao repasse dos recursos só ter se dado em 11/2007.

TIPO	SIAFI	IDENTIFICAÇÃO	OBJETO DA AVENÇA	DATA DE PUBLICAÇÃO NO DOU	VALOR TOTAL PACTUADO	VALOR TOTAL TRANSFERIDO	CONTRA PARTIDA	Nº CNPJ DO BENEFICIÁRIO	SITUAÇÃO DA AVENÇA
Convênio	576346	Processo nº 02000.004641/2006-62 Assinatura:18/12/2007 Vigência:18/12/2006 a 31/06/2007	Apoio ao Projeto Novo Chico II	19/12/06	66.000,00	59.400,00	6.600,00	Procuradoria Geral da Justiça de Pernambuco CNPJ: 24.417.065/0001-03	A aprovar
Convênio	562908	Processo nº 02000.002281/2006-64 Assinatura:30/06/2006 Vigência:30/06/2006 a 31/07/2007	Reforma e ampliação do viveiro flora nativa de São Gabriel/MS.	30/06/06	204.653,80	184.188,42	20.465,38	Fundação Educacional de Apoio à Pesquisa / MS CNPJ: 05.729.731/0001-96	A aprovar
Convênio	590268	Processo nº 02000.004566/2006-30 Assinatura:23/01/2007 Vigência:23/01/2006 a 31/05/2007	Aquisicao de caminhao, com carroceria graneleira, para atender ao fornecimento de mudas de especie nativas para recomposicao de APP e reserva legal, nos municipios da bacia do Alto Rio Taquari.	14/02/07	143.200,00	120.000,00	23.200,00	Fundação Educacional de Apoio à Pesquisa / MS CNPJ: 05.729.731/0001-96	A aprovar
Convênio	424447	Processo nº 02000.008386/2001-12 Assinatura:19/11/2001 Vigência:19/11/2001 a 31/10/2006	Implementação das atividades inerentes ao projeto de estruturacao do Ministério público de Minas Gerais para atendimento da questao ambiental na bacia do rio São Francisco em Minas Gerais	21/11/01	4.408.000,00	1.448.000,00	2.980.000,00	Procuradoria Geral de Minas Gerais CNPJ: 20.971.057/0001-45	A aprovar
Convênio	561976	Processo nº 02000.003074/2005-46 Assinatura:30/06/2006 Vigência:30/06/2006 a 31/12/2007	Produção de mudas de espécies florestais nativas da região do cerrado mineiro.	30/06/06	1.323.740,76	791.740,76	532.000,00	Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais – IEF CNPJ: 18.746.164/0001-28	A liberar Aguardando Prestação de Contas Parcial
Convênio	559424	Processo nº 02000.002441/2005-94 Assinatura:13/06/2006 Vigência:13/06/2006 a 30/04/2007	Recuperação de trechos de matas cilia-res altamente degradadas e sua multiplicação pela comunidade para formação de corredores ecológicos na Bacia do Rio das Velhas.	14/06/06	667,615.000	667,615.000	00,0	Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG CNPJ: 17.217.985/0001-04	A aprovar

TIPO	SIAFI	IDENTIFICAÇÃO	OBJETO DA AVENÇA	DATA DE PUBLICAÇÃO NO DOU	VALOR TOTAL PACTUADO	VALOR TOTAL TRANSFERIDO	CONTRA PARTIDA	Nº CNPJ DO BENEFICIÁRIO	SITUAÇÃO DA AVENÇA
Convênio	561932	Processo nº 02000.002441/2005-94 Assinatura:13/06/2006 Vigência:13/06/2006 a 30/04/2007	Apoio a execução do Plano Estadual de Recursos Hídricos no Estado de Mato Grosso do Sul.	30/06/06	380.770,00	337.770,00	43.000,00	Instituto de Meio Ambiente de Mato Grosso do Sul CNPJ: 02.386.443/0001-98	A liberar
Convênio	561974	Processo nº 02000.002441/2005-94 Assinatura:13/06/2006 Vigência:13/06/2006 a 30/04/2007	Apoio a execução do Plano Estadual de Recursos Hídricos no Estado de Mato Grosso do Sul.	30/06/06	380.770,00	337.770,00	43.000,00	Secretaria de Estado do Meio Ambiente – SEMA/MT CNPJ: 07.472.738/0001-09	A liberar

Tabela 45 – Transferências realizadas em 2007 – (Unidade Gestora 440079)

TIPO	SIAFI	IDENTIFICAÇÃO DO CONVÊNIO	OBJETO DA AVENÇA	DATA DE PUBLICAÇÃO NO DOU	VALOR TOTAL PACTUADO	VALOR TOTAL TRANSFERIDO	CONTRA PARTIDA	Nº CNPJ DO BENEFICIÁRIO	SITUAÇÃO DA AVENÇA
Convênio	600266	Processo Nº: 02000.002837/2007-01 Assinatura: 26/12/2007 Vigência: 26/12/2007 a 28/02/2009	Elaboração do Plano de Regionalização da Gestão de Resíduos Sólidos do Estado do Rio de Janeiro.	27/12/07	1.493.200,00	1.194.400,00	298.800,00	Governo do Estado do Rio de Janeiro CNPJ: 42.498.600/0001-71	VIGENTE
Convênio	620669	Processo Nº: 02000.002222/2007-77 Assinatura: 28/12/2007 Vigência: 28/12/2007 a 31/05/2009	Elaboração da Regionalização da gestão de resíduos sólidos no Estado da Bahia e a elaboração de um Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos nos municípios do Estado integrantes da Região da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, quais são: (...)	02/01/08	1.000.000,00	600.000,00	400.000,00	Governo do Estado da Bahia CNPJ: 05.457.349/0001-70	VIGENTE
Convênio	620667	Processo Nº: 02000.002335/2007-72 Assinatura: 27/12/2007 Vigência: 27/12/2007 a 31/05/2009	Elaboração do estudo de regionalização da gestão de resíduos sólidos no estado de Goiás e a elaboração de um plano de gestão integrada de resíduos sólidos para a região integrada de desenvolvimento-RIDE, e a apoio a constituição de consórcios públicos prioritários para a gestão dos resíduos sólidos na RIDE..	14/01/08	277.778,00	250.000,00	27.778,00	governo do Estado de Goiás CNPJ: 00.638.357/0001-08	VIGENTE

TIPO	SIAFI	IDENTIFICAÇÃO DO CONVÊNIO	OBJETO DA AVENÇA	DATA DE PUBLICAÇÃO NO DOU	VALOR TOTAL PACTUADO	VALOR TOTAL TRANSFERIDO	CONTRA PARTIDA	Nº CNPJ DO BENEFICIÁRIO	SITUAÇÃO DA AVENÇA
Convênio	620666	Processo Nº: 02000.002380/2007-27 Assinatura: 28/12/2007 Vigência: 28/12/2007 a 31/05/2009	Estudo de Regionalização da gestão de resíduos sólidos no Estado do Piauí e a elaboração de um Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos para os municípios da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba, quais sejam: (...)	21/01/08	777.777,78	700.000,00	77.777,78	Governo do Estado de Piauí CNPJ: 08.767.094/0001-30	VIGENTE
Convênio	620671	Processo Nº: 02000.002682/2007-03 Assinatura: 28/12/2007 Vigência: 28/12/2007 a 30/06/2009	Elaboração da Regionalização da gestão de resíduos sólidos no Estado do Maranhão e a elaboração de um Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos nos municípios do Estado integrantes da Região da Bacia Hidrográfica do Rio Parnaíba, quais são: (...)	02/01/08	375.142,40	300.142,40	75.000,00	Governo do Estado do Maranhão CNPJ: 585.725.383-72-30	VIGENTE
Convênio	620665	Processo Nº: 02000.002334/2007-28 Assinatura: 28/12/2007 Vigência: 28/12/2007 a 31/03/2009	Elaboração do estudo de regionalização da Gestão Integrada de Resíduos Sólidos Urbanos de Minas Gerais, etapa Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, envolvendo a elaboração de um Plano Estadual de Regionalização da Gestão dos Resíduos Sólidos do Estado de Minas Gerais; plano de gestão integrada de resíduos sólidos nos municípios pertencentes à Bacia do Rio São Francisco, quais sejam: (...)	02/01/08	974.226,00	779.380,80	194.845,20	Governo do Estado de Minas Gerais CNPJ: 00.957.404/0001-78	VIGENTE
Convênio	620663	Processo Nº: 02000.002230/2007-13 Assinatura: 28/12/2007 Vigência: 28/12/2007 a 30/06/2009	Estudo de regionalização da gestão dos resíduos sólidos no Estado de Pernambuco e a elaboração de um plano de gestão integrada de resíduos sólidos nos municípios inseridos na bacia hidrográfica do Rio São Francisco, de conformidade com o Plano de Trabalho que integra este instrumento, independentemente de transcrição, quais sejam: (...)	02/01/08	444.330,00	399.897,00	44.433,00	Governo do Estado de Pernambuco CNPJ: 41.230.103/0001-25	VIGENTE
Convênio	620672	Processo Nº: 02000.002231/2007-68 Assinatura: 28/12/2007 Vigência: 28/12/2007 a 30/06/2009	Elaboração do estudo de Regionalização da Gestão dos Resíduos Sólidos no Estado de Sergipe; Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos nos municípios sergipanos pertencentes à Bacia do Rio São Francisco, quais sejam: (...); sistematização de dados em resíduos sólidos; e apoio à constituição de consórcio público prioritário para a gestão dos resíduos sólidos na Bacia.	02/01/08	277.885,36	250.000,00	27.885,36	Governo do Estado do Sergipe CNPJ: 05.506.097/0001-22	VIGENTE

TIPO	SIAFI	IDENTIFICAÇÃO DO CONVÊNIO	OBJETO DA AVENÇA	DATA DE PUBLICAÇÃO NO DOU	VALOR TOTAL PACTUADO	VALOR TOTAL TRANSFERIDO	CONTRA PARTIDA	Nº CNPJ DO BENEFICIÁRIO	SITUAÇÃO DA AVENÇA
Convênio	619050	Processo Nº: 02000.002221/2007-22 Assinatura: 28/12/2007 Vigência: 28/12/2007 a 30/06/2009	Elaboração do estudo de Regionalização da Gestão dos Resíduos Sólidos no Estado de Sergipe; Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos nos municípios sergipanos pertencentes à Bacia do Rio São Francisco, quais sejam: (...); sistematização de dados em resíduos sólidos; e apoio à constituição de consórcio público prioritário para a gestão dos resíduos sólidos na Bacia.	02/01/08	333.333,33	300.000,00	33.333,33	Governo do Estado de Alagoas CNPJ: 03.626.198/0001-01	VIGENTE.
Convênio	601663	Processo Nº: 02000.002887/2007-81 Assinatura: 28/12/2007 Vigência: 28/12/2007 a 31/12/2008	Ampliação da Célula de Resíduos Sólidos Domésticos no Aterro Sanitário Municipal, Leitões e Secagem e Aquisição de Equipamentos.	31/12/07	2.098.629,57	1.573.972,21	524.657,36	Conveniente: Prefeitura Municipal de Bagé - RS CNPJ: 88.073.291/0001-99	VIGENTE.
Convênio	593437	Processo Nº: 02000.001963/2007-31 Assinatura: 17/09/2007 Vigência: 17/09/2007 a 30/09/2007	Instituição de uma parceria visando à realização do "VI Festival Lixo e Cidadania", que será realizado em Belo Horizonte - MG, entre os dias 18 à 22 de setembro de 2007.	19/09/07	66.000,00	52.800,00	13.200,00	Cooperativa de Reciclagem dos Catadores da Rede de Economia Solidária - CATAUNIDOS CNPJ: 08.277.308/0001-90	A APROVAR. A Prestação de Contas Final encontra-se em análise